

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL
CAMPUS DO PANTANAL**

SANDRA REGINA ROCHA DE LIMA

**EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E
RELAÇÕES DE GÊNERO: VOZES DE MÃES E PAIS ADOLESCENTES
DE LADÁRIO / MS**

**CORUMBÁ/MS
2020**

SANDRA REGINA ROCHA DE LIMA

**EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E
RELAÇÕES DE GÊNERO: VOZES DE MÃES E PAIS ADOLESCENTES
DE LADÁRIO / MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Josiane Peres Gonçalves.

**CORUMBÁ/MS
2020**

SANDRA REGINA ROCHA DE LIMA

**EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E
RELAÇÕES DE GÊNERO: VOZES DE MÃES E PAIS ADOLESCENTES
DE LADÁRIO / MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Social, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Josiane Peres Gonçalves.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Josiane Peres Gonçalves – UFMS
Orientadora

Prof^ª. Dra. Cristiana Pereira de Carvalho – FPCEUC
Membro Titular

Prof^ª Dr^ª Isabella Fernanda Ferreira – UFMS
Membro Titular

Prof^ª Dr^ª Fabiano Quadros Rückert – UFMS
Membro Suplente

**CORUMBÁ/MS
2020**

Dedico à Deus, ao meu amor, Bruno, e aos nossos lindos filhos:
Felipe Gabriel, Pedro Lucas e Paulo Vinícius.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Deus, que a cada dia me sustenta, me renova e me ensina que viver é tentar fazer tudo com amor e dedicação, pois tudo o que plantamos, um dia colheremos. E vejo a finalização desta dissertação como um dos frutos que Deus me concede colher após dias e noites de leituras, pesquisas, indagações, (des) construções de conceitos, visitas às escolas, idas à congressos, entrevistas, análises e escritas de textos. Muitas escritas e escritas... Só Deus na sua misericórdia para ressuscitar sonhos e objetivos que nem eu sabia que alcançaria.

Gratidão aos meus pais, Antonio e Regina, e ao meu irmão, Alessandro, pois mesmos distantes fisicamente, fazem parte, tanto direta quanto indiretamente, do que sou hoje. Saudades!

Gratidão ao Amor da minha vida, “*My lovely*” Bruno, que desde sempre (neste ano completamos 20 anos do “início da nossa história de Amor”) têm me acompanhado, incentivado e me apoiado na vida. E na vida acadêmica, a contribuição dele foi extraordinária, me dando todo o suporte possível (e impossível!) para que eu pudesse me manter focada nos estudos (graduação e mestrado). Obrigada Amor, por todo o cuidado e compreensão, e as “brincas” na hora certa também! Eu te amo muito e para sempre.

Gratidão aos meus filhos: Felipe Gabriel, Pedro Lucas e Paulo Vinícius. Os meus filhos, Felipe Gabriel e Pedro Lucas, participam desta jornada acadêmica comigo desde a infância e o Paulo Vinícius, desde o útero. Com 1 mês de aulas do mestrado, descobri que estava grávida de 5 semanas do Paulo Vinícius. Foi um misto de sentimentos, tanto de felicidade quanto de preocupações, mas até aqui o Senhor tem me sustentado e pude conciliar, (na medida do possível), toda a vivência da gestação e maternidade de 3 filhos com o mestrado.

Gratidão a todos os meus familiares da família Rocha e da família Dos Santos. Saudades!

Gratidão à Grande Família que recebi de presente, quando juntei meu coração ao coração do meu amado: Marina e Antonio (sogros), Márcia e Monique (minhas cunhas irmãs), e aos seus respectivos cônjuges, Thiago e Leonardo, que quando temos a oportunidade de estarmos todos juntos, compartilhamos emoções e distantes dividimos as saudades! Agradeço ao carinho das minhas lindas sobrinhas Giovanna e Joana, bem como do meu lindo sobrinho Miguel.

Gratidão às minhas amigas e amigos que fiz nesta caminhada do conhecimento na Escola Municipal Barão de Itacurussá, Escola Municipal Soares Pereira, FAETEC e na Psicologia (UFMS). Às amigadas que fiz na Tijuca e Santíssimo e nos lugares onde trabalhei no Rio de Janeiro.

Gratidão as minhas amigas e irmãs na fé em Cristo, que fiz nesta terra de Corumbá/Ladário, Lilian e Tatiana, que sempre me apoiaram desde a graduação de Psicologia e agora no Mestrado, com muitas orações e carinho. Agradeço, especialmente, a Daisy, pelas orações e por me incentivar a não desistir dos meus sonhos. Ela me deu e continua me dando um suporte essencial nos cuidados com os meus filhos, principalmente com o Paulinho (desde o primeiro dia em que avisei: “Mamacita! Estou grávida!”).

Gratidão à minha amiga Fernanda, que dedicou um pouco do seu tempo para estudar comigo e com outras amigas, para o processo seletivo do mestrado.

Gratidão à minha turma do mestrado (2018-2020), Ane, Luciana, Natália, Nicole, Kauanny, Charize, Siméia, Jeanny, Fabiane, Victória, Yasmin, Nereide, Márcia, Cândida e Evelyn, onde aprendemos e compartilhamos conhecimentos e, também muitos cafés, biscoitos e chás maravilhosos. Agradeço pelo carinho que tiveram comigo durante a gestação, pós-puerpério e amamentação. Quero agradecer especialmente, as minhas amigas sempre presentes na hora das alegrias e angústias, Ana Paula, Débora, Mayara e Ailine, vocês são OK!

Gratidão a todos os docentes que me ensinaram um dia, desde a educação infantil até a pós-graduação. Que eu possa contribuir na vida dos meus futuros alunos, assim como vocês contribuíram na minha vida como um todo. Agradeço, especialmente, a professora Cláudia Elizabeth Mondini e ao professor Wilson Mello.

Gratidão às professoras: Profa. Dra. Cristiana Pereira de Carvalho e Prof^a Dr^a Isabella Fernanda Ferreira, por aceitarem o convite para avaliar e contribuir para a minha dissertação.

Gratidão a minha professora orientadora, Josiane Peres Gonçalves, que me acolheu e me instruiu para a realização desta dissertação. Por sempre se fazer presente nos momentos em que eu até senti que não daria conta, devido à gravidez, durante o mestrado. Mas ela me incentivou e me direcionou para que tudo ocorresse conforme as minhas possibilidades. Um dia, em um dos nossos encontros, ela disse: “Sandra, vejo que você é determinada! Você vai conseguir terminar a pesquisa e será mestra!” Ah... as palavras... como amo as palavras... principalmente as palavras de vida, de ânimo e de incentivo! E vejo que, realmente, “A morte e a vida estão no poder da língua; e aquele que a ama comerá do seu fruto” (Pv 18:21) e então

eu me apropriei desta palavra “DETERMINAÇÃO” como um mantra diário. Mais uma vez, obrigada querida professora!

E gratidão a você, leitor. Obrigada por se propor a ler esta dissertação, que me deu a oportunidade de adquirir mais conhecimentos e reflexões sobre estas temáticas tão relevantes para os nossos dias. E que esta leitura também possa causar reflexões importantes para a sua vida.

RESUMO

A pesquisa de mestrado refere-se às questões inerentes à gravidez na adolescência, educação sexual e relações de gênero. Teve por objetivo averiguar o que essas mães e pais adolescentes, matriculados no ensino público de Ladário / MS, têm a dizer sobre a educação sexual, a gravidez na adolescência e sobre as relações de gênero que envolvem a maternidade e paternidade. O referencial teórico baseia-se em discussões sobre o processo de educação sexual nas famílias, na escola e na sociedade; a fase da adolescência, sexualidade e gravidez; e as relações de gênero nas sociedades patriarcais. O instrumento utilizado para a coleta de dados caracterizou-se por entrevista semiestruturada e essa etapa da pesquisa contou com a participação de 3 mães e 2 pais adolescentes, matriculados no ensino público no município de Ladário / MS, com idade entre 15 e 17 anos. Os dados obtidos foram organizados e então elaboradas as seguintes categorias: a) a educação sexual segundo a perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS; b) a gravidez na adolescência: o que dizem mães e pais que vivenciam essa realidade?; e c) as relações de gênero: os dizeres e as vivências de mães e pais adolescentes. Os resultados da pesquisa evidenciam que: A educação sexual, considerada um tema transversal nas escolas, que também é de responsabilidade das famílias, tem sido negligenciada, especialmente devido às dificuldades que pais e professores têm para dialogar sobre esta temática, que é permeada por preconceitos e tabus; A gravidez na adolescência ocorre em um período da vida que em si já carrega consigo muitas questões a serem (des)construídas na vida da pessoa e, com a vinda de um bebê, os adolescentes necessitam de uma rede de apoio familiar e social, para continuarem a desenvolver-se, sem abandonar a escola; As relações de gênero se fazem presentes nas questões inerentes à maternidade e paternidade, especialmente devido à divisão de papéis, que em relação à criação dos filhos, sobrecarrega a menina, enquanto que o menino nem sempre se compromete e assume a responsabilidade de participar ativamente do processo de educação e cuidados do bebê. A partir do estudo realizado, infere-se que, para que a educação sexual contribua com formação das novas gerações, é preciso que aconteçam diálogos, ensinamentos e debates, tanto por parte da escola, quanto por parte da família, para que os adolescentes possam, a partir de suas apreensões e reflexões sobre estes conhecimentos adquiridos, terem a consciência crítica para vivenciarem a sexualidade de uma forma respeitosa consigo e com o próximo. E apesar de haverem avanços nos debates sociais sobre a sexualidade e as relações de gênero, evidencia-se que ainda está longe de essas temáticas serem resolvidas ou abordadas abertamente em âmbito escolar e familiar.

Palavras-Chave: Educação Sexual; Gravidez na Adolescência; Maternidade e Paternidade; Relações de Gênero.

ABSTRACT

The master's research refers to the issues inherent in teenage pregnancy, sex education and gender relations. It aimed to find out what these teenage mothers and fathers, enrolled in public education in Ladário / MS, have to say about sex education, teenage pregnancy and about the gender relations that involve motherhood and paternity. The theoretical framework is based on discussions about the sexual education process in families, at school and in society; the stage of adolescence, sexuality and pregnancy; and gender relations in patriarchal societies. The instrument used for data collection was characterized by a semi-structured interview and this stage of the research had the participation of 3 mothers and 2 teenage fathers, enrolled in public education in the municipality of Ladário / MS, aged between 15 and 17 years. The data obtained were organized and the following categories were elaborated: a) sex education from the perspective of teenage mothers and fathers in Ladário / MS; b) teenage pregnancy: what do mothers and fathers who experience this reality say ?; and c) gender relations: the words and experiences of adolescent mothers and fathers. The results of the research show that: Sex education, considered a transversal theme in schools, and which is also the responsibility of families, has been neglected, especially due to the difficulties that parents and teachers have to dialogue about this theme, which is permeated by prejudices and taboos; Adolescent pregnancy occurs in a period of life that in itself already carries with it many issues to be (un) constructed in the person's life and, with the arrival of a baby, adolescents need a family and social support network to continue to develop without leaving school; Gender relations are present in the issues inherent to motherhood and paternity, especially due to the division of roles, which in relation to raising children, overloads the girl, while the boy is not always committed and takes responsibility for actively participating in the baby care and education process. From the study carried out, it appears that, in order for sex education to contribute to the formation of new generations, dialogues, teachings and debates must take place, both on the part of the school and on the part of the family, so that adolescents can, from their apprehensions and reflections on this acquired knowledge, have the critical conscience to experience sexuality in a respectful way with themselves and with others. And although there are advances in social debates about sexuality and gender relations, it is clear that these issues are still far from being resolved or addressed openly at school and family level.

Keywords: Sexual education; Teenage pregnancy; Maternity and Paternity; Gender relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicações de Teses e Dissertações (BDTD e CAPES)	55
Quadro 2 – Quadro 2 – Mães e pais adolescentes matriculados nas escolas públicas no município de Ladário / MS.....	65
Quadro 3 – Perfil das mães e pais adolescentes.....	66
Quadro 4 – Responsabilidades em relação à criança.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- APS** - Atenção Primária à Saúde
- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CF** - Constituição Federal
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** - Ministério da Educação
- MS** - Mato Grosso do Sul
- PEE** - Plano Estadual de Educação
- PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PME** - Plano Municipal de Educação
- PEE-MS** - Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
- PME** - Plano Municipal de Educação
- PNE** - Plano Nacional de Educação
- PSE** - Programa Saúde na Escola
- SPE** - Saúde e Prevenção nas Escolas
- TALE** - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TCC** - Trabalho de conclusão de Curso
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNFPA** - Fundo de População das Nações Unidas
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UFMS** - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. A EDUCAÇÃO SEXUAL.....	18
1.1 Sexo/sexualidade e educação sexual.....	18
1.2 Educação sexual na família.....	21
1.3 Educação sexual na escola.....	25
2. A FASE DA ADOLESCÊNCIA: SEXUALIDADE E GRAVIDEZ.....	29
2.1 A fase da adolescência.....	29
2.2 Adolescência e sexualidade.....	32
2.3 Gravidez na adolescência.....	33
3. RELAÇÕES DE GÊNERO EM SOCIEDADES PATRIARCAIS.....	37
3.1 Educação escolar para as mulheres no Brasil.....	37
3.2 A educação feminina no Brasil: instrumento emancipatório ou de subalternidade?.....	47
3.3 Relações de gênero: poder x submissão feminina.....	48
4. EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM BANCOS DE DADOS.....	54
4.1 Publicações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	56
4.2 Publicações do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.....	59
4.3 Algumas considerações sobre o levantamento em bases de dados.....	60
5. METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	61
5.1 Caracterização do Município de Ladário / MS.....	63
5.2 Realização da coleta de dados.....	64
5.3 Participantes da pesquisa.....	66
5.4 Instrumentos utilizados para a coleta de dados.....	67
5.5 Proposta metodológica para análise de dados.....	69

6. EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: VOZES DE MÃES E PAIS ADOLESCENTES.....	71
6.1 A educação sexual segundo a perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS.....	71
6.2 Gravidez na adolescência: o que dizem mães e pais que vivenciam essa realidade?.....	78
6.3 Relações de gênero: os dizeres e as vivências de mães e pais adolescentes.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE A - Solicitação para realização da pesquisa.....	104
APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Alunos Menores de 18 anos)	105
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (Responsáveis pelos alunos menores de 18 anos).....	107
APÊNDICE D - Questões norteadoras da entrevista.....	109

INTRODUÇÃO

A intenção em desenvolver esta pesquisa surge a partir das minhas inquietações ao realizar um estágio em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) durante o curso de graduação em Psicologia, no Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS). Neste estágio, tive contato com um grupo de adolescentes que eram mães ou gestantes e então observei que havia algo em comum que atingia a maioria delas: a evasão escolar e a reincidência de uma nova gestação na adolescência. A partir desta problemática, realizei, para o meu trabalho de conclusão de curso (TCC), uma pesquisa-ação com alunas da rede pública de um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, as quais haviam passado pela experiência de se tornarem mães durante a fase da adolescência.

E com o término da pesquisa, surgiram outras questões que, de certo modo, possuem correlação com a falta de um processo de educação sexual esclarecedora e emancipatória, tanto por parte das famílias, quanto por parte da escola, que pode resultar em consequências como uma gestação não planejada na adolescência, quanto a perpetuação da desigualdade entre os gêneros feminino e masculino. Tal fato ficou claro quando as mães adolescentes comentaram sobre a ausência da transversalidade da educação sexual nas disciplinas ministradas em sala de aula e também relataram que, para elas, a responsabilidade da maternidade era maior em comparação com a paternidade, levando-as, em alguns casos, a evadir-se da escola para assumir o seu papel de mãe em tempo integral.

A partir desses resultados obtidos com a pesquisa, algumas questões ficaram sem respostas, como por exemplo, se o acesso a um processo de educação sexual de qualidade poderia diminuir ou romper com a gestação não planejada na adolescência e o que as mães e pais adolescentes têm a dizer sobre a gravidez nessa fase da vida e sobre as questões inerentes à maternidade e paternidade.

Diante de tais reflexões, ao entrar para o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), no curso de Mestrado do UFMS/CPAN, na Linha de Pesquisa “Gênero e Sexualidades, Cultura, Educação e Saúde”, tive o interesse de pesquisar sobre o que mães e pais adolescentes do município de Ladário / MS têm a dizer sobre temáticas inerentes à educação sexual, a gravidez na adolescência e as relações de gênero, visto que esse público está vivenciando a experiência de ter se tornado mãe ou pai em um período em que nem concluíram a educação básica.

Por conseguinte, as questões norteadoras do presente estudo são: O que dizem mães e pais adolescentes de escolas públicas de Ladário / MS sobre o processo de educação sexual

desenvolvido nas famílias e na escola? O que essas mães e esses pais adolescentes pensam sobre questões relativas à gravidez na adolescência e relações de gênero, mais especificamente sobre a maternidade e a paternidade?

Para tentar encontrar possíveis repostas para tais indagações, é que se justifica a realização do presente estudo, que têm por objetivo geral averiguar a perspectiva de mães e pais adolescentes, matriculados em escolas públicas de Ladário / MS, acerca da educação sexual, da gravidez na adolescência e das relações de gênero que envolvem a maternidade e a paternidade. Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa buscou: Identificar o entendimento que mães e pais adolescentes têm em relação à educação sexual, e se esta educação tem ocorrido em casa, na escola ou outros espaços sociais; Averiguar a opinião de adolescentes, que já são mães e pais, acerca da gravidez na adolescência e questões relativas à maternidade/paternidade; Analisar a compreensão que mães e pais adolescentes têm sobre as questões de gênero predominantes na sociedade, especialmente no que se refere à criação dos filhos.

Entendo que é relevante que ocorram atividades inerentes à educação sexual, tanto em âmbito familiar quanto em âmbito escolar, principalmente na fase da adolescência, período em que muitos estudantes passam a ter uma vida sexual ativa. E, se tem ocorrido a omissão da família e da escola em relação ao esclarecimento e desenvolvimento da educação sexual esclarecedora, como consequência, poderão surgir algumas situações de risco para os adolescentes, tais como: o aumento de casos de gravidez não planejada, elevação do aumento de abortos nessa fase da vida, maior incidência de abuso sexual e de doenças sexualmente transmissíveis, evasão escolar, entre outros.

E ao considerar que muitas famílias têm se omitido de participar do processo de educação sexual de crianças e adolescentes, seja por timidez ou por preconceitos presentes no contexto cultural em que estão inseridos, é importante que os jovens possam ter, como alternativa, um espaço que aborde sobre essas questões de uma maneira clara e emancipatória. Assim, Fonseca, Gomes e Teixeira (2010) enfatizam que é urgente a necessidade de debater abertamente sobre a sexualidade na escola, pois na sua condição de espaço social em que o adolescente frequenta cotidianamente, tem um papel relevante para concretizar o processo da educação sexual, evitando assim novos casos de gestação indesejada e outras consequências para os estudantes.

A importância de se realizar uma pesquisa com esta temática se justifica porque a gestação na adolescência pode gerar muitos problemas e resultar em impactos, principalmente na vida das meninas. Sabemos que, como resultado da construção social atribuída ao gênero

feminino, a responsabilidade dos cuidados dos filhos geralmente fica sob a responsabilidade da mãe, que tem toda a sua rotina modificada desde a gestação. Já o pai, sendo adolescente ou não, devido ao contexto histórico-social, costuma ficar ausente e deixar as maiores responsabilidades de cuidado e educação dos filhos para a mãe. No caso da fase da adolescência, muitas mães se sentem em situação de abandono, inclusive financeiro e tem que contar basicamente com a ajuda da própria família, diante da negligência do pai do seu filho.

Desse modo, os dados obtidos e conhecimentos produzidos com a realização da pesquisa poderão contribuir para a desconstrução dos conceitos arraigados pela sociedade patriarcal, em relação aos tabus e preconceitos construídos em torno de questões inerentes à sexualidade, bem como questões de gênero, visto que geralmente as mulheres é que sofrem as maiores consequências sociais, especialmente quando se trata da criação dos filhos.

Quanto à organização do texto da dissertação, este foi dividido em algumas seções, apresentadas após a introdução, sendo que essas seções encontram-se assim organizadas:

Seção 1 – Apresentamos discussões sobre a sexualidade e o papel da Igreja e do Estado em relação a esta temática e sobre as nuances da educação sexual abordada (ou não) pela família e pela escola.

Seção 2 – Abordamos os conceitos teóricos relacionados à fase da adolescência, incluindo a questão da sexualidade, bem como sobre a gravidez na adolescência.

Seção 3 – Discutimos temáticas sobre a educação para as mulheres no Brasil, abrangendo apontamentos dos períodos do Brasil-Colônia, Brasil-Império e Brasil-República Velha, evidenciando que, por meio da educação, eram definidas as relações de gênero e poder, na vida das mulheres.

Seção 4 – Analisamos as produções realizadas no Brasil sobre os seguintes descritores: “Educação Sexual” + “Gravidez na Adolescência”; “Educação Sexual” + “Relações de Gênero”; “Gravidez na Adolescência” + “Relações de Gênero”. Foi priorizado as publicações da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o recorte temporal de 2016-2019.

Seção 5 – Apresentamos o percurso metodológico utilizado para realizar o estudo, bem como o perfil dos participantes da pesquisa, que são três mães e dois pais adolescentes do ensino público do município de Ladário / MS.

Seção 6 - Discutimos os dados coletados na pesquisa de campo, os quais foram divididos em três categorias, tais como: A educação sexual segundo a perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS; Gravidez na adolescência – o que dizem mães e pais que

vivenciam essa realidade?; e Relações de gênero e os dizeres e as vivências de mães e pais adolescentes.

Por fim, apresentamos as considerações finais com reflexões importantes acerca do estudo realizado, bem como as referências que fundamentaram o presente estudo, além dos apêndices que incluem o roteiro de entrevista e os documentos utilizados para a pesquisa.

1. A EDUCAÇÃO SEXUAL

Nessa primeira seção apresentamos discussões sobre a sexualidade e a repressão sexual, influenciada principalmente pela igreja e pelo estado; também abordamos a questão da educação sexual na família e na escola e se tais organizações sociais estão assumindo a responsabilidade de promover a educação sexual entre os adolescentes.

1.1 Sexo/sexualidade e educação sexual

Ao analisar as temáticas inerentes à sexo, sexualidade e educação sexual, devemos compreender que existe uma diferença entre os conceitos de sexo e sexualidade. A palavra sexo é proveniente da fisiologia, está relacionada com a anatomia dos corpos e aos órgãos sexuais, costuma ser utilizada tanto para diferenciar o sexo feminino do sexo masculino, quanto para fazer menção ao ato sexual. E a palavra sexualidade que, de certo modo é derivada da palavra sexo, diz respeito às dimensões mais complexas que englobam questões biológicas, psíquicas e culturais dos indivíduos (SENEM; CARAMASHI, 2017).

Para Chauí (1991), a sexualidade ultrapassa questões que envolvem a fisiologia humana, por ter múltiplas expressões em contextos culturais diferenciados e representa a simbolização do desejo. Ou seja, o sexo é demarcado pelo biológico e a sexualidade é a construção histórica e social que é criada em torno do sexo. A palavra sexualidade é um substantivo da palavra sexo, é como se o sexo fosse o objeto concreto, e a sexualidade resulta das sensações desencadeados pelo “uso” deste sexo. Vivenciar a sexualidade vai além do simples ato sexual, porque nela está implícito sentimentos, emoções e vivências que perpassam a concreticidade de uma relação sexual. Desse modo, concordamos com Senem e Caramashi (2017), ao afirmarem que:

O conhecimento da história e das vivências culturais dos diferentes povos e culturas sobre o sexo e a sexualidade possibilita a identificação dos diversos sentidos e significados que essa questão recebeu pela humanidade. Tal percepção propõe a necessidade deste tema ser compreendido dentro de uma perspectiva dialética, ampla, histórica e em contínua transformação. Desta forma, é possível desconstruir modelos cristalizados e hegemônicos que se perpetuaram durante muito tempo, permitindo o desenvolvimento de uma concepção ampla, crítica e plural da sexualidade humana (SENEM; CARAMASHI, 2017, p. 185).

A relevância de se conhecer a história da construção da sexualidade possibilita compreender o quanto este tema vem ao longo dos séculos tendo possíveis “avanços” e

“retrocessos” no que diz respeito ao debate sobre a mesma. E permiti-nos analisar as quebras de paradigmas que ocorre de uma cultura para outra em relação ao sexo e sexualidade.

Ribeiro (2005, p. 32), em sua pesquisa sobre a história da sexualidade, revela que mesmo no século XXI existem resquícios em nossa sociedade “de uma sexualidade ainda limitada, normatizada e geradora de culpa, angústia e ansiedade” que foi concebida nos séculos anteriores. Também Foucault (1988) considera que a construção histórica da sexualidade e da educação sexual vem se intensificando desde o século XVI perfazendo uma ligação com o mecanismo intrínseco do poder que existe nos relacionamentos em todas as esferas. A repressão sobre o sexo e temáticas afins, como a educação sexual, mostra-se evidente durante a história, possuindo raízes sólidas e rigorosas que somente denunciar esta repressão não é suficiente. O processo para libertar o “sexo” é longo e contraditório, pois na nossa sociedade ocidental ele é utilizado como uma forma repressiva de poder sobre o outro, e com isso é de se esperar que essa “libertação do sexo” continue em passos lentos na sociedade.

Antes do Concílio de Trento (1546-1563), ao mesmo tempo em que se reprimia tudo o que era relacionado ao sexo, contraditoriamente a igreja era a que queria saber de todos os detalhes do ato sexual na hora da confissão (FOUCAULT, 1988). A obrigatoriedade da confissão fez com que o sexo, agora em pauta no discurso, pudesse ser analisado e conhecido pelos que querem ter o controle. Era necessário que tudo fosse “confessado”, tanto os atos consumados como os olhares, os toques sensuais, as palavras e até os pensamentos (SEMEM; CARAMASHI, 2017).

E como fazer para que um assunto, que é inerente aos seres humanos, e ao mesmo tempo tão “invisível”, possa ser tratado de uma forma que possa ter uma educação voltada para liberdade e respeito? Para Foucault (1988), o sexo precisa ser “bem administrado”, não se trata de condenar ou tolerar e sim de ser falado publicamente, para que a gerência deste assunto seja instituída no sistema e regulada para o bem de todos, para assim funcionar com um ótimo padrão na sociedade. O referido autor considera que:

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais — exortações morais e religiosas, medidas fiscais — tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. Os racismos dos séculos XIX e XX encontrarão nelas alguns de seus pontos de fixação. Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram (FOUCAULT, 1988, p. 28).

Foucault (1988, p. 37) apresenta uma indagação que é pertinente ao observarmos toda a demarcação que é feita em torno do sexo e da sexualidade. Esta preocupação seriam para “[...] assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?”. Parece lógico e razoável esta possível explicação para a repressão ao sexo e a sexualidade.

Em seus estudos e pesquisas, Foucault (1988) chega à conclusão de que a sociedade ocidental quer ter o controle através do sexo, fomentando cada vez mais o falar sobre o tema para que obtendo mais conhecimento possa ter mais controle sobre os indivíduos pertencentes ao sistema.

O autor enfatiza que os três últimos séculos (XVIII, XIX e XX) foram determinantes para questões relativas à sexualidade humana, uma vez que ao final do século XIX, alguns nomes como Freud, Darwin e Marx iniciaram um processo de questionamentos que viabilizou uma liberdade para se debater o tema que conseqüentemente gerou uma maior compreensão e vivência de uma sexualidade mais “livre”.

Por meio de algumas ciências, como a Pedagogia, a Medicina e também a Economia, o sexo passa a se tornar uma questão do Estado, surgindo assim, ao final do século XVIII, uma nova tecnologia do sexo (FOUCAULT, 1988). Observa-se então que começa a ocorrer uma troca de “controladores”, pois se a sexualidade e a suas expressões eram controlados pela Igreja, posteriormente quem começa a ditar as regras é a Medicina (Estado). Em vez de ser chamado de pecador, a pessoa que não segue os padrões instituídos pela Igreja, será chamado de “anormal” a pessoa que foge da “normalidade” de como deve ser vivida a sexualidade pelos olhos da Ciência/Estado.

A Medicina, na busca pela causa de algumas doenças mentais, intitulou que a origem delas poderia estar ligada à perversão sexual e, a partir disso, assumiu também a função da religião, no que diz respeito a regulação da sexualidade instituindo normas médicas, influenciando nos prazeres do casal e reprimindo a vida sexual (FOUCAULT, 1988; FIGUEIRÓ, 2001). O que não era permitido pela religião era denominado pecado e, posteriormente o que não era “normal” para a medicina era considerado doença. Só mudou a nomenclatura, mas o controle é/era o mesmo.

No decorrer do século XIX, a medicina elaborou programas higienistas alegando a preocupação pela saúde das pessoas por acreditarem nas transmissões de doenças podendo causar prejuízos às gerações futuras (SEMEM; CARAMASHI, 2017). De certo modo, podemos entender essa questão diante do avanço da ciência por constatar a existência de

doenças sexualmente transmissíveis, mas até atrás de boas intenções, às vezes, existem formas de controle.

Foucault (1988) salienta que nesse período teve início a problematização do comportamento sexual das crianças e adolescentes, a medicalização da sexualidade feminina e a criação de parâmetros para designar a normalidade e a doença. Para as consequências que viriam desencadeadas por essas questões, Foucault denominou de “psiquiatrização do sexo” (1988, p. 114). Segundo ele, ao analisar as pesquisas documentais, quando os psiquiatras tinham de tratar sobre sexo em algum escrito, eles pediam desculpas aos leitores por acreditarem na futilidade e baixeza deste assunto.

A modernidade concebeu uma verdade sobre o sexo, ou uma *scientia sexualis*, normatizando os comportamentos sexuais e sugerindo a “confissão” ao padre ou ao pastor (qualquer líder espiritual), ao médico ou ao psicólogo, para que assim não se perca “o controle” (FOUCAULT, 1988). A construção desse conhecimento, denominado *scientia sexualis*, foi baseado em perversões e extravagâncias conhecidas na época, fazendo com que fosse sendo desenvolvido todo o processo de medicalização e classificação de anomalias e disfunções (SEMEM; CARAMASHI, 2017).

A educação sexual em sua essência deve abarcar todo o contexto sobre a saúde sexual tanto física quanto mental, mas a forma como a mesma vem sendo ministrada ao longo dos séculos é sempre focada no biologicismo das relações entre homem e mulher, refutando as expressões da sexualidade que se diferem dos conceitos normativos da sociedade. Entendemos que a educação sexual deve ser responsabilidade tanto das famílias, quanto da escola e da sociedade, surgindo então a necessidade de refletir sobre a educação sexual em âmbito familiar para em seguida analisar a educação sexual em espaços escolares.

1.2 Educação sexual na família

Ao analisar a educação sexual em âmbito familiar, é importante inicialmente considerar o que a Lei 9394/96, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelece em seu Artigo 2º, sobre o processo educacional das novas gerações: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). Podemos notar que primeiramente aparece o dever da família para com a educação integral de crianças e adolescentes e a ideia de contribuir para o “pleno desenvolvimento do educando” pressupõe,

inclusive, a educação sexual, visto que a sexualidade é inerente ao ser humano e precisa ser desenvolvida ou ser contemplada no processo educacional pleno.

Nesse sentido, Carvalho et al. (2019, p. 6) analisa que “A família exerce um papel fundamental no desenvolvimento global da criança e do adolescente e na construção da sexualidade dos/as filhos/as”. Também Almeida e Centa (2009) concordam que o espaço fundamental para a garantia da sobrevivência e a proteção integral de seus integrantes é a família, independente da organização de sua estrutura ou dinâmica. Com base nesses pressupostos, é possível inferir que a família é a primeira responsável pela educação de crianças e adolescentes e quando se trata de educação sexual não é diferente, deveria ser um processo iniciado na família, com a participação da escola e de outros segmentos da sociedade.

Desde a infância, a família deve estar aberta para sanar todas as dúvidas da criança em relação à sexualidade e ainda educá-las para que aprendam de maneira correta. Dessa forma, concordamos com Carvalho et al. (2019, p. 29) ao afirmarem que “[...] é fundamental ajudar os pais a compreender a importância de falar com os filhos/as sobre a sexualidade durante toda a infância, de modo a estabelecer discussões de forma natural e a superar o seu desconforto e o das crianças.

O desconforto existe para muitas famílias, que também não tiveram educação sexual em casa ou na escola, têm dificuldades para conversar sobre sexualidade de maneira clara e transparente com as crianças e adolescentes. Assim, um estudo realizado por Carvalho et al. (2019) apontou que realmente a maioria dos pais tem dificuldades para falar abertamente sobre sexualidade e quando eles se propõem a conversar sobre o assunto o fazem de forma superficial. Por outro lado, os adultos que se consideram ter conhecimentos suficientes e se sentem à vontade em falar sobre sexualidade na família, tendem a conversar com maior frequência e estabelecem diálogos com maiores detalhes sobre vários temas relativos à educação sexual. Consequentemente, esses pais “[...] proporcionam uma melhor educação sexual e atribuem mais importância à educação sexual na escola” (p. 8).

No caso da fase da adolescência, chama a atenção o fato de que, conforme Carvalho et al. (2019, p. 6), normalmente “[...] os adolescentes que conversam sobre a sexualidade com os pais” estão mais propensos a terem alguns tipos de comportamentos como: “atrasar a atividade sexual, usar preservativo quando se envolvem em comportamentos sexuais”, além de “diminuir os riscos de uma gravidez não desejada” e também de “ter práticas de namoro mais seguras (como comunicar melhor e evitar avanços sexuais forçados ou não desejados)”.

Erroneamente muitas vezes se acredita que a educação sexual pode estimular os adolescentes a terem práticas sexuais precoces e, na verdade, o que ocorre é o contrário, pois ao ter as informações corretas, especialmente advindas da família, as vivências da sexualidade entre os adolescentes tornam-se mais responsáveis e eles correm menos riscos de gravidez indesejada ou ter namoros abusivos.

Carvalho et al. (2019) apontam ainda que os pais geralmente reconhecem que é importante haver um diálogo na família acerca de questões inerentes à sexualidade e de os adolescentes consideram que a família é uma fonte importante de informação, mas ainda assim tanto os pais quanto os adolescentes compreendem que a comunicação existente é insuficiente e os temas normalmente são tratados de forma superficial.

Interessante notar que um estudo realizado por Gonçalves e Damke (2007) com 16 pais e 50 adolescentes de ambos os sexos no estado do Paraná, apontou que todos os pais entrevistados diziam que quando eram jovens não dialogavam sobre sexualidade com os seus próprios pais, mas 94% afirmavam que procuravam conversar sobre essa temática com os filhos. Apesar de a maioria dos pais afirmar que procurava estabelecer um diálogo aberto com os filhos, os adolescentes disseram que tinham dificuldades de conversar sobre determinados assuntos. Três participantes assim argumentaram: “Meus pais acham que é muito cedo para conversar comigo sobre sexo e eu tenho vergonha, mas gostaria de conversar com eles”; ou então “Meus pais não gostam de falar sobre sexo comigo”; e ainda “O que tenho maior dificuldade é falar sobre a relação sexual porque é assunto muito delicado”. Diante das opiniões de pais e adolescentes, as autoras concluíram que:

[...] a maioria dos pais não têm liberdade para conversar sobre assuntos ligados ao sexo com seus filhos, evidenciando que há um certo tabu em relação a este assunto. Vale ressaltar que os pais viveram uma certa repressão sexual desde a sua época e continuam a desviar-se do assunto, criando confusões, inibições e distorções. Nesse aspecto, não houve grandes mudanças nas relações dos pais quando eles eram adolescentes se comparados aos tipos de relação que estabelecem com seus filhos atualmente. (GONÇALVES; DAMKE, 2007, p. 3395).

Outro estudo sobre a educação sexual em âmbito familiar foi realizado por Almeida e Centa (2009) com 10 pais de alunos de uma escola privada no estado do Paraná, com o objetivo de identificar como estes pais vivenciavam a educação sexual de seus filhos adolescentes. Os resultados apontaram que:

Os pais fizeram algumas considerações sobre o modo como orientam os filhos sobre sexualidade, entre elas, a importância do diálogo e da conversa franca, entre pais e filhos; a dificuldade de comunicação entre pais e filhos; dificuldades relacionadas à educação recebida; ensino de valores e a importância da educação sexual compartilhada com a escola (ALMEIDA; CENTA, 2009, p. 71).

Entre os participantes da pesquisa, alguns pais disseram ter tranquilidade para falar sobre sexualidade com seus filhos, enquanto outros assumiram que têm dificuldade de tratar deste tema, porque surge em suas lembranças a forma de como foram educados (ou não) para a sexualidade. Entre estes pais, alguns manifestaram a preocupação em ensinar aos filhos o respeito consigo e ao próximo, de terem a consciência do exercício de sua sexualidade e como se comportarem na vida em sociedade.

É possível notar que tanto os estudos realizados no Brasil, por Gonçalves e Damke (2007) e Almeida e Centa (2009), quanto a pesquisa realizada por Carvalho et al. (2019), em Portugal, com 367 pais e mães portugueses, sinalizam que ainda existe muita dificuldade dos pais para discutir abertamente sobre questões inerentes à sexualidade com os adolescentes, se bem que, no caso da pesquisa portuguesa, observou-se que:

Em relação à educação sexual realizada em casa, a maioria considera oferecer uma boa educação sexual aos filhos/as, ter conhecimentos adequados para proporcionar uma educação sexual de qualidade, dar boas respostas às perguntas dos filhos/as sobre sexualidade e incentivá-los a participar em atividades de educação sexual na escola. A maioria também gostaria que os filhos/as conversassem mais com eles sobre a sexualidade (CARVALHO et al., 2019, p. 30).

Apesar de os pais portugueses demonstrarem que se preocupam com a educação sexual em âmbito familiar, e que incentivam os filhos a participarem de atividades sobre a educação sexual na escola, os resultados da pesquisa realizada por Carvalho et al. (2019) evidenciam que:

[...] dos 367 pais e mães que participaram no nosso estudo, quase 19% afirma que a educação sexual oferecida em casa aos filhos/as é de baixa qualidade, 36% considera não ter conhecimentos adequados ou não tem certeza se os conhecimentos que possui são apropriados para uma boa educação sexual, 43% não está à vontade com alguns temas da educação sexual, 10% considera que as respostas que dá às perguntas dos filhos/as são fracas, quase 11% afirma nunca ter incentivado os filhos/as a fazer perguntas e 65% não oferece materiais educativos sobre educação sexual aos filhos/as. Apesar de 65% dos pais desejarem saber mais sobre a sexualidade e educação sexual, apenas 36% tem interesse em participar em formação, o que pode ajudar a compreender a baixa participação dos pais nas ações realizadas em meio escolar (CARVALHO et al., 2019, p. 30-31).

Podemos inferir, a partir de pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal, que a educação sexual em âmbito familiar se caracteriza como frágil, porque em geral os pais não se sentem à vontade para abordar sobre a sexualidade com os adolescentes e os filhos costumam ter vergonha de sanar suas dúvidas com os pais.

Nesse sentido, Silva e Megid Neto (2006), ao reconhecerem a dimensão pública e política da sexualidade humana, alertam que o processo de educação sexual sempre esteve acompanhado da omissão e repressão desde o nascimento de uma criança, porque o núcleo social induz, de maneira nem sempre verbalizada, o que é e o que não é permitido em relação

à sexualidade, em vez de utilizar a fala como um meio para o entendimento humanista e emancipador.

Se na família a educação sexual não atende as necessidades e não sana as dúvidas dos adolescentes, o que dizer da escola? Será que há um trabalho de qualidade que se preocupe com a formação integral do educando, como propõe a LDB, e que essa formação integral inclua também a dimensão da sexualidade? A educação sexual na escola é a temática analisada a seguir.

1.3 Educação sexual na escola

Há tempo tem se discutido sobre estratégias para abordar a sexualidade no espaço escolar e, na década de 1990, ela foi constituída, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em tema transversal e não como uma disciplina. Trata-se do PCN Orientação¹ Sexual (BRASIL, 1997) que preconiza a transversalidade da educação sexual, que deve ser trabalhada junto aos demais conteúdos curriculares.

O PCN fundamenta-se no pressuposto de que a sexualidade humana inclui os fatores biológicos, sociais, psicológicos e culturais e, na escola, deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar, com a seguinte possibilidade:

Por exemplo, na área de Ciências Naturais, ao ensinar sobre o corpo humano, incluem-se os principais órgãos e funções do aparelho reprodutor masculino e do feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais. Dessa forma o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à diferença (conteúdo de Ética) (BRASIL, 1997, p. 36).

Para Demartini e Silva (2016), a discussão acerca da educação sexual na escola é um tema polêmico e no Brasil ela sempre sofreu repressão devido a questões religiosas que influenciaram o ensino, bem como devido ao governo moralista e autoritário advindo do Golpe Militar (1964-1985), que impossibilitou as demandas referentes à sexualidade que emergiam no país.

Mais de duas décadas se passaram desde o surgimento dos PCNs e, o que se percebe é que, apesar de toda a tecnologia e modernidade presentes no Século XXI, a educação sexual

¹ O PCN utilize o termo “orientação sexual”, para retratar a “educação sexual” que deve ser realizada na escola. Assim, nesta pesquisa, será sempre utilizado o termo educação sexual.

na escola costuma ser permeada por tabus e preconceitos, devido às crenças infundadas de que a escola poderá estimular precocemente o início da vida sexual dos alunos.

Já na década de 1980, o contexto social da época, caracterizado pela globalização que gerou um impulsionamento da pornografia e tráfico de mulheres, além da transmissão de doenças sexuais, principalmente da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), exerceram influências para o surgimento de ações relativas à educação sexual com foco na prevenção, mas havia o predomínio do fator biológico em torno da sexualidade (DEMARTINI; SILVA, 2016). Na atualidade, essa visão “biologicista” permanece e o pior é que ela ignora o sujeito como um ser socialmente construído a partir de diversas experiências culturais.

O problema da programação curricular reduzida ao biologismo é que, apesar de trabalhar com conhecimentos importantes para a compreensão da sexualidade, que não devem ser negligenciados, nem de longe consegue dar conta de tudo o que envolve a sexualidade. Neste sentido, a escola acaba negando que fatores de ordem psicológica, social, histórica, cultural e pulsional apresentam influência sobre a sexualidade e sobre a forma como é percebida e vivenciada (DEMARTINI; SILVA, 2016, p. 59).

E em algumas situações, do cotidiano deste sujeito, ele poderá levar para a vivência da sua sexualidade, conceitos que não observam estes fatores citados acima, pode-se gerar com isso relacionamentos em que poderão ser os abusados ou os abusadores.

Rodrigues e Wechsler (2014) também compreendem que o contexto sociocultural em que os alunos estão inseridos, inclusive a escola, deve contribuir para que eles reflitam e investiguem sobre como a sexualidade se apresenta em sua cultura. A intenção é que haja um maior entendimento acerca desta questão, para que o aluno possa tomar decisões cientes das consequências de suas escolhas e refletir sobre a vivência “inteligente” da sua sexualidade, sem acarretar gestações não-planejadas e/ou doenças sexualmente transmissíveis.

A educação sexual na escola costuma ser um tema polêmico porque muitas pessoas acreditam que as discussões sobre a sexualidade poderão influenciar os alunos a iniciarem a vida sexual precocemente. Contudo, pesquisadores como Simões (2009), Maia e Ribeiro (2011), Rodrigues e Wechsler (2014) e Carvalho et al. (2019) ressaltam que é o contrário, que a escola poderá contribuir para orientar os alunos a tomarem decisões com maior consciência e responsabilidade.

De acordo com Maia e Ribeiro (2011), a educação sexual é parte da história da humanidade e da vida dos sujeitos em vários contextos socioculturais, e ao se tornar um objeto de ensino na instituição escolar, é importante que aconteça uma formação especializada

dos profissionais, com organização, objetivos, metodologia, didática e temporalidade. Além do mais, é preciso considerar que, quando a educação sexual chega à escola, os sujeitos já têm uma visão sobre valores sexuais que foram repassados pela família e pelo grupo social em que estão inseridos. Por esse motivo, a educação sexual não deve ocorrer apenas para ensinar e informar, mas também para educar e formar os alunos, mediante ações que os levem a refletir sobre a própria sexualidade, bem como das pessoas com as quais eles convivem.

Entretanto, apesar de Simões (2009) compreender a sexualidade humana como resultado de uma produção histórica e cultural, que estará sempre em movimento e aberta a possibilidades e variações, ele alerta que muitas pessoas, inclusive educadores, acreditam que a sexualidade é um tema “intocável” e que deve ser tratado prioritariamente no núcleo familiar ou em um consultório médico. E a cada vez que tentam “anular” este tema, evitando que seja debatido na escola, porque o “[...] que é tido como moral, justo, saudável, legítimo e legal em termos de sexualidade, indicam exatamente o contrário: que a sexualidade é um tema público, social e político por excelência” (SIMÕES, 2009, p. 189).

Ao reconhecer que a escola precisa trabalhar a educação sexual, Maia e Ribeiro (2011) analisam que não se trata de um trabalho improvisado, visto que precisa ter planejamento para atingir aos objetivos e se tornar acessível aos alunos.

Partimos, portanto, do princípio que a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 77).

Outro aspecto a considerar, é que a educação sexual na escola deve incluir várias temáticas, a fim de formar os adolescentes de uma maneira mais ampla, como sugerem os 367 pais e mães portugueses que participaram de uma pesquisa realizada por Carvalho et al. (2019) sobre essa temática. Com a pesquisa, foi observado que:

Os pais foram unânimes em considerar 10 temas de saúde sexual como importantes para os programas e currículos de educação sexual nas escolas, considerando de extrema importância as IST (VIH/SIDA), a contraceção e práticas sexuais seguras, segurança pessoal, abuso e assédio sexual. Estes são também os temas que os pais afirmam conversar com mais detalhe e pormenor com os filhos/as. Temas referentes à nomeação correta dos órgãos genitais, prazer e orgasmo e abstinência foram considerados menos relevantes para a escola, mas ainda assim, foram classificados como importantes. Os pais consideram também que a abordagem das decisões sexuais nos relacionamentos, da reprodução e nascimento e da puberdade e desenvolvimento físico são muito importantes nas escolas. (CARVALHO et al., 2019, p. 30).

Torna-se evidente que é necessário que a educação sexual faça parte da rotina na escola e que entre os profissionais da educação exista o compromisso de trabalhar com os alunos temáticas que são importantes para suas vidas, como é o caso de temáticas relativas à sexualidade.

Por fim, é importante enfatizar que a educação sexual deve ser uma ação que esteja presente na família, na escola e em outros segmentos da sociedade. Concordamos com Almeida e Centa (2009) por afirmarem que, em relação à educação sexual,

É fundamental que todos, governo, profissionais de saúde e de educação, família, escola e sociedade não economizem esforços para que os adolescentes sejam educados, não só para exercer sua sexualidade, mas principalmente para exercer seus direitos com responsabilidade, sendo respeitados e respeitando os outros. (ALMEIDA; CENTA, 2009, p. 75)

Embora neste estudo tenhamos analisado a educação sexual em âmbito familiar e escolar, entendemos que se trata de um compromisso coletivo, que também outros setores da sociedade devem se preocupar com essas questões, para que os adolescentes tenham a clareza dos direitos, deveres e responsabilidades, além de considerar que é preciso haver o respeito mútuo quando se trata das vivências da sexualidade.

2. A FASE DA ADOLESCÊNCIA: SEXUALIDADE E GRAVIDEZ

Tendo em vista que mães e pais adolescentes são o público alvo do presente estudo, nessa seção analisamos questões como: a fase da adolescência; adolescência e sexualidade; e gravidez na adolescência; conforme apresentado na sequência.

2.1 A fase da adolescência

Muitas mudanças ocorrem na vida humana com a passagem do tempo, mas em alguns momentos específicos as mudanças costumam ser mais intensas, como é o caso da transição da infância para a idade adulta, em que há uma fase de grandes modificações conhecida como adolescência. De acordo com Ferreira (2003, p. 15), a “Adolescência é o período do crescimento humano situado entre o início da puberdade e a maturidade adulta. Caracteriza-se [...] pela transição do estágio infantil para o estágio adulto de inúmeras funções, incluindo as sexuais”. Também Papalia e Feldman (2013, p. 432) apontam que “A adolescência, nas sociedades industriais modernas, é a transição da infância para a vida adulta. Vai dos 10 aos 11 anos até os 18 ou 19, chegando mesmo até os 20-21 anos”. A idade é relativa, visto que no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece, em seu artigo 2º, que são consideradas adolescentes, as pessoas que têm entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990), ou seja, não existe uma idade exata que determina o início e o fim dessa fase da vida.

Ademais, existem diferenças individuais ao entrar para a fase da adolescência e geralmente as meninas iniciam esse período entre 11 a 13 anos e os meninos entre de 12 a 14, embora as idades não sejam “rígidas, uma vez que as mudanças físicas é que marcam a saída da infância e a entrada na adolescência” (GONÇALVES, 2016, p. 90).

Além dos fatores biológicos que se fazem presentes durante a adolescência, existem os aspectos sociais ou como cada contexto histórico e cultural compreende essa fase da vida e, nesse sentido, Ventura e Corrêa (2006) postulam que:

Embora a transição da infância para a vida adulta seja um fato biológico universal, reconhecido e ritualizado em diversas sociedades, os procedimentos simbólicos, discursivos e práticos (institucionais) de que as sociedades lançam mão para nomear e abordar esta etapa da vida não são homogêneos. A heterogeneidade das estratégias culturais para lidar com esta “passagem” não desapareceu em diversos contextos culturais, e ritos de passagem ditos “tradicionais” convivem – muitas vezes em fricção – com discursos, normas e práticas derivadas das concepções modernas (e ocidentais) sobre este momento de transição (VENTURA; CORRÊA, 2006, p. 1505).

Em algumas culturas praticamente não existe a fase da adolescência, uma vez que “[...] a transição entre infância e vida adulta era (e ainda é) um período relativamente curto, após o qual moças e rapazes estão habilitados a casar, procriar e fazer tudo mais o que aos adultos é permitido”. Contudo, na cultura ocidental contemporânea, “[...] o conhecimento biomédico e a educação têm produzido desde o século XIX uma ampliação gradativa deste período da vida, levando à invenção de uma terminologia específica – adolescência – para denominá-lo” (VENTURA; CORRÊA, 2006, p. 1505).

Também Piletti (2017) analisa que a infância e a adolescência começam a ser descritas como fases do desenvolvimento humano a partir da publicação de teorias das áreas da Pedagogia, Pediatria e Psicologia, a partir do século XX.

Anteriormente a esse período, embora havendo mudanças biológicas muito nítidas, a percepção sobre a fase da adolescência era diferente. Segundo Davim et al. (2009), no século XVIII, com o auge da burguesia e a compreensão de que a pessoa humana era o “centro do mundo”, a adolescência passou a ser compreendida como um ciclo final do desenvolvimento humano, com conceitos similares aos que existem atualmente em relação ao desenvolvimento do pensamento abstrato, da racionalidade, da emancipação e da identidade. Na realidade, não havia estudos sobre a idade adulta e, sendo assim, considerava-se que após o final da infância, a pessoa atingia o auge do desenvolvimento humano.

A Revolução Industrial potencializou a mudança sobre a compreensão da adolescência, pois com a rápida urbanização teve reflexo na organização familiar, possibilitando o surgimento de uma maior aproximação entre pais e filhos e valorização das idades que atualmente correspondem a infância e a adolescência (PILETTI, 2017).

No século XX, os adolescentes passaram a conviver mais intensamente com outros adolescentes nas escolas, nos esportes, nos clubes, ocorrendo o nascimento de uma cultura jovem que tem como destaque a linguagem (uso de gírias criada por eles), o comportamento, as atitudes e as vestimentas, fazendo-os singulares em relação ao mundo adulto (DAVIM et al., 2009). Mas essa autonomia de se fazerem diferentes acarretou para os adolescentes alguns estigmas que prevalecem nos dias atuais, como de “rebeldes sem causa”, ou “aborrecentes”. Com isso, muitas vezes eles deixam de serem ouvidos por serem vítimas de preconceitos. De forma semelhante, Leiras (2019) argumenta que:

[...] se a sociedade atribui à adolescência determinadas características como, por exemplo, a rebeldia, a agressividade, flutuações de humor, entre outras, são essas características que irão pautar não apenas a constituição dos próprios adolescentes como também a forma como os mesmos são vistos pela sociedade e, portanto, as formas de tratamento que esses sujeitos recebem também tendem a se pautar por essas ideias pré-determinadas. (LEIRAS, 2019, p. 49).

Ou seja, se os adultos têm essa compreensão sobre a fase da adolescência, de que são agressivos, rebeldes, etc., conseqüentemente as atitudes predominantes poderão ser preconceituosas e até mesmo incoerentes. Para Piletti (2017), o olhar preconceituoso pode ter, como consequência, uma relação contraditória dos adultos para com os adolescentes, que em alguns momentos vão cobrar atitudes e comportamentos de um adulto e em outras situações vão considerá-los infantis para assumir responsabilidades e experimentar determinadas vivências.

Outro problema relacionado à percepção equivocada sobre a fase da adolescência é que o que é reforçado pelos adultos em relação a se tratar de um período de crise e de rebeldia, pode se tornar como “[...] uma profecia auto-realizadora que leva os jovens a se comportar de determinadas maneiras para se adaptar às expectativas colocadas pela sociedade” (OZELLA, 2003, p. 39).

Apesar de reconhecer que existem posições contraditórias em relação à fase da adolescência, Piletti (2017) postula que no século XXI essa fase da vida encontra-se em condição de transição porque a sociedade passa a juventude à uma ideia de autonomia, com a possibilidade de que esta fase possa deixar os jovens a um passo da fase adulta.

Diante do exposto, é possível inferir que o período da adolescência não tem como ser tratado da mesma maneira em todas as culturas, tendo em vista que, para melhor compreender os adolescentes, é preciso “[...] considerar que sua constituição e suas características estão intimamente interligadas às relações produzidas na história da sociedade em que vive” (PILETTI, 2017, p. 171).

É importante ressaltar, porém, que em muitas sociedades predomina a ideia de querer “enquadrar” todos os seres humanos em suas posições aceitas como verdadeiras e tal fato não é diferente para os adolescentes que, além de lidar com os seus conflitos internos, tanto biológicos, quanto psíquicos, ainda têm que atender as exigências do seu contexto social. E nem sempre é fácil atender as expectativas, podendo muitas vezes resultar em frustração para os adolescentes.

2.2 Adolescência e sexualidade

Na perspectiva sócio-histórica, a adolescência é entendida como um fenômeno construído historicamente, na qual não pode ser analisada fora do contexto social, cultural ou político em que o indivíduo encontra-se inserido. Já a puberdade estaria mais relacionada ao desenvolvimento biológico (BOCK, 2004; FROTA, 2007; KAHHALE, 2001; OZELLA; AGUIAR, 2008; PILETTI, 2017).

Ou seja, ao se trabalhar a educação sexual com os adolescentes, não é possível considerar somente os fatores biológicos, visto que a maneira pela qual a sociedade lida com essa fase da vida, interfere no processo de desenvolvimento humano, inclusive em relação à sexualidade.

Em relação à educação sexual voltada ao público adolescente, Carvalho, Rodrigues e Medrado (2005) analisam que tem sido baseado no modelo biomédico, devido a naturalização dessa fase da vida. Em geral, a adolescência é entendida como uma fase de crises e ebulição hormonal, que faz com que os adolescentes sejam vistos como os mais propensos aos riscos de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e gestações não planejadas, resultando assim em uma questão de saúde pública.

Ao concordar com essa perspectiva social, Rodrigues e Wechsler (2014) salientam que o aluno se encontra inserido em um contexto sociocultural que pode ou não contribuir para que ocorram reflexões sobre a questão da sexualidade e como ela se mostra na sua cultura. Com isso, acontece uma maior compreensão sobre essa questão, contribuindo assim para que decisões possam ser tomadas mediante o conhecimento das possíveis consequências de se ter relações sexuais irresponsáveis, que possam resultar em algum tipo de doença ou gravidez indesejada.

Na publicação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) intitulada “Saúde sexual e saúde reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado” trás em pauta a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos dos adolescentes, sendo estes reconhecidos pelos direitos humanos nos documentos internacionais e em leis nacionais, evidenciando a relevância de se aceitar a individualidade e autonomia dos adolescentes, incentivando-os a reconhecer que são responsáveis pela própria saúde. Por isso, entende-se que é importante proporcionar aos adolescentes “o acesso à informação de qualidade, às oportunidades para o exercício desses direitos individuais, sem discriminação, coerção ou violência, baseia as decisões livres e responsáveis sobre a vida sexual e a vida reprodutiva” (BRASIL, 2018, p. 49).

O documento do Ministério da Saúde estabelece que os adolescentes têm garantido alguns direitos de atendimento e recomenda que é necessário também se preocupar com a prevenção, quando se trata de questões inerentes à sexualidade.

Adolescentes, de 10 a 19 anos de idade, têm direitos a serem atendidos sem discriminação, de qualquer tipo, com garantia de consentimento informado e esclarecido, de privacidade e de sigilo. Na mesma faixa etária, podem ser atendidos sem a presença dos pais, se assim preferirem. No entanto, se esses adolescentes ainda não têm o discernimento e a autonomia necessária para tomar decisões, é preciso negociar com eles e elas a presença de pais ou responsáveis. Além do atendimento, é importante que o acesso ao preservativo seja ofertado de modo facilitado, recomendando sempre a orientação da dupla proteção. (BRASIL, 2018, p. 50).

Diante do exposto, ressaltamos que para que os adolescentes possam ter uma maior compreensão de sua vida como um todo, é importante que as redes de apoio, que são a família, a escola e a unidade básica de saúde, estejam em sincronia, possibilitando assim uma melhor apreensão de conhecimentos e planejamento de vida para que este sujeito, que está em processão de construção, possa ter a consciência e responsabilidade sobre a sua vida em todos os sentidos.

2.3 Gravidez na adolescência

O índice mundial de gestação na adolescência, segundo o relatório “Aceleração do progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe”, realizado por quatro agências vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), informa que está na média de 46 nascimentos de bebês, a cada mil meninas, entre 15 e 19 anos. Já na América Latina, a estimativa é de 65,5 nascimentos, e do Brasil é 68,4 nascimentos (ONU, 2016). Este documento mostra que existe a possibilidade de um crescimento progressivo de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos. A estatística é de que 15% das jovens da região com menos de 20 anos engravidem e que 2 milhões de crianças venham nascer de mães com idade entre 15 e 19 anos.

Segundo o Ministério da Saúde, a taxa de gestação na adolescência no Brasil é alta, com 400 mil casos/ano. Quanto à faixa etária, os dados revelam que em 2014 nasceram 28.244 filhos de meninas entre 10 e 14 anos e 534.364 crianças de mães com idade entre 15 e 19 anos. Esses dados são significativos e requerem medidas urgentes (BRASIL, 2020).

Ademais, os dados mostram a relevância que tem que ser dada a esta problemática, visto que a gravidez na adolescência tem se tornado um problema de saúde pública no Brasil. Meninas se tornando mães sem ter o corpo e mente totalmente preparados para as

transformações biológicas, psicológicas e sociais que acompanham esse processo. Meninos sendo pais, também sem ter um aparato biopsicossocial para exercer tal função. E sem contar nos gastos financeiros que são necessários para a criação de uma criança.

De acordo com Kahhale (2001), a gravidez na adolescência pode influenciar os processos de desenvolvimento físico, psicológico e social, podendo causar a evasão escolar dos adolescentes. Sendo assim, se faz necessário verificar como está ocorrendo a transversalidade da educação sexual nas escolas, já que é orientado pelo PCN desde 1997.

E mesmo com esta “transversalidade” como orientação educativa, a gravidez precoce apresenta os maiores índices na população de adolescentes em que o ambiente familiar possui a menor renda, resultando em algumas consequências como abandono dos estudos e riscos biológicos que uma gestação precoce pode causar à mãe e ao feto/bebê em desenvolvimento (COTRIM; CARVALHO; GOUVEIA, 2000).

Segundo Bock (2008), a gravidez na adolescência vem atravessando todas as classes sociais sendo um determinante de vulnerabilidade para as adolescentes que engravidam, pois nesta situação elas têm menos oportunidades em relação as outras adolescentes que seguem um trajeto de desenvolvimento considerado “correto” para a nossa cultura, que é estudar e, conseqüentemente, se profissionalizar em alguma atividade. Em suma, “a gravidez precoce impede ou dificulta a adolescente de cumprir seu papel de estudante e de se preparar adequadamente para o ingresso no mundo do trabalho” (BOCK, 2008, p. 200).

Ter filhos no período da adolescência, assim como na fase adulta, demanda responsabilidade, disponibilidade e abdicação de uma parte da vida. E esta transformação de vida pode causar, principalmente nas meninas, consequências negativas tanto no âmbito escolar, profissional e também transtornos psicológicos por causa da pressão que a sociedade impõe as mulheres por causa da maternidade.

Meneses, Lopes e Magalhães (2008) realizaram uma pesquisa com 60 adolescentes grávidas com o intuito de verificar se existiam transtornos mentais comuns entre elas. Por meio de um questionário específico, para o rastreamento de patologias psiquiátricas-não psicóticas, foi analisado que 60% das participantes da pesquisa possuíam um transtorno mental comum, que está relacionado aos quadros subclínicos de ansiedade, depressão e stresse. Isso chamou a atenção dos autores para o fato de que além dessas adolescentes gestantes terem que passar por esse período de transformações que é a adolescência, que geralmente já é estressante, ainda tinham que agregar mais um fator de estresse para as suas vidas que é estar esperando um bebê.

Estes dados destacam mais uma vez toda a complexidade de ser adolescente e mãe ao mesmo tempo, e de como elas podem se tornar mais suscetíveis aos transtornos psicológicos do que uma adolescente sem filhos. E se olharmos na questão dos gêneros, poderemos observar que ser mãe na adolescência terá mais desdobramentos visíveis na vida das meninas do que na vida dos meninos. Desdobramentos esses, que podem ter consequências que reverberarão para toda a vida, tanto pessoal quanto profissional.

Moreira et al. (2010) realizaram uma pesquisa em uma escola com alunas que engravidaram na adolescência. Foi então percebido que as meninas ficaram em defasagem em relação ao nível de escolaridade com a idade, afetando a formação acadêmica e profissional, consequentemente podendo causar, futuramente, desemprego ou subemprego. As conclusões do estudo foi de que a família, a escola e os poderes públicos devem assumir a responsabilidade de viabilizar uma real educação sexual para as crianças e adolescentes, promovendo conhecimento sobre o tema com uma linguagem acessível que possa capacitá-los à compreensão, colaborando para uma queda nos índices de gestação na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e abusos sexuais.

Observa-se nos dias atuais que a tríade social “família, escola e estado” encontrara-se em fase de dúvidas sobre quem deve educar para a sexualidade. Diante desse empasse, os adolescentes não obtêm as informações e o apoio necessário para que sejam capazes de aprenderem a vivenciar, com consciência e responsabilidade, a sua sexualidade. Consequentemente, diante da omissão da família, escola e sociedade, possivelmente muitas crianças nascerão sem o apoio e os cuidados preconizados para que o ser humano possa ter condições de se desenvolver plenamente na sua totalidade.

A gravidez na adolescência também está relacionada com as questões de gênero, uma vez que geralmente as meninas e seus familiares é que assumem as maiores responsabilidades, enquanto os meninos nem sempre se responsabilizam pelas funções paternas. Dessa forma, uma pesquisa realizada por Dias e Aquino (2006) com mães e pais adolescentes em três cidades do Brasil (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre) constatou que as atividades em relação ao cuidado infantil e as limitações sociais “determinadas” ao gênero feminino constituem o cotidiano da maioria das participantes sendo atribuído ao pai adolescente mais a questão do sustento ao filho. Ou seja, “[...] prevalece, ainda, a lógica de gênero que define o espaço doméstico, sobretudo, o cuidado com a criança, como domínio do feminino e a função de provedor associada ao masculino” (DIAS; AQUINO, 2006, p. 1456).

Ao abordar sobre a gravidez na adolescência e estabelecer relações com as questões de gênero, Miguel e Gonçalves (2017) apontam que para as meninas a situação é mais complexa e resulta em maiores prejuízos, inclusive escolares, pelo fato de que:

[...] os meninos costumam ter menos cobranças em relação ao torna-se pai. Eles não têm problemas com a escola, por não ter uma barriga de gestante, que é tão evidente, muitos continuam se divertindo, enquanto que, no caso das meninas, a vida muda completamente. Assim, é possível afirmar que as meninas grávidas são as que mais têm prejuízos psicossociais em relação à maternidade não planejada e, após o nascimento de seus bebês, as dificuldades se intensificam ainda mais, pois elas têm que dedicar aos cuidados da criança, protelando por um bom tempo os planos para a sua própria vida, inclusive de escolarização (MIGUEL; GONÇALVES, 2018, p. 932).

Essa “determinação social” de papéis que devem ser seguidos pelo gênero feminino e masculino em relação ao nascimento e criação de uma criança traz “pesos” diferentes para ambos os gêneros. E de certo modo, não é difícil de perceber que o gênero feminino carrega um peso maior em relação à criação dos filhos por causa da demanda física que acomete na gestação, e posteriormente com o nascimento do bebê e período de amamentação.

A cobrança do exercício da maternidade é vista como algo natural pela sociedade patriarcal, enquanto que a paternidade surge como um papel secundário, em relações aos cuidados reais com o bebê/criança, e com isso sobrecarrega a mulher.

Na seção a seguir, veremos recortes históricos sobre a educação para mulheres, na tentativa de compreendermos como iniciou-se algumas dessas questões que causam tamanho conflito e desigualdade nas relações de gênero através dos séculos.

3: EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES E AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM SOCIEDADES PATRIARCAIS

Nesta seção, discutiremos algumas temáticas como: a educação para as mulheres no Brasil; educação feminina, instrumento emancipatório ou de subalternidade?; e relações de gênero, poder e submissão feminina; conforme apresentado a seguir.

3.1 Educação escolar para as mulheres no Brasil

No contexto contemporâneo em que vivemos, quando observamos que meninas e meninos estão desde aproximadamente aos quatro anos de idade matriculados em uma escola, não nos lembramos que para se chegar a este ponto, muito já aconteceu ao longo do processo educacional no nosso país. Principalmente, em relação aos avanços existentes quando se fala em educação para as mulheres, o que no início da colonização era praticamente algo inconcebível para a sociedade patriarcal do século XVI.

Na visão feminista da sociedade do século XIX, a educação era um instrumento para a conscientização das mulheres em relação a subjugação masculina e nesse caminho “educativo e conscientizador” poderia lhes trazer a liberdade e autonomia pois estaria também preparada para o mercado de trabalho, possibilitando a independência financeira e possivelmente saindo do jugo dos homens/maridos (SANTANNA, 2010). Era tudo o que a sociedade conservadora mais temia, pois colocaria em risco o *status quo* da subalternização feminina em relação ao homem.

Antes da constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no fim do século XVIII, observamos que a liberdade de pensamento de grandes mulheres que reivindicaram seu espaço na sociedade, eram desrespeitadas há muito tempo, sempre impedidas pelo machismo e pela ignorância existente tanto na sociedade antiga, quanto nos dias de hoje (SANTANNA, 2010).

A relevância de se modificar o hoje está sempre em se conhecer acontecimentos passados que podem refletir até os dias atuais. Esse movimento dialético de interligar os fatos anteriores com o que vemos hoje, nos levar a determinar ações que posteriormente poderão surgir efeitos nas gerações vindouras de mulheres e homens, que prezem o respeito e igualdade de direitos como um benefício para todos.

O objeto deste estudo trata-se de investigar em como foi a educação para as mulheres no Brasil Colônia e Império, e em que se pautava esta educação para as mulheres no Brasil

Colônia e Império? Na emancipação ou na subalternização.? Os resultados desta pesquisa bibliográfica revelam que a elite mandatária masculina não teve de imediato o interesse em educar as mulheres, por conta de toda a construção ideológica patriarcal da época, e conforme as mudanças foram ocorrendo à nível mundial, principalmente em relação ao surgimento do capitalismo e viu que de uma certa maneira, as mulheres necessitavam ser educadas – mas até certo limite – porque ela era peça importante na formação dos homens que ocupariam os postos de trabalho.

Os historiadores, em suas investigações, conheceram uma sociedade colonial e imperial, que lhes aparece presas em uma contradição a qual só terá questões deliberadas muitos anos depois, no caso, em relação às mulheres serem reconhecidas como sujeitos possuidoras de direitos, assim como os homens (DEL PRIORE, 1998).

Del Priore (1998) em suas pesquisas, nos mostra que a vida social no Brasil, na época colonial e imperial, foi investigada a partir de fontes remanescentes das instituições de poder, como a Igreja e o Estado, por alguns historiadores, na procura de práticas que se desviavam dos costumes daquele período e do imaginário da sociedade, e o que não despertava muito interesse, foi importante para o nascer de uma história da mulher brasileira: a exploração de fontes documentais e arquivos. A referida autora aponta que:

São mortas e mortos que falam, contando sobre a violência ou a humilhação que sofreram, sobre os prazeres que tiveram. Essas vidas corriqueiras, absolutamente ordinárias, capturadas nos arquivos de polícia ou eclesiástico permitem, de fato, auscultar as vozes femininas, mas não nos enganemos: elas são ouvidas à luz dos constrangimentos impostos pelas práticas de poder que orientam tal e qual interrogatório (DEL PRIORE, 1998, p. 227).

A literatura brasileira como os seus clássicos e com as obras de escritoras do séc. XIX e XX, fortaleceram as discussões sobre as representações femininas existentes na época, e esse valioso material documental possibilitou, de certo modo, interpretar em como as mulheres e os homens de um determinado recorte temporal se “ajustavam”, de uma maneira até subjetiva, das posturas e regras que lhe eram determinados (DEL PRIORE, 1998).

Por conseguinte, a história da mulher favoreceu-se grandemente, através da pesquisa nos documentos, das fontes literárias impressas: biografias, romances, revistas e jornais, que revelou um extenso território para se explorar diversas características da vida social e em como as mulheres invadiam o imaginário do mundo masculino.

Se atentarmos para os trabalhos sobre a história do feminismo, também conheceremos quem é a mulher na história, e fica claro que a história da mulher contada através da história do feminismo não tem nenhuma relação com aquela descrita pelos historiadores sociais,

porque no campo da pesquisa, a trajetória do feminismo é um recorte à parte. Anteriormente forte e efervescente, “... o movimento feminista no Brasil encontra-se, hoje, num estado de interrogações, ambivalências e contradições, resultantes de seus sucessos, mas também de seus fracassos” (DEL PRIORE, 1998, p. 231).

Ao ver que nos dias atuais, a educação é preconizada como um direito de todos os cidadãos, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), não podemos esquecer que nem sempre foi assim, e no período colonial, os sujeitos que mais foram excluídos da educação foram as mulheres, os negros escravos, a classe trabalhadora e os indígenas. A ideologia da educação que dominava nestes períodos foi a católica, a qual privilegiou as classes dominantes, e ao deixar a população menos favorecida de lado, de certa maneira, abriu espaço para que a classe abastada, com mais instrução, se colocasse no centro do poder, com a “regalia” de ditar os caminhos da educação (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2012).

O Brasil Colônia e Império têm seus objetivos vinculados a doutrina católica e por ela ter seus fundamentos na ética individual, confirmava a proposição de que a sociedade era o reflexo da moral dos indivíduos inseridos nela, e esta visão recaía, principalmente sobre as mulheres (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2012). A Igreja Católica com o seu controle “... conseguiu impor regras de conduta que tinham na educação feminina sua principal depositária, e as escolas católicas (e mesmo as públicas) veicularam esses princípios e lançaram sólidas bases ideológicas que perduraram por décadas” (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2012, p. 227).

A simbiose existente entre o Estado e a Igreja contribuiu para que as mulheres continuassem por tanto tempo à mercê do controle imposto por estas instituições. E o atraso em construir espaços de educação para as mulheres fazia parte do plano de mantê-las sob o jugo da sociedade patriarcal.

No Brasil, a primeira instituição de origem católica que se encarregou de educar as moças foi o Convento das Ursulinas de Nossa Senhora das Mercês na Bahia, que seria o primeiro e único colégio de meninas durante o período colonial, fundado em 23 de janeiro de 1735. Somente depois de um século é que seria fundado outro colégio para jovens, em abril de 1849, as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Mariana, Minas Gerais. Em São Paulo, a Congregação das Irmãs de São José de Chambery fundou em Itu, em 1858, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2012, p. 228).

A igreja e o estado comungaram dos mesmos ideais, sobretudo quando o assunto era relacionado a educação das mulheres, pois eles acreditavam que uma mulher *douta* ou culta poderia deixar de lado a sua “função” reprodutiva, o que era visto como primordial para a sua realização pessoal e fortalecimento da família patriarcal e com isso “[...] o encaminhamento

das meninas aos colégios religiosos em regime de internato, às vezes, se fazia até que elas chegassem à idade de serem apresentadas à sociedade em busca de um casamento vantajoso.” (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2012, p. 229).

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, contribuiu, mesmo estando voltada ao interesse da elite, para o desenvolvimento do sistema educacional. O interesse do governo, que se instalou no Rio de Janeiro, foi de formar quadros para a administração e o exército, e para isso o ensino deveria ser prioridade. Assim, foram sendo abertos inúmeros cursos de ensino superior, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o território da Colônia, e também aumentou a criação das escolas das primeiras letras nas províncias – sem caracterizar escolarização para todos – e no caso a maioria das escolas era para o sexo masculino, e minoria para o sexo feminino (STAMATTO, 2002).

Corroborando com tais pressupostos, Beltrão e Alves (2009, 127) mencionam que após a vinda da Família Real e Independência do Brasil, em 1822, a sociedade passou a ter uma estrutura mais complexa porque “As imigrações internacionais e a diversificação econômica aumentaram a demanda por educação, que passou a ser vista como um instrumento de ascensão social pelas camadas sociais intermediárias”. Nesse cenário, começam a surgir discussões sobre a educação escolar voltada para ao público feminino e então “Os primeiros legisladores do Império estabeleceram que o ensino primário deveria ser de responsabilidade do Estado e extensivo às meninas, cujas classes seriam regidas por professoras” (p. 128). Entretanto, “[...] devido à falta de professoras qualificadas e sem conseguir despertar maior interesse dos pais, o ensino não chegou a abranger uma percentagem significativa de alunas” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

Segundo Cunha e Silva (2010), quando o processo de Independência do Brasil se estabeleceu, logo os primeiros legisladores, se organizaram para montar um sistema educacional que tivesse a capacidade de assistir às necessidades da elite colonial, a qual naquele período passava a “direcionar” a nação brasileira, e com isso houve a preocupação em incluir a mulher na educação, constituindo também como obrigatório, o ensino primário gratuito. Apesar da “[...] instauração de vários debates e discussões acerca da nova lei educacional não foi suficiente para que as Escolas das Primeiras Letras fossem construídas em quantidades satisfatórias, capazes de atender a demanda do segmento feminino” (CUNHA; SILVA, 2010, p. 98).

Essa era a realidade educacional na primeira metade do século XIX, período em que começou a aparecer no Brasil as primeiras instituições educativas voltadas para as mulheres, apesar de predominar “[...] um quadro de ensino dual, com claras especializações de gênero”

(BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128). Tal dualidade ocorria porque “Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa”, enquanto que “A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários” (p. 128). Consequentemente, as mulheres foram excluídas e não tinham acesso aos níveis mais elevados de instrução durante o XIX. A primeira escola normal foi criada no ano de 1835 em Niterói e no ano seguinte foi criada outra escola na Bahia, mas até o final do Império, essas escolas eram em número reduzido e com pouquíssimas matrículas de mulheres.

Para Cunha e Silva (2010), durante o período imperial no Brasil, as instituições de assistência e com caráter educativo eram providas pelo Estado ou por algumas Ordens Religiosas Femininas, com a intenção de educar as meninas da classe trabalhadora. Porém, havia uma limitação de conteúdos porque a maior preocupação era com os ensinamentos domésticos, a leitura e a escrita básica, além dos processos matemáticos mais usuais do cotidiano. A ideia predominante era de que, com esse ensino básico, as meninas eram consideradas aptas para exercer o magistério.

Hilsdorf (2004) destaca a história das meninas do Seminário das Educandas de São Paulo, onde a princípio as internas eram órfãs de pais militares que morreram em combate. Depois começaram a serem aceitas meninas órfãs em geral, sob tutores e também tinham as pensionistas, a maioria filhas de militares que pagavam uma mensalidade. Neste local, elas eram “preparadas” para viver na sociedade patriarcal do Império, aprendendo principalmente as prendas domésticas. Aprendiam também a ler, escrever, as operações básicas de matemática. A prioridade era que saíssem de lá com um bom casamento, e que fossem referência de mulheres bem-educadas e comportadas socialmente, dependentes financeiramente de seus maridos, boas esposas e boas mães.

O Educandário além de “educar” também corrigia, presava a honra das meninas (virgindade) e punia se fosse o caso. “Enquanto realizavam os seus trabalhos de agulha, essas meninas aprendem a tecer suas próprias vidas, muitas vezes à revelia dos modelos apontados pelos filantropos liberais-ilustrados ou pela religiosidade popular”. (HILSDORF, 2004, p. 65).

Também Stamatto (2002, p. 7) aborda sobre as relações de gênero predominantes na área da educação:

As meninas continuaram sentando-se separadas dos meninos, e na prática escolar da época, a imaginação correu solta para mantê-las afastadas dos garotos. Assim, as aulas funcionavam em horários diferentes para um e outro sexo, em dias alternados, em prédios separados, mesmo sendo o mesmo curso, até em salas separadas por muros, ou construção feita com a ala masculina independente da ala feminina. Mas, elas frequentavam aulas, eram professoras cada vez em maior número.

A educação, para alguns brasileiros que focavam na modernização do Brasil, seria um subsídio essencial para o crescimento do país, e por isso eles apoiaram melhorias na educação feminina, mas o que eles almejavam para as mulheres, era que elas utilizassem o seu “poder” para orientar os filhos moralmente para que se tornassem bons cidadãos para o desenvolvimento da nação (HANNER, 2011). Nesse contexto, destaca-se que:

A relação entre a organização do processo escolar pelo Estado, em detrimento da Igreja, derrubou muitos obstáculos à escolarização das meninas, mas ao mesmo tempo, enquadrou a força trabalho docente, especialmente a feminina, em parâmetros restritos, ainda controlados por homens. No entanto, percebemos que a relação gênero é perpassada também por questões étnicas e sociais. Fazia diferença se a mulher fosse branca, índia ou negra; livre, liberta ou escrava; rica, pobre ou ‘desvalida’ (STAMATTO, 2002, p. 10).

Mesmo o Império tendo a preocupação de querer instruir as mulheres, tanto da elite quanto da população mais pobre, ele se mostrava, como sempre, patriarcal, pois se atentava em investir mais nas escolas masculinas dos que nas escolas femininas.

As escolas secundárias femininas, em número pequeno em relação às escolas masculinas, começaram a se organizar na década de 1850 e, aos poucos, foram se estabelecendo, grande parte na Corte e nas capitais das províncias, tornando-se espaços notórios de sociabilidade, marcados pelas reuniões da elite local, empenhando-se mais na realização de festas do que na função a que se destinavam – o ensino (CUNHA; SILVA, 2010, p. 100).

Nesta citação acima, revela em como a elite via a educação para as mulheres de sua própria classe, pois as escolas empenhavam-se mais em fazer festas para sociedade, no caso, para possivelmente “arranjar” os futuros casamentos das educandas com os homens da elite, do que realmente formar mulheres instruídas para serem livres.

É importante destacar que se as mulheres tinham dificuldades a educação escolar primária e secundária, a situação era mais complexa em relação a educação superior, que era destinada somente para os homens. Entre os primeiros cursos de graduação surgidos no Brasil, como Medicina (1808) e Engenharia (1810), as mulheres foram completamente excluídas, porque a legislação não lhes garantia esse direito, visto que “O decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

Apesar do surgimento da legislação, não foi nada fácil superar a barreira anterior, porque, por um lado, a educação secundária tinha um custo elevado e era predominantemente masculina e, por outro lado, os cursos normais não habilitavam as alunas para o ingresso nas faculdades da época. Outro problema que prejudicava as mulheres que pretendiam cursar a educação superior era a necessidade de fazer exames preparatórios, os quais eram exclusivamente voltados aos estudantes do gênero masculino. Portanto,

[...] as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (ARANHA, 2006, p. 230).

Nota-se que vários foram os fatores que influenciavam para que as mulheres não conseguissem cursar a educação superior e, dessa forma, “A primeira mulher a obter o título de médica no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887” na Bahia (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

No surgimento da República em 1889, a visão dos precursores, era unânime o pensamento de que para a nação crescer economicamente seria relevante que a educação fosse realmente utilizada como um instrumento para este feito. A sociedade patriarcal percebeu nas mulheres – que eram as detentoras da criação dos filhos – uma excelente “mão-de-obra” para o crescimento moral e intelectual das crianças, na missão do crescimento da nação brasileira republicana, e para essa missão, era ideal que elas fossem educadas para realizar esta importante tarefa. Mas, os homens da época tinham o “cuidado” para que essas mulheres “educadas” não ultrapassassem os “limites do conhecimento” (como se existisse um limite para tal preciosidade, que é o conhecimento!) limitando-as, principalmente, à ensiná-las somente o que lhes cabia para a perpetuação do papel feminino em favorecimento do papel masculino na sociedade patriarcal republicana. Mas o plano desses “homens” não saiu como o esperado, como observaremos no decorrer deste trabalho.

Podemos notar que, historicamente, já avançamos muito em relação à desigualdade dos gêneros no que diz respeito à educação, mas sem deixar de, criticamente, notar que ainda tem muito para ser feito a fim de que, efetivamente, ocorra uma educação pautada no respeito e igualdade entre os gêneros.

Assim que ocorreu a Proclamação da República em 1889, a educação popular continuou sendo da responsabilidade das províncias (agora, Estados), mas em 1890, Benjamin

Constant instituiu no Distrito Federal, na época no Rio de Janeiro, através de um decreto (n. 981 de 8 de novembro) a reforma dos ensinos primário e secundário (SAVIANI, 2013).

Neste contexto, com o advento da República, passou a fazer parte da sociedade brasileira o pensamento de que é “[...] um país é o que a sua educação o faz ser” (MONTEIRO; GATI, 2012, p. 3089), e pautado nessa crença, o ensino, que agora é concebido como algo inerente ao desenvolvimento econômico e social da nação, é valorizado e difundido para que os princípios de Ordem e Civilização possam ser instituídos no âmago do povo brasileiro.

Mesmo que com preocupação e preconceitos, a sociedade passou a ver nas mulheres um tipo de pessoa que, mesmo incumbida de realizar as tarefas domésticas e criação dos filhos, precisava ter uma instrução para esta última atividade, por ser a mais próxima das crianças e, de certo modo, a responsável pela educação dos filhos e filhas da recém-nascida república (SILVA; INÁCIO FILHO, 2004).

Para a sociedade patriarcal brasileira advinda do colonialismo europeu, o futuro primordial das mulheres era ser esposa e mãe, e com isso muitos opinavam para que não *mobiliassem* os pensamentos das mulheres com conhecimentos e informações, pois isto poderia desvirtuar a “mãe” educadora das futuras gerações. Assim, “A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos” (LOURO, 2018, p. 447).

Se, por acaso, algumas dessas mulheres ultrapassassem algo além dessa função de “formadora dos futuros cidadãos”, poderia ser vista com preconceito pela sociedade vigente. Por conseguinte, a educação informal que era oferecida à mulher nesse período corroborava com o pensamento predominante que era de convencê-la a participar da sociedade sempre submissa ao pai ou esposo, assim como inculcar em sua mente a incapacidade de ter o domínio sobre a própria vida. (SILVA; INÁCIO FILHO, 2004).

Mesmo que com todo o movimento social existente na conjuntura republicana para que a educação feminina crescesse, com a intenção de que o país também pudesse crescer, o fator latente na educação era para que a mulher continuasse destinada a ser uma boa mãe (LOURO, 2018). Dessa forma, havia a preocupação para que as mulheres não se “desvirtuassem” e migrassem para outros espaços, ocupados majoritariamente pelos homens, e conseqüentemente mudassem o curso pretendido pela sociedade patriarcal, que consistia em ter o homem sempre no poder e a mulher sempre submissa a ele.

Toda a relevância que passou a ser dada à educação das mulheres nas últimas décadas do século XIX no Brasil foi de assimilar que através da “ajuda” delas, aconteceria a construção da cidadania dos futuros “homens da república”, a modernização da sociedade e a higienização da família brasileira (LOURO, 2018).

Com o crescimento urbano ocorrido no período de transição entre o século XIX e XX, com o surgimento de novas demandas importadas de modelos europeus para a República Brasileira, exigiram condutas diferentes diante dos “velhos modelos sociais”, fazendo com que a presença feminina fosse de certa maneira exigida, também por conta do capitalismo. (SILVA; INÁCIO FILHO, 2004).

E em tudo isso, ainda prevalece, culturalmente, que cada sexo tenha seus papéis pré-definidos em determinado espaço e lugar, constituindo oposições, por exemplo, homens políticos e mulheres domésticas, assim, até os trabalhos podem ser definidos pelo sexo: para as mulheres, família e tecidos, já para os homens, madeira e metal (MONTEIRO; GATI, 2012). Por ser algo culturalmente construído, esses papéis são passíveis de mudança, como vem ocorrendo ao longo dos anos, principalmente por causa da luta das mulheres pelos seus direitos e posteriormente o reconhecimento, mesmo que tardio, da sociedade como um todo.

A República, de um certo modo, vinha com a intenção de “normatizar” a separação da Igreja Católica do Estado, mas a moral religiosa continuaria no domínio da vida das mulheres, e, mesmo com alguns pensadores positivistas e cientificistas alegando a importância do ensino para as mulheres, eles perpetuavam a lógica do pensamento dominante de que era preciso que todo o conhecimento adquirido por elas fosse ligado, de alguma maneira, a função materna. Sendo assim, Louro (2018) argumenta:

Portanto, quando, na virada do século, novas disciplinas como puericultura, psicologia ou economia doméstica viessem a integrar o currículo dos cursos femininos, representariam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino. (LOURO, 2018, p. 447-448).

Isso revela que, desde sempre, o homem quer ditar até onde a mulher pode chegar na sociedade. Se ela estudar “demais”, terá mais conhecimento e será uma ameaça a submissão tão esperada por eles. Poder estudar, até pode... mas sem se esquecer do seu papel materno e sem querer ser “maior” que eles.

Para as mulheres, destinou-se que o ensino ministrado por elas, pudessem educar as crianças da República Brasileira, independentemente do sexo, em relação ao amor à Pátria e ao trabalho. E para o gênero feminino era ensinado tudo o que era relativo a um bom

andamento de uma casa, enquanto que para o gênero masculino era ensinado a matemática, geografia, ciências e as demais disciplinas necessárias para que eles pudessem ocupar os espaços na construção do regime republicano (MONTEIRO; GATI, 2012).

Com a construção de um novo sistema educacional brasileiro, no início do século XX, surge a proposta de revisão da organização e dos métodos aplicados nas escolas a partir do regime republicano, construindo assim novos espaços de ensino e implementando reformas no Ensino Primário – que nesse período é o “carro-chefe” na construção da formação de uma nacionalidade – no Ensino Secundário, nas Escolas Normais, no Ensino Superior, Artístico e Técnico (ALVES, 2011).

Um dos fatores que contribuíram para que ocorresse um crescente ingresso de mulheres no magistério primário – visto que no século XIX, a predominância era dos homens – deve-se em relação ao processo da industrialização e urbanização do país, que de certa maneira levou os homens a buscarem espaço nestes setores por serem mais lucrativos (MENEZES; MACHADO, 2009). Nesta afirmação, percebe-se que a remuneração dos docentes, independentemente do gênero, desde aquela época, já era baixa, revelando a pouca importância que o Estado, na maioria das vezes, concede aos educadores. Tal fato é considerado contraditório, já que se o objetivo é se tornar um Estado desenvolvido em todos os setores e, para que haja desenvolvimento, é necessário investir.

As mulheres ao garantirem seus meios de sustento através de uma profissão “permitida”, caracterizada pelo exercício do o magistério, passaram a vislumbrar outros caminhos sem ser o de se casar, o qual era a única maneira de, possivelmente, terem uma vida digna e de prestígio diante da sociedade patriarcal a que pertenciam. A mulher começou a caminhar para além da sala de aula, pois com a escolarização mais longa, professoras e normalistas, puderam entrar no mundo da escrita, tendo então mais espaços de visibilidade através da imprensa e literatura, para assim divulgarem a luta feminina por direitos políticos e civis (MENEZES; MACHADO, 2009).

Nesse contexto, as mulheres, nas primeiras décadas da república no país, começaram a ocupar os poucos espaços de atuação social, a fim de que os ideais inovadores fossem aos poucos e gradativamente sendo propagados e incluídos na sociedade. Sendo assim, “[...] apenas em 1930 é que começa a haver um ingresso feminino significativo em cursos superiores” (MENEZES; MACHADO, 2009, p. 46). Observamos explicitamente como houve uma tentativa de segurar as mulheres para não avançarem na educação, mas aos poucos, e com muitas lutas, as mulheres foram reivindicando seu espaço no mundo acadêmico e profissional.

Segundo Silva e Inácio Filho (2004), o baixo nível de educação para as mulheres continuou nas primeiras décadas da República para que os valores sociais e morais, predominantes na época, não “destruíssem” a instituição familiar.

Corroboro com os autores Silva e Inácio Filho (2004) sobre reconhecer que as mulheres foram vistas como um ser político e social, a partir dos espaços conquistados por elas no decorrer da República Velha, possibilitando ao país a construção de um novo olhar sobre a educação feminina, tal como era exigido pela modernidade.

A análise destes escritos, sobre este recorte temporal na educação feminina, nos mostra que a inserção das mulheres no espaço educacional foi atrelada aos motivos de relevância para os homens da época, e não porque viram as mulheres como um ser igual a eles, dotadas de direitos, e sim, pensaram em educá-las para educarem os futuros “cidadãos de um novo Brasil” vestido com roupas velhas do preconceito e desigualdade entre os gêneros.

Quando observamos na sociedade atual, que muitas profissões ainda pagam salários diferenciados para os gêneros (os homens recebem mais do que as mulheres), vemos que isso é algo enraizado na cultura. Pois, olhando para trás, na história do nosso país, vemos que as mulheres estiveram a margem da sociedade, e isto refletiu tanto na educação quanto no trabalho remunerado.

Se por um lado não deram o devido valor a elas, em outra perspectiva mostraram uma importância para elas (explícita e implicitamente) sobre o incentivo aos estudos. Como se os homens dissessem: - Mulheres, vocês podem e devem estudar, mas não podem deixar de serem submissas à nós! Mas não foi assim que funcionou.

E o exercício do magistério, que ao mesmo tempo foi designado como sendo algo natural para as mulheres, foi, de certa maneira, uma brecha para que elas tivessem voz ativa para além da sala de aula, ecoando pelos escritos e atitudes de luta por seus direitos como mulheres que sabem o que querem e o que não querem para as suas vidas.

3.2 A educação feminina no Brasil: instrumento emancipatório ou de subalternidade?

O que se percebe é que, historicamente, predominou no Brasil em âmbito educacional a dualidade e a segregação entre os gêneros femininos e masculinos e, embora tenham ocorrido mudanças significativas. Correa-Silva (2018, p. 39) sinaliza que na atualidade “[...] persistem sérios obstáculos referentes às relações de gênero na área da educação, pois esse campo é marcado pela desigualdade, produto de um sistema que privilegiou o homem em

detrimento das mulheres”. Todo esse processo desigual foi norteado pela dicotomia educação subalternizada X emancipatória, conforme analisado na sequência.

Percebe-se nitidamente, que foram negados vários direitos às mulheres, principalmente o da Educação, com embasamentos que naquela época eram considerados como legítimos tanto pela sociedade quanto pela ciência.

É possível afirmar que mesmo a educação sendo um instrumento voltado para o desenvolvimento dos homens, as mulheres também se beneficiaram. Se partirmos do pressuposto de que queriam educá-las para que pudessem ser submissas ao sistema masculino, mas, ao mesmo tempo, cultas, de certo modo, o “tiro patriarcal saiu pela culatra”. Os patriarcas não imaginaram é que perderiam o “controle” das mulheres que agora instruídas, emancipadas e posteriormente, bem remuneradas pelo seu trabalho profissional, ficariam livres das amarras da dominação masculina. Dessa forma, quando os seus olhos se abrem para a leitura e suas mãos desabrocham para a escrita, acontece, querendo ou não, um novo olhar perante o mundo que você está inserido.

E em relação ao viés educacional desta época, o que predominava era a subalternidade feminina em relação ao Estado, a Igreja, a sociedade, enfim, ao sexo masculino. A subalternidade feminina perante o sexo masculino, nesse período era realmente sufocante e aprovada pela sociedade.

E nos dias atuais, esta subalternidade se encontra velada, mas ainda existe. Podemos verificar nas leis que são aprovadas em todos os âmbitos que vão de encontro aos direitos das mulheres, para garantir que as suas vozes sejam ouvidas mediante qualquer tipo de opressão. Mesmo após tantos séculos, em nosso país, a dominação masculina continua em várias situações, que por estarem tão intrínsecas no dia a dia parecem normais, mas na realidade trata-se de um machismo velado, enraizado e propagado até mesmo por mulheres. Contudo, entendemos que é necessário romper com tal realidade, a fim de sejam superadas as relações subalternas e predomine relações mais justas e igualitárias entre os gêneros feminino e masculino.

3.3 Relações de gênero: poder x submissão feminina

Atualmente, as questões de gênero estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade em discussões relativas às legislações vigentes pela evidência da mídia em propagandas e debates, e também pela tentativa das “bases conservadoras” de suprimir esta temática da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De certo modo, a negação em debater

sobre gênero faz com que o *status quo* da subalternidade entre os gêneros masculino e feminino permaneçam como estão ou que até ocorram retrocessos nas conquistas femininas obtidas até os dias de hoje.

A relevância de se pesquisar a subalternidade entre os gêneros masculino e feminino vem ao encontro dos anseios atuais de uma parcela da sociedade que clama por avanços nas mudanças que há tanto tempo vem ocorrendo no papel, nas leis, mas não na prática. Evidencia-se, em certos momentos, o poder exercido do gênero masculino sobre o feminino seja de caráter individual ou coletivo.

A perspectiva pós-estruturalista vem abrindo com suas teses, desde a década de 60 do século XX, novos espaços sociais de discussão para desconstruir o que há séculos vem sendo construído sobre bases sociais patriarcais e positivistas, visando sempre o controle sobre uma sociedade em relação a subjetividade e a organicidade dos indivíduos que fazem parte dela.

Essa perspectiva vem propor a reflexão por meio do conhecimento de si e do processo de significados que são interpretados pelos indivíduos em relação a realidade que vivem. Nisso, acreditamos que fará com que exerçam o “poder” em suas vidas por meio desse saber, saindo de muitas situações em que a subalternidade nas relações sociais os fazem ser um indivíduo que age em conformidade com o que lhe é designado.

O caminho desta desconstrução é longo e está sempre se reinventando a partir das amarras que vão sendo cortadas pela ação do saber-poder presente no arcabouço teórico de Michel Foucault e demais autores pós-estruturalistas. A educação é um instrumento nesse processo de desconstruir para construir uma realidade em que haja igualdade social nas relações de gênero.

De acordo com Piscitelli (2009), antes mesmo das teorizações pós-estruturalistas, o estudo de Margaret Mead, pesquisadora estadunidense na década de 30 do século passado, “desnaturalizou” a ideia de que os comportamentos e ações dos gêneros masculinos e femininos (antes entendidos como “temperamentos”, por ainda não existir a categoria gênero) seriam naturais de cada sexo com investigação realizada com três tribos na África, nas quais eram longe uma das outras e os comportamentos referentes aos gêneros eram muito distintos. Em uma das tribos, os Montanhese Arapesh, tanto os homens como as mulheres eram maternais, sociáveis, cooperativos e poucos individualistas. Na tribo Mundugumor, ambos os sexos eram agressivos e implacáveis. E na tribo Tchambuli, a mulher era dominadora e impessoal e o homem emocionalmente dependente. Concluindo que as experiências dos gêneros dependem da cultura vivenciada pela sociedade e não é algo inato e universal aos sexos.

Mas do ponto de vista pós-estruturalista, ao refletir sobre as identidades de gênero e sexuais, Louro (2014) destaca que elas são construídas dentro das relações sociais, fazendo com que a significação entre elas seja mais complexa e distinta do que a oposição entre dois extremos. Isto é, as várias formas de gênero afetam uns aos outros; em suma, um gênero é construído a partir do outro.

Há séculos são produzidos padrões de normas e artifícios para que corpos e comportamentos sejam produzidos pelos indivíduos a fim de coincidir com o que é dito como “normal” instituído por discursos de verdade, advindo das ciências médicas, da população e das religiões (BIROLI, 2018). E o que sai destes “padrões e normas” é visto como anormal e imoral como se fosse um inimigo a ser combatido.

Em determinados contextos socioculturais, os modelos considerados e aceitos das relações familiares, afetivas e sexuais são estabelecidos e, da mesma forma, ocorre em relação as leis sobre família, sexualidade e reprodução, corroborando até para a manutenção ou até para a transformação de valores (BIROLI, 2018). No entanto,

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2014, p. 45).

Importante salientar que relações de poder instituídas desde a formação da humanidade ainda transformam e alteram as relações sociais, fazendo perpetuar as desigualdades e subalternidades, porém geram a resistência e luta e com isso movem avanços nos direitos individuais e coletivos a partir do marco histórico na luta pela liberdade, igualdade e fraternidade ocorrido com a Revolução Francesa (1789-1799) até os dias atuais.

Nas sociedades, cada uma com as suas especificidades, o contexto histórico permitirá que aconteça um melhor entendimento sobre as relações de poder existentes nos processos de submissão dos indivíduos, podendo coexistir várias condições de subalternidade ao mesmo tempo (LOURO, 2014).

Apesar disso, Piosiadlo et al. (2014) destacam que no Brasil a produção e reprodução da desigualdade social entre os sexos é ainda gritante e, em consequência desta desigualdade, a subalternidade feminina continua cada vez mais presente nas relações sociais. Afinal, os sujeitos se constroem como masculino e feminino a partir dos símbolos, significados, representações, discursos e práticas que comumente se entrelaçam nas relações sociais, pautando suas formas de ser e estar na realidade em que estão (LOURO, 2014).

Na história de luta das mulheres, eliminar o preconceito sempre foi o ponto chave para se ter igualdade, liberdade e participação social, e na sociedade brasileira a mulher tem o seu posicionamento, em certos momentos, questionado (SABINO; LIMA, 2015). Nós conseguimos nos desvencilhar do patriarcalismo em que o Brasil está imergido desde a sua “colonização”? Possivelmente não e com isso os preconceitos se concretizam de várias maneiras na realidade das mulheres - na forma do acesso à educação, à saúde, em certas profissões que são “unicamente” para homens, cargos de chefia e por meio de salários desiguais (SABINO; LIMA, 2015).

No que diz respeito a dinâmica do poder, Foucault (2018) considera que o poder se exerce e só existe se estiver em ação; ele não se troca e não se dá para alguém. Por conseguinte, Narvaz e Nardi (2007) entendem que Foucault admitia que alguns “grupos minoritários”, como o das mulheres, precisavam lutar por liberdade, mas sem que se “perdessem” na identidade coletiva, mantendo sempre as particularidades existentes na subjetividade de cada uma.

Com isso, exercer o poder não tem como ser entendido sem a consequência da resposta que virá dessa “ação” do poder, no qual é uma força empregada sobre um agente que terá uma contra-ação (resistência) e não em um objeto passivo que seguirá estático (FONTOURA, 2008). Sendo assim, vem o “efeito rebote” da ação do poder que com a repressão gera a resistência e possivelmente a transformação do que está engendrado como “a verdade”.

O poder sendo analisado na perspectiva pós-estruturalista é visto como uma força mutável e flutuante, não tendo alguém fixo como o seu detentor como salienta Peters (2000, p. 44): “O poder está disperso por todo o sistema social, estando estreitamente vinculado ao saber. O poder é produtivo porque ele não é apenas repressivo, mas também cria novos saberes – que podem não apenas oprimir, mas também libertar”.

Tem sido analisado por diferentes movimentos femininas e/ou intelectuais a partir das diferenças biológicas entre o sexo masculino e feminino o “porquê” das desigualdades, porém para tentar justificar uma subalternidade de um gênero em relação ao outro, as configurações sociais como as formas de representatividade de cada um na sua sociedade de origem podem ser as causas deste conflito (LOURO, 2014).

Segundo Louro (2014), a dicotomia dos gêneros pressupõe que a relação existente entre masculino e feminino seja, na maioria dos casos, uma relação de poder em que um polo é o dominante e o outro o dominado. A autora coloca em voga que para possivelmente ocorrer uma desconstrução desta subalternidade é necessário fazer com que os sujeitos percebam que

o poder pode ser exercido de várias formas independente de um gênero ser “estaticamente” o dominado, e o outro ser o dominante. Não existe somente a dicotomia entre ser homem e mulher e, sim, várias dicotomias como de classes, religiões, raças e idades, saindo da prerrogativa de “homem dominante” contra a “mulher dominada” (LOURO, 2014).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 2014, p. 36).

A questão da “fragmentação dos polos” que Louro (2014) cita acima mostra, de certo modo, que seria mais um marcador que estabelece o exercício de poder entre eles. Existem outros marcadores como a classe social, étnico-racial, idade e sexual que podem corroborar para ocorrer a subalternidade, independente do gênero do sujeito. Por exemplo: uma mulher sendo subalterna a outra mulher por questões internas (subjetivas) referentes a outros marcadores sociais, como a classe social. Isso nos traz uma melhor compreensão do que ocorre nos movimentos feministas no que se refere à discriminação e dominação em diferentes esferas sociais, pois a categoria mulher é dividida também em classes sociais, raças/étnicas, culturais e em faixas etárias (LOURO, 2014).

Não é pretendido com este breve recorte teórico dizer que a situação de anos e anos de subalternidade na relação de gênero, masculino e feminino está perto de uma elucidação. Até mesmo porque várias configurações de gêneros têm surgido ao longo das décadas, como por exemplo, as/os transgêneros e as/os transexuais, trazendo ainda mais questões a serem debatidas, compreendidas e resolvidas na sociedade.

A Educação como instrumento nesse processo de saber-poder é uma das estratégias possíveis na geração de reflexões e ações de uma prática para desestruturar as narrativas carregadas de preconceitos em relação à caracterização social do gênero determinado a partir do sexo biológico do sujeito, descartando toda a sua vivência e subjetividade relacionado ao seu ser. E a perspectiva pós-estruturalista com o pressuposto de desconstruir para construir vem ao encontro aos que almejam por esta mudança nos processos educacionais e subjetivos dos sujeitos.

Como Louro (2014) afirma, para que a lógica da desconstrução possa acontecer, devemos considerar todo o contexto histórico e a estrutura hierárquica que está inserida nesse

processo de construção das polaridades entre os gêneros, mostrando-se assim que os termos que foram instituídos são resultados de uma construção social e não inata e imutável.

É relevante que mais produções teóricas e empíricas aconteçam nesta temática para essas discussões possam alcançar ainda mais os que precisam enfrentar a subalternidade, reconhecendo as desigualdades que lhe acometem e como se produzem e se reproduzem na tentativa da quebra desse ciclo que, na maioria das vezes, perpassa de gerações e gerações. O Estado deveria ser o primeiro a conduzir esse processo, principalmente quando um dos focos da Constituição Cidadã de 1988 é a igualdade de todos diante da lei.

4. EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM BANCOS DE DADOS

No contexto político e social em que estamos inseridos no momento, a educação sexual e questões relacionadas aos temas como gênero e sexualidade vão perdendo o pouco espaço adquirido após anos de um relevante avanço nessa área.

E mesmo com orientações do Ministério da Educação (MEC), como o Parâmetro Curricular Nacional (BRASIL, 1997), que preconiza a abordagem dos temas de Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho, Consumo e Pluralidade Cultural sejam tratados transversalmente no currículo escolar desde a educação básica, percebe-se em pesquisas recentes que, para se trabalhar a educação sexual na escola, algumas questões podem surtir conflitos, devido a visão conservadora da sociedade. Falar em sexualidade é visto historicamente como “algo proibido” e, dessa forma, é importante desconstruir os mitos que só aumentam a desinformação e preconceitos.

A possível supressão de uma educação sexual, que seja esclarecedora, pode ser uma das causas de uma gravidez na adolescência, que está fortemente relacionada com questões de gênero. Para Schiro e Koller (2013), a gravidez na adolescência possui características diferentes para cada um dos sexos, a começar pelas mudanças físicas causadas pela gestação que é perceptível somente na menina. Após o nascimento, o bebê normalmente é criado pela mãe, que poderá ter limitações para continuar a estudar e, posteriormente sua carreira profissional poderá ficar prejudicada. Enquanto isso, para o menino, alguém só saberá que ele será ou é pai, se o mesmo falar sobre o assunto, daí a importância de se discutir, também na escola, questões relacionadas ao gênero.

O conceito de gênero, na perspectiva pós-estruturalista, se refere a construção histórica, cultural e social que cada sociedade, em seu contexto, forja em torno do que é ser feminino e masculino, resultando em desigualdades. Louro (2014) considera que:

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 2014, p. 26).

A partir destas explanações, salienta-se a relevância do desenvolvimento de pesquisas sobre temáticas relativas à educação sexual, gravidez na adolescência e relações de gênero, para melhor compreender essa realidade. A fim de analisar as produções realizadas no Brasil sobre os temas mencionadas, foi realizado um levantamento em base de dados, priorizando as

publicações da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por meio de uma investigação de natureza bibliográfica, foram analisadas as produções acadêmicas sobre os seguintes descritores: “Educação Sexual” + “Gravidez na Adolescência”; “Educação Sexual” + “Relações de Gênero”; “Gravidez na Adolescência” + “Relações de Gênero”.

No banco de teses e dissertações da CAPES, devido ao grande número de trabalhos encontrados, e para garantir uma maior precisão na análise e interpretação dos dados coletados, optou-se por refinar os resultados por: Tipo: Mestrado (dissertação), Doutorado (tese); Ano: (2016 a 2019); Grande área de conhecimento: (Ciências Humanas); e em alguns descritores por área de conhecimento: (educação). Na BDTD, os resultados também foram refinados por: Tipo: Mestrado (dissertação), Doutorado (tese); Ano: (2016 a 2019); Assunto: Educação.

Cabe destacar que foi feita a opção pela CAPES e BDTD, porque existem muitas publicações sobre a temática investigada, no entanto não são totalmente confiáveis no que diz respeito à sua cientificidade. Dessa forma, acreditamos que ao priorizar as publicações da CAPES e BDTD, é possível ter uma clareza maior sobre o que se produz cientificamente no Brasil em relação à temática pesquisada.

Neste estudo, buscamos realizar um levantamento sobre as pesquisas que tratam da educação sexual, entrelaçada aos temas da gravidez na adolescência e relações de gênero, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Publicações de Teses e Dissertações (BDTD e CAPES).

Descritores	BDTD	CAPES
“Educação Sexual” + “Gravidez na adolescência”	22	51
“Educação Sexual” + “Gênero”	21	41
“Gravidez na adolescência” + “Gênero”	14	0

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Podemos notar, por meio do Quadro 1, que existem publicações sobre educação sexual e suas interfaces com a gravidez na adolescência e relações de gênero. Contudo, a interface entre gravidez na adolescência e relações de gênero não foram encontradas pesquisas, o que justifica a inclusão dos pais adolescentes na realização do presente estudo. As publicações encontradas na BDTD e CAPES são apresentadas a seguir.

4.1 Publicações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Na BDTD, foi priorizado a leitura dos resumos das teses e dissertações disponíveis. A busca se deu a partir dos descritores “Educação Sexual” + “Gravidez na Adolescência”; “Educação Sexual” + “Relações de Gênero”; “Gravidez na Adolescência” + “Relações de Gênero. Ao inserir os descritores surgiu um grande número de trabalhos, então, para garantir uma maior precisão na análise e interpretação dos dados coletados, optou-se por utilizar algumas técnicas de filtros, sendo os trabalhos refinados por: Idioma (português) e Assunto (Educação). O recorte temporal se deu entre os anos 2016 a 2019.

Conforme o quadro acima, foram encontrados 22 trabalhos com os descritores “Educação Sexual” + “Gravidez na Adolescência”, referentes a 3 teses de doutorado e 19 dissertações de mestrado. Mas destes 22 trabalhos, somente 4 foram selecionados, e descritos abaixo, por serem considerados mais relevantes com a temática pesquisada.

Almeida (2016), em sua dissertação intitulada “Conhecimento e atitudes de adolescentes escolares relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez”, se propôs a pesquisar sobre o conhecimento e práticas de adolescentes escolares relacionados à DSTs/AIDS e gravidez, e compreender sobre o papel da escola em relação à educação sexual. Assim, o estudo revelou o reconhecimento por parte dos adolescentes que a participação da escola neste processo para apreensão da sexualidade e questões relacionadas ao tema. Os adolescentes ressaltaram que as palestras sobre educação sexual são fundamentais para se obter informações e sanar dúvidas, sendo transmitidos a este público que a sexualidade deve ser compreendida como uma forma de sentir prazer.

A dissertação de Bueno (2015) teve como objetivo contar a história de um projeto de intervenção voltado para o campo da sexualidade, que é realizado em uma escola privada de uma cidade do interior paulista desde 2012. A pesquisa intitulada “A história da criação do Papo Jovem: um projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio”, aborda sobre o projeto que é voltado para alunos e alunas desde o quinto ano do Ensino Fundamental I até a terceira série do Ensino Médio, com encontros semanais para aprender e discutir sobre as diversas dimensões da sexualidade, a partir de um contexto pedagógico e emancipatório. Foi então observado que o projeto contribuiu para reflexões sobre sexualidade, pois o fato de ter profissionais preparados, possibilitou aos adolescentes vivenciarem essa fase da vida com mais autoafirmação, estabilidade e ponderação de seus atos.

Jesus (2018), com a dissertação “Educação sexual com adolescentes: promovendo saúde e socializando boas práticas nas relações sociais”, da área da saúde em articulação com a educação, realizou reuniões com um grupo de adolescentes do ensino médio de uma cidade do Rio Grande do Sul e coletivamente montaram uma cartilha educativa para então abordar temas no campo da sexualidade, de forma a serem compreendidas por este público-alvo da pesquisa. A autora percebeu que os adolescentes demonstraram desconforto em algumas questões, pois a maioria tem relações familiares fechadas que não dialogam sobre questões ligadas a sexualidade, como uma possível gravidez na adolescência e as relações homoafetivas que ainda são veladas e abafadas devido aos valores e tabus cultivados pelos pais e pela sociedade, consolidando assim, distanciamentos e discriminações.

Lima (2018), na defesa de sua dissertação “Educação sexual nas políticas educacionais: um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia” investigou o que está proposto nas políticas educacionais, no que diz respeito à educação sexual nas escolas e como este tema se apresenta nos documentos normativos. Para essa pesquisa, a autora focou na Rede Estadual de Ensino de Goiás, precisamente na cidade de Aparecida de Goiânia. Os resultados em relação aos documentos legais e normativos, mostrou que na Constituição Federal (CF) de 1988 na LDB/1996 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a educação sexual é tratada de forma omissa, em suas entrelinhas. Contudo, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 a sexualidade foi retirada, segundo o interesse de movimentos sociais religiosos/conservadores, para que não seja oportunizado aos alunos um conhecimento integral sobre a temática. Os demais resultados obtidos por Lima (2018) mostraram que, dentre os que responderam à questão, uma parcela dos professores – 93% – consideraram-se sem preparo para trabalhar a educação sexual porque não tiveram formação para tratar deste tema, identificando assim, que para a efetivação da educação sexual na escola, deve-se priorizar a formação dos professores para essa abordagem específica.

Com os descritores ”educação sexual” + “relação de gênero” foram encontrados 21 trabalhos, sendo 5 teses de doutorado e 16 dissertações de mestrado. Foram selecionados 4 trabalhos relevantes e pertinentes a este estudo.

Costa (2017) defendeu a sua tese de doutorado intitulada “Educação e Orientação Sexual na Educação Básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015”, e teve por objetivo analisar os descritores Educação Sexual, Orientação Sexual, Sexualidade e Gênero na Educação Básica no Brasil, presentes nas publicações realizadas em periódicos nacionais escritos em Língua Portuguesa no espaço temporal 2006-2015, na base *Scielo Educa*. Os resultados da pesquisa revelaram como é difícil

de se trabalhar com a educação sexual nas escolas, mostrando em diversos discursos que os educadores expressaram sobre a dificuldade de lidar com os temas de sexualidade e gênero, seja por falta de conhecimento ou por silenciamento por parte da instituição, caminhando assim, em contraponto ao que os PCN's preconizam sobre como estes temas devem ser tratados, considerando os sentimentos e desejos, os direitos individuais e o respeito à diversidade sexual.

Gomes (2017), em sua dissertação sobre “Docentes, relações de gênero e sexualidades: desdobramentos nas práticas pedagógicas”, cuja pesquisa foi realizada com os docentes de três escolas municipais de Juiz de Fora – MG, buscou investigar como tem acontecido a abordagem dos temas sobre relações de gênero e sexualidades, e como a prática docente tem compreendido e discutido esta temática. Os resultados mostraram que cada professor decide se trata ou não sobre estas questões, e que as escolas não possuem uma agenda de projetos relacionados as temáticas por não considerarem relevante, isso devido à movimentos conservadores que influenciam o espaço escolar, a fim de afastar tais discussões das salas de aula.

Jacob (2017) defendeu a dissertação “Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco”, a qual analisou as práticas pedagógicas relacionadas as questões de gênero e sexualidade que são realizadas em um Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, localizado em uma escola pública estadual na zona norte de Recife-PE. Foi então verificado que ainda apareçam lacunas na formação inicial e continuada dos docentes para abordarem sobre as temáticas de gênero e sexualidade. A pesquisa evidenciou que o Núcleo de Gênero da escola estudada conquistou um significado importante e passou a funcionar como um lugar de acolhimento de denúncias de violações de direitos e de defesa da diversidade sexual e de gênero no âmbito escolar.

Medeiros (2017), na defesa de sua dissertação “A Escola e os Professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais”, investigou a abordagem de nove professores de Educação Básica do município de Fortaleza, sobre as questões referentes à sexualidade e seus pontos de vista sobre o tema. Os resultados de sua pesquisa mostraram que o ensino dos professores é pautado em suas convicções pessoais e que o tema não é discutido com os alunos.

Já em relação aos descritores “gravidez na adolescência” + “relações de gênero”, apareceu como resultado nas buscas, 14 trabalhos, mas conforme a leitura dos resumos, não foi encontrado nenhum estudo neste recorte de tempo (2016-2019), que realmente se

relacionasse a estes dois descritores. Ou era um trabalho relacionado à gravidez na adolescência, ou sobre as relações de gênero.

4.2 Publicações do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, como na BDTD, a busca se deu a partir dos descritores “educação sexual” + “gravidez na adolescência”; “educação sexual” + “relações de gênero”; “gravidez na adolescência” + “relações de gênero. Ao se inserir os descritores surgiu uma quantidade muito significativa de trabalhos. Para uma maior precisão na análise e interpretação dos dados coletados, algumas técnicas de filtros foram utilizadas, para refinar os resultados por: Idioma (português), Grande Área de Conhecimento (Ciências Humanas) e Área de conhecimento (Educação). O recorte temporal, também se deu entre os anos 2016 a 2019.

Na análise dos descritores “educação sexual” + “gravidez na adolescência” apareceram 51 trabalhos. Mas após a leitura flutuante dos resumos, foi averiguado que somente uma pesquisa deu-se por relevante para este estudo.

Na dissertação de Spinello (2017) com o título “Educação, sexualidade e políticas públicas: das responsabilidades da escola e dos educadores”, o objetivo era compreender e analisar em como as políticas sociais no ambiente escolar, no caso focando na educação sexual, pode favorecer para o desenvolvimento pessoal pleno. Teve como um problema principal, investigar em como a educação pode ajudar os adolescentes da rede pública de educação a ter conhecimentos sobre os métodos contraceptivos e saber se possuíam um conhecimento básico sobre as temáticas relacionadas à educação sexual. Ao final deste estudo, o autor sugere que as escolas criem estratégias de intervenção para que de uma maneira satisfatória, o adolescente possa compreender fatores quanto a sua independência sexual com responsabilidade, para se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada. Spinello (2017) propõe também que a educação e saúde caminhem efetivamente juntos para desenvolverem ações educativas de promoção à saúde junto aos adolescentes.

Em relação aos descritores “educação sexual” + “relações de gênero”, o resultado foi de 41 trabalhos, e após as leituras, foram selecionados 2 trabalhos importantes para esta pesquisa em relação ao estado do conhecimento da temática pesquisada.

Bandeira (2018), com sua dissertação “Relações de gênero e sexualidade: como os livros didáticos de ciências abordam esse tema?”, buscou questionar como os temas de gênero

e sexualidade se fazem presentes nos livros didáticos de Ciências no Ensino Fundamental dos anos finais. Assim, foram analisados os livros Didáticos de todas as escolas jurisdicionadas à Rede Estadual de Educação do Município de Guarapuava – PR e, ao partir do pressuposto que os livros didáticos de Ciências devem ser instrumentos transformadores e mediadores na promoção da educação sexual, a conclusão da análise apontou que não foi encontrado esta abordagem nos livros, e sim um “silêncio inquietante” em relação ao que é proposto, por exemplo, pelos PCN’s.

Souza (2018), em sua tese de doutorado intitulada “Educação sexual *“além do biológico”*: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em Biologia”, buscou analisar como os discursos acerca de sexualidade e gênero são incorporados na proposta de educação sexual no currículo de licenciatura em Biologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi então constatado que os ditos dos/as (futuros/as) biólogos/as revelaram questionamentos, conflitos e contradições decorrentes de vários discursos essencialistas e universalistas, que instituem binarismos e normatizações acerca dessas dimensões da vida. Com isso, foi percebido também o desafio em ressignificar a educação sexual para “além do biológico”, instigando questionamentos e (des)construções do que está posto na sociedade civil como supostas verdades absolutas.

E no que diz respeito aos descritores “gravidez na adolescência” + “relações de gênero”, não foi encontrada nenhuma publicação nos resultados. Tal fato evidencia que possivelmente as pesquisas devem estar mais voltadas para a questão das mães-adolescentes, e que provavelmente os pais adolescentes estão ficando no esquecimento, o que demonstra a relevância de se pesquisar a gravidez na adolescência na perspectiva de ambos os gêneros.

4.3 Algumas considerações sobre o levantamento em bases de dados

Após analisar este recorte temporal da produção escrita, mostra-se pertinente que mais pesquisas possam ser realizadas no país para que essas questões sociais e educacionais venham a ser identificadas e problematizadas, a fim de gerar reflexões e ações que possam contribuir para a formação de um ser humano em sua totalidade, que vise o respeito por si e o respeito pelo outro, independentemente de sua classe, raça, sexualidade, religião ou de qualquer outro fator que possa ser considerado discriminatório.

Neste trabalho de pesquisa acerca de temáticas como educação sexual, gravidez na adolescência e relações de gênero, buscamos, por meio de cada leitura realizada nos resumos das teses e dissertações, observar fatores relevantes do tema pesquisado. Mas não se pode

esquecer, como aponta Ferreira (2002), que o entendimento que se tem ao ler os resumos não pode desmerecer a leitura aprofundada do trabalho argumentativo do pesquisador.

A amostra de pesquisas analisadas revelou o quanto tem sido relevante as ações dos pesquisadores no âmbito educacional com o objetivo de fomentar as discussões e reflexões mediante a algumas temáticas, como a educação sexual, que tem sido expurgada do lugar onde deveria ser acolhida e se fazer compreendida pelos seres humanos que ainda estão em formação enquanto sujeitos de direitos.

E em relação a temática que não obteve uma amostra de análise, a gravidez na adolescência e relações de gênero, enfatizamos que muito ainda temos para investigar e aprender no que diz respeito a este assunto e o seu silêncio no meio acadêmico. Portanto, a realização da presente pesquisa, com mães e pais adolescentes, poderá contribuir para um maior aprofundamento sobre esta temática.

5: PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta Seção, apresentamos o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa, caracterizando-se por um caminho composto por um conjunto de procedimentos tanto intelectuais quanto técnicos, que são empregados para se atingir o conhecimento do que foi proposto nos objetivos (GIL, 2008).

Para Ludke e André (2018), o desenvolvimento de uma pesquisa traz consigo uma carga de princípios, valores, interesses e preferências – por ser uma atividade humana e social – que norteará o caminho do pesquisador, visto que esse sujeito, enquanto “[...] membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa: os valores e os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época” (p. 21).

Diante do exposto, destaca-se que, desde o curso de graduação em Psicologia, esta pesquisadora, a partir de sua própria construção histórico-social, têm percebido que muitas adolescentes estão tendo filhos não planejados e, assim, elas acabam sobrecarregadas com a função materna, geralmente sem o apoio do pai da criança. Tais observações e estudos sobre a temática, resultaram tanto no processo de construção social, quanto na necessidade de melhor entender essa realidade, a partir da realização de uma pesquisa de mestrado na área da educação.

Outro aspecto a considerar é que, segundo Gil (2008, p. 54), “A escolha do problema tem a ver com grupos, instituições, comunidades ou ideologias com que o pesquisador se relaciona” e, nesse contexto, esta pesquisadora, valendo-se da sua inquietude, buscou encontrar possíveis respostas para os seguintes questionamentos: O que dizem mães e pais adolescentes de escolas públicas de Ladário / MS sobre o processo de educação sexual desenvolvido nas famílias e na escola, bem como sobre questões relativas à gravidez na adolescência e relações de gênero, mais especificamente sobre a maternidade e a paternidade?

Diante das questões que nortearam o presente estudo, chegou-se ao objetivo geral da pesquisa, que buscou averiguar a perspectiva de mães e pais adolescentes, matriculados em escolas públicas de Ladário / MS, acerca da educação sexual, da gravidez na adolescência e das relações de gênero que envolvem a maternidade e a paternidade.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) identificar o entendimento que mães e pais adolescentes têm em relação à educação sexual, e se esta educação tem ocorrido em casa, na escola ou outros espaços sociais; b) averiguar a opinião de adolescentes, que já são mães e pais, acerca da gravidez na adolescência e questões relativas à maternidade/paternidade e; c)

analisar a compreensão que mães e pais adolescentes têm sobre as questões de gênero predominantes na sociedade, especialmente no que se refere à criação dos filhos.

Isto posto e, tendo em vista que a pesquisa de campo foi realizada em Ladário / MS, na sequência apresentamos algumas noções sobre o referido município, que se localiza no coração do Pantanal de Mato Grosso do Sul.

5.1 Caracterização do Município de Ladário / MS

O município de Ladário encontra-se localizado na região oeste do estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente à esquerda do Rio Paraguai, no coração do Pantanal sul-mato-grossense. A cidade localiza-se há 6 quilômetros distante do centro de Corumbá e 12 quilômetros distante da fronteira com a Bolívia.

Quanto ao aspecto demográfico, o município de Ladário conta com 19.617 habitantes, e para 2019 a estimativa era de cerca de 23.330 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Na área educacional, o município de Ladário conta com aproximadamente 3.228 estudantes matriculados no Ensino Fundamental e de 755 matriculados no Ensino Médio (IBGE, 2018). Possui 13 escolas públicas, dentre elas, 2 com ensino médio, 12 instituições de anos iniciais do ensino fundamental e 9 escolas que ofertam os anos finais do ensino fundamental.

Trabalhando com os últimos dados concretos do censo de 2010, realizado pelo IBGE, e pelo censo escolar da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, a qual informa que o total de crianças e adolescentes matriculados, no ano de 2010, no ensino fundamental e médio, foi de 4.379 alunos (SEDMS, 2017). E o número total de habitantes que eram crianças e adolescentes na faixa etária escolar do ensino fundamental e médio (5 à 19 anos) era de 6.621 (IBGE, 2010). Se fomos analisar, somente a idade de 15 à 19 anos (a média da faixa etária do ensino médio), eram no total 1.961 adolescentes (987 meninos e 974 meninas), e o dado da secretaria estadual que informa que haviam 711 estudantes matriculados no ensino médio no ano de 2010. Onde estavam os 1250 adolescentes?

Pode-se supor com estes dados é que uma proporção desses adolescentes estava matriculada no ensino fundamental e a outra proporção poderia estar no ensino superior. Outra hipótese é que uma parte desses adolescentes poderiam estar matriculados no ensino fundamental ou médio ou superior, do município vizinho de Corumbá, que por ser muito próximo de Ladário, possivelmente muitos pais trabalhassem em Corumbá, matriculando seus filhos nesta cidade, para viabilizar a dinâmica entre o emprego e o cuidado com os filhos.

Uma outra questão relevante é que este número de crianças e adolescentes é flutuante porque no município de Ladário está localizado o 6º Distrito Naval. E, com isso, existe o ir e vir dos militares e suas famílias, que ora podem estar servindo no município e nos anos seguintes, poderão estar em outro distrito naval existente no país. Mas, mesmo se considerarmos estas hipóteses, estes dados mostram que em 2010, muitos adolescentes estavam fora da escola.

5.2 Realização da coleta de dados

A pesquisa de campo começou a ser realizada no mês de setembro de 2019, a partir de uma visita à Secretaria Municipal de Educação de Ladário com um ofício solicitando a autorização para poder realizar a pesquisa nas escolas. Após alguns dias, enviaram um e-mail autorizando a pesquisa. E para solicitar a autorização da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, foi encaminhado um e-mail para a assessora da secretaria, com o projeto de pesquisa e a Solicitação para Realização da Pesquisa (APÊNDICE A). O parecer que concordava com a pesquisa ocorreu no mês de novembro. Após esse trâmite, foi elaborado um roteiro de visitas às escolas públicas de nível fundamental e médio localizadas no município de Ladário / MS para iniciar a pesquisa de campo.

Para a coleta de dados, foram visitadas dez escolas no município de Ladário, algumas localizadas no centro e outras na periferia da cidade, para saber se havia mães e pais adolescentes matriculados. Entre estas escolas, três não possuíam os anos finais do ensino fundamental e a faixa etária escolar média era de 10/11 anos, por isso não consta referência dessas escolas Quadro 2 (abaixo), pois estas instituições não possuíam o público-alvo da pesquisa. As escolas F e G, são as que tinham turmas de anos finais ensino fundamental e também ensino médio (escolas estaduais).

O público-alvo para participar da pesquisa foi composto por mães e pais adolescentes matriculados no ensino fundamental nos anos finais (6º ao 9º ano) e no ensino médio nas escolas públicas do município de Ladário / MS. É importante destacarmos que durante a pesquisa de campo nas instituições, as coordenadoras pedagógicas informaram que havia muitos pais adolescentes que abandonaram os estudos para trabalhar, que o Conselho Tutelar da cidade estava ciente e já havia realizado algumas visitas.

Nesse cenário, o Quadro 2 retrata o levantamento do número de mães e pais adolescentes matriculados nas instituições escolares públicas, considerando os estudantes do período matutino/vespertino, entre as idades de 12 à 18 anos, porque de acordo com o ECA, essa faixa etária corresponde à fase da adolescência (BRASIL, 1990). As escolas foram

nomeadas pelas letras iniciais do alfabeto, a fim de manter o sigilo das instituições e também dos participantes da pesquisa.

Quadro 2 – Mães e pais adolescentes matriculados nas escolas públicas no município de Ladário / MS

Escolas	Mães adolescentes	Pais adolescentes
A	1	2
B	-	-
C	2	-
D	2	-
E	1	-
F	1	1
G	4	-
Total	11	3

Fonte: Lima, 2020.

Ao visitar as escolas, era apresentado à coordenadora pedagógica ou à diretora, a solicitação de autorização para que pudesse ser realizada uma pesquisa com as mães e os pais adolescentes matriculados na instituição. Os objetivos da pesquisa foram esclarecidos e assim todas as escolas concordaram em disponibilizar as informações se existiam ou não mães e pais adolescentes. Nos casos em que a resposta era afirmativa, foi combinado com a direção a data e a hora em que poderia ser realizado o encontro com os adolescentes adolescente, para então apresentar a pesquisa e fazer o convite de participação.

No dia e hora marcados, durante vários momentos, a maioria das mães adolescentes tinham faltado à aula. Com esses contratemplos, ficou acordado com a direção da escola que seria feita uma ligação para a coordenadora pedagógica ou para a diretora, para saber se as mães ou pai adolescentes estavam na escola, para assim tentar gravar as entrevistas. Após ser adotada esta estratégia, tornou-se viável o encontro com o público-alvo. Em relação aos pais adolescentes, somente o pai adolescente da escola F não compareceu à escola durante o período da pesquisa. A coordenadora então comunicou que já teria entrado em contato com o Conselho Tutelar para averiguar o que estava acontecendo com este adolescente.

No encontro com as mães e pais adolescentes, foram apresentados os objetivos da pesquisa, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICE B), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) e também foi ressaltado o quando a participação deles seria de grande importância para outros adolescentes. Se o estudante aceitasse participar, era marcado a data e o horário para o encontro, de modo que não atrapalhasse as suas aulas na instituição. E, para aqueles menores de 18 anos, foram

entregues o TCLE para assinatura dos responsáveis (APÊNDICE C) com a orientação de trazerem o documento assinado no dia da entrevista.

Em relação ao número de participantes, a intenção inicial era entrevistar 5 mães e 5 pais. Entretanto, mesmo havendo o número total de 11 mães adolescentes, somente 3 foram entrevistadas porque algumas dessas mães, que estavam matriculadas, não estavam mais frequentando a escola. A direção informou que o Conselho Tutelar já teria sido acionado, feito a visita à adolescente, mas a maioria não pretendia mais estudar por conta dos cuidados com a criança. Já entre os pais adolescentes, entre os 3 matriculados, 2 participaram da entrevista. Já estava prevista a dificuldade de encontrar pais adolescentes estudando, porque algumas mães adolescentes podem ter engravidado de pessoas com mais de 18 anos, ou mesmo porque o fato de o futuro pai não ter nada aparente em seu corpo, como ocorre com a mãe adolescente, pode ser que a escola não tome conhecimento de que aquele aluno adolescente em breve se tornará pai.

5.3 Participantes da pesquisa

O perfil dos participantes da pesquisa pode ser observado por meio das informações contidas no Quadro 3. Os nomes, iniciados pelas primeiras cinco letras do alfabeto, são fictícios e foram utilizados para preservar as identidades das mães e pais adolescentes.

Quadro 3. Perfil das mães e dos pais adolescentes.

Identificação	Sexo	Idade dos adolescentes (anos)	Idade em que se tornaram mãe/pai	Ano escolar matriculados	Idade da criança	Idade do pai ou mãe da criança
ANA	F	16	14	1º ano E.M.	24 meses	17 anos
BIA	F	17	16	9º ano E.F.	12 meses	16 anos
CAROL	F	15	14	9º ano E.F.	7 meses	20 anos
DUDU	M	16	15	8º ano E.F.	12 meses	16 anos
ELTON	M	15	15	8º ano E.F.	5 meses (gestação)	15 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É possível notar, mediante dados do Quadro 3, que a idade em que os participantes da pesquisa se tornaram mãe ou pai era de 14 a 16 anos. Lembrando que o Elton é o único caso em que o bebê ainda não tinha nascido, mas, para o presente estudo, ele também foi considerado como pai adolescente. Na realidade, durante a entrevista realizada com o Dudu, ele informou que tinha um aluno adolescente que se tornaria pai, fato que foi confirmado pela diretora da escola. Então, ela entrou em contato e marcou um encontro com o Elton, que

concordou em participar da pesquisa. Dessa forma, como não foi possível fazer contato com o outro pai adolescente da escola G, foi feita a opção por investigar a perspectiva de um futuro pai adolescente, pois na ocasião da gravação da entrevista, sua namorada estava com 5 meses de gestação.

No Quadro 4 são apresentadas informações acerca de quem mais cuida e contribui com o sustento da criança, bem como quem fica com o bebê para as mães e pai adolescentes frequentarem à escola.

Quadro 4 Responsabilidades em relação à criança.

Identificação	Fica com a criança para a/o adolescente ir à escola	Quem mais ajuda a cuidar da criança	Contribui com o sustento da criança
ANA	Mãe da adolescente	Mãe da adolescente	Pai do bebê e pais da adolescente
BIA	Na creche	Mãe e padrasto da adolescente	Mãe e padrasto da adolescente
CAROL	Mãe da adolescente	Mãe da adolescente	Pai do bebê e mãe da adolescente
DUDU	Mãe do adolescente	Mães dos dois adolescentes	Mães dos dois adolescentes
ELTON	Ainda não decidiu	Serão os dois adolescentes	Pais dos dois adolescentes

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É possível notar, mediando dados do Quadro 4, como é importante, para as mães e pais adolescentes continuarem frequentando a escola, a rede de apoio proveniente dos seus pais e familiares, especialmente das avós maternas, que também participam da criação e do sustento tanto dos bebês, quanto dos próprios adolescentes.

5.4 Instrumentos utilizados para a coleta de dados

Para a realização da pesquisa de campo, o instrumento utilizado foi a gravação de entrevistas individualizadas a partir de um roteiro previamente elaborado. A opção para a utilização do referido instrumento se deu por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa que requer uma análise profunda e subjetiva dos temas pesquisados. Ademais, a abordagem qualitativa proporciona uma interação que é essencial entre o sujeito e o objeto, tornando as ações e as relações entre ambos, significativas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Concordamos com os autores quando dizem que a abordagem qualitativa é a mais apropriada para esquadrihar a difícil compreensão de alguns fatos, fenômenos e particularidades específicas de um grupo delimitado, possibilitando assim, um possível entendimento sobre questões pertinentes à subjetividade humana.

Durante o processo de coleta de dados, o instrumento escolhido foi a entrevista semiestruturada, pois, conforme com Ludke e André (2018, p. 38), a entrevista é “[...] uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. Ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas”. A entrevista possibilita ao entrevistador/pesquisador obter, praticamente de qualquer pessoa, quase que imediatamente, a informação que foi solicitada que pode ser sobre vários assuntos (LUDKE; ANDRÉ, 2018). E a entrevista semiestruturada, se desenvolve a partir de um roteiro pré-estabelecido, viabilizando que o entrevistador possa fazer as devidas modificações conforme a interação com o entrevistado/entrevistada (LUDKE; ANDRÉ, 2018).

As entrevistas ocorreram no mês de novembro de 2019, nas salas disponibilizadas pelas instituições em momentos de intervalo entre as aulas. Os horários eram marcados segundo a disponibilidade dos participantes para não prejudicar suas atividades escolares. A duração prevista para a realização das entrevistas era de 15 a 25 minutos, porém, esse tempo foi flexível variando de acordo o envolvimento dos participantes com a temática. A maior parte das entrevistas teve a duração média de 15 minutos. A mais longa durou 18 minutos e a mais curta durou 12 minutos.

Antes de cada entrevista, foi realizada a leitura do TCLE ou do TALE com a intenção de sanar possíveis dúvidas, explicar as finalidades do estudo e destacar a importância da participação dos estudantes. As vias dos termos eram devidamente assinadas pelo participante e pesquisadora, sendo que uma via ficava em posse do participante e outra da pesquisadora, ressaltando que os menores de 18 anos além de assinarem o TALE levaram o TCLE assinado pelos seus responsáveis. Os encontros foram presenciais e individuais. Foi solicitado o consentimento dos participantes para que a entrevista fosse gravada em áudio, para assim facilitar o processo de análise posterior e garantir exatidão na transcrição das falas.

Nas entrevistas foi utilizado um roteiro, previamente elaborado, com as questões norteadoras (APÊNDICE D) para nortear o diálogo com as mães e pais adolescentes. No decorrer de algumas entrevistas, surgiram algumas oportunidades de fazer perguntas pertinentes conforme a abertura dada por cada participante. Ao final das entrevistas, era dada aos adolescentes a possibilidade de sanar alguma dúvida ou fazer algum comentário livre sobre o tema pesquisado.

5.5 Proposta metodológica para análise de dados

Após a realização das entrevistas, o processo seguinte se caracterizou pela audição e transcrição dos áudios, para então prosseguir com a organização do material coletado e discussão dos resultados. Para a categorização e análise dos dados, tomamos como base a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016).

A análise de conteúdo é definida a partir de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que são utilizados para estudar e analisar um material qualitativo, visando a melhor compreensão de um discurso ou comunicação (BARDIN, 2016). Existem diversas técnicas na análise de conteúdo, mas nessa dissertação foi utilizada a análise categorial, que funciona através de “[...] operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 2016, p. 201). Esta categorização foi feita mediante a análise temática, por se tratar de uma forma mais rápida e eficiente “[...] na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples” (p. 201). Além do mais, a autora menciona que:

O tema é geralmente utilizado com unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa etc., podem ser, frequentemente, analisados tendo o tema por base (BARDIN, 2016, p. 135).

Como esta dissertação investiga temas que, na maioria dos casos, são construídos a partir dos valores e crenças pessoais, mostra-se a pertinência deste tipo de análise. E após as categorias estabelecidas, foi realizado a discussão dos dados pautados na perspectiva pós-estruturalista.

A perspectiva pós-estruturalista, segundo Silva (2010), refere-se a uma categoria de certo modo transitória e diferenciada (advinda do estruturalismo) e que faz uma análise do sujeito resultante de um processo cultural, social e histórico sem nenhuma especificidade inata ou essencial. “O pós-estruturalismo limita-se a teorizar sobre a linguagem e o processo de significação” (SILVA, 2010, p. 117). O autor ainda descreve de maneira geral sobre a concepção do estruturalismo, como o próprio nome supõe, o entendimento sobre estrutura que literalmente é aquilo que sustenta, mantém algo de forma subentendida nos seus devidos lugares. E ainda, segundo Mendes (2015, p. 46), os teóricos pós-estruturalistas procuram desvendar, desconstruir esta estrutura, “[...] trabalhando com ideias como instabilidades estruturais (aberturas) e relativizações do processo de significação da realidade”.

Em uma breve explicação de como vem sendo construído o pós-estruturalismo, encontramos nas palavras de Peters (2000) que:

É importante, quando se discute o pós-estruturalismo, reconhecê-lo como um movimento (no sentido musical do termo, talvez) ou como uma complexa trama formada de muitas e diferentes correntes. Podemos dizer também que o pós-estruturalismo, como um movimento, está em sua terceira ou quarta geração. Os efeitos teóricos do trabalho da primeira geração (Foucault, Derrida, Lyotard, Deleuze) são claramente evidentes em uma variedade de disciplinas, incluindo a filosofia, a sociologia, a política e os estudos culturais, entre outros. Se o pós-estruturalismo, em sua primeira e segunda gerações, pode ser visto como, em grande parte, um empreendimento francês, a situação agora é bem diferente: os pós-estruturalistas de terceira e quarta gerações (feministas, pós-colonialistas, psicanalistas, neofoucaultianos, neodeleuzianos, neoderrideanos) procuram desenvolver e aplicar o pensamento da primeira geração em uma série de experimentos e de mutações teóricas, escapando a qualquer tentativa de uma definição única, porque o pensamento pós-estruturalista é uma obra em andamento (PETERS, 2000, p. 46).

Considerando a citação acima, entendemos que o pós-estruturalismo está sempre em movimento, rompendo até mesmo com o que ele próprio produz, por isso, a dificuldade em defini-lo “estruturalmente” em um conceito em que se fala de uma forma clara e objetiva.

Podemos assim afirmar que esta proposta metodológica busca através da utilização da perspectiva pós-estruturalista na análise dos temas investigados, dar voz e compreensão a fala das mães e pais adolescentes, sem querer instituir o que é o “certo ou errado” em seus discursos.

Após a apresentação do percurso metodológico, na sequência serão apresentados o resultado da pesquisa realizada com mães e pais adolescentes de Ladário / MS, a fim de identificar suas opiniões acerca de questões como educação sexual, gravidez na adolescência e questões de gênero, incluindo a maternidade e paternidade.

6: EDUCAÇÃO SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: VOZES DE MÃES E PAIS ADOLESCENTES

Esta seção, relacionada à apresentação e discussão dos resultados da pesquisa de campo, encontra-se assim organizada: primeiramente analisamos o que as mães e os pais adolescentes de Ladário / MS dizem a respeito da educação sexual; em seguida abordamos os dizeres dessas mães e desses pais sobre a gravidez na adolescência, uma vez que eles têm vivenciado essa realidade; e por fim, analisamos as questões de gênero, a partir dos relatos e vivências de mães e pais adolescentes de Ladário / MS.

6.1 A educação sexual segundo a perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS

A partir das questões norteadoras referentes à educação sexual, investigamos sobre o entendimento e aprendizagem que as mães e pais adolescentes tiveram ao longo de sua vivência nos ambientes em que estão socialmente inseridos, ou seja: na família, na escola e na sociedade.

Ao serem indagados acerca da instituição que seria responsável pela educação sexual, todos foram categóricos ao afirmar que a família deve ter a responsabilidade de educar os filhos em relação a sexualidade, evidenciando que os adolescentes estão dispostos a conversar e tirar dúvidas sobre essas temáticas com seus familiares. De forma semelhante, Zocca et al. (2015), ao realizarem uma pesquisa com 30 adolescentes paulistas, sobre a percepção de sexualidade e educação sexual, constataram que a maioria dos adolescentes do gênero masculino se sente mais à vontade e confiante de conversar sobre esta temática com os pais do que com os professores e amigos, já com as adolescentes do gênero feminino ocorreu um equilíbrio, evidenciando que para elas tanto faz os pais, professores e amigos colaborarem no processo de educação sexual. Diante disso, observamos que os adolescentes têm o interesse de que seus pais e familiares participem do processo de educação sexual, embora possivelmente essa expectativa não deve ser recíproca por parte de alguns responsáveis, e também vemos que o gênero feminino possui mais “abertura de diálogo” sobre sexualidade independente de quem esteja abordando o tema.

As três mães e dois pais adolescentes que participaram da pesquisa também comentaram se os seus pais ou responsáveis conversavam com eles sobre sexualidade, e somente a participante Bia afirmou que a mãe sempre conversou, mesmo antes de engravidar.

Assim ela argumentou: “Minha mãe já conversava comigo sobre isso [sexo]” (BIA). Os outros quatro disseram que seus pais começaram a conversar um pouco somente após saberem que seriam avós, como foi mencionado pelo Dudu: “Só depois que eu me tornei pai que conversaram comigo sobre isso”; e pelo Elton: “Eles passaram a conversar depois da gravidez”.

Podemos notar que a maioria dos pais ou responsáveis dos participantes da pesquisa somente conversaram sobre sexualidade depois de ocorrer o ato sexual, que resultou na gravidez não planejada, justamente no momento em que a vida dos adolescentes e familiares passavam por modificações. Se não tivesse ocorrido a gravidez, possivelmente as famílias continuariam omissas.

Tal postura costuma ser comum em muitas famílias, visto que um estudo bibliográfico realizado por Dias e Zandonadi (2018), sobre o papel exercido pela família e pela escola no processo de educação sexual dos filhos, foi verificado que muitos pais são negligentes e negam aos seus filhos a educação sexual de forma esclarecedora. As justificativas para a omissão dos adultos incluíam a timidez ou vergonha de conversar com os adolescentes sobre sexualidade e a crença equivocada de que se dialogassem abertamente, poderiam incentivar os adolescentes a terem vida sexual ativa. Tal crença não procede, porque as pesquisas têm apontado justamente o oposto, como ressaltam Carvalho et al (2019, p. 7):

[...] as pesquisas têm sugerido também que os adolescentes que conversam sobre a sexualidade com os pais estão mais propensos a atrasar a atividade sexual, a usar preservativo quando se envolvem em comportamentos sexuais (SCHLATTER, 2012), a diminuir os riscos de uma gravidez não desejada (MESCHKE; BARTHOLOMAR; ZENTALL, 2002) e a ter práticas de namoro mais seguras (como comunicar melhor e evitar avanços sexuais forçados ou não desejados) (SCHLATTER, 2012; MORGAN; JOHNSON; SIGLER, 2006).

Outro aspecto abordado por Almeida e Centa (2009), sobre a dificuldade que os pais têm de conversar com os filhos adolescentes acerca da sexualidade, é que para muitos pais ou responsáveis não é fácil aceitar e compreender a forma de pensar e agir dos adolescentes. Entretanto, os autores ressaltam que é importante que os pais tentem conversar sobre variados temas, inclusive sobre a sexualidade, para melhor desenvolver o processo de comunicação e viabilizar o fortalecimento do vínculo afetivo entre adultos e adolescentes.

Almeida e Centa (2009) também mencionaram que alguns pais tinham conversas francas com seus filhos, por entenderem que assim teriam um processo de educação sexual mais apropriada. De forma semelhante, a participante Bia relatou que a sua mãe sempre conversou com ela sobre sexualidade e, ao opinar sobre como as famílias deveriam agir em

relação à educação sexual, ela disse que: “A família deve falar já desde cedo, para a pessoa já saber o que é certo e o que é errado, para não acontecer uma gravidez igual a minha”. A adolescente então refletiu: “Bem, eu já sabia, mesmo assim eu quis..., mas tem pessoa que precisaria conversar antes”.

O relato de Bia é um tanto incoerente, pois mesmo a família tendo conversado anteriormente, ela afirma que quis engravidar, mas também entende que os pais ou responsáveis têm que falar desde cedo, para a pessoa saber o que é certo ou errado e evitar a gravidez, como ocorreu com ela.

Em relação ao processo de educação sexual na escola, entre os cinco participantes da pesquisa, somente Carol informou que teve “Em algumas aulas” e acrescentou que não se lembrava do tema abordado. Os outros quatro participantes foram monossilábicos e responderam apenas que “Não”, ou seja, nunca tiveram aulas de educação sexual nas escolas em que estudaram.

Tais dados sugerem que, assim como muitos pais ou responsáveis, a escola também tem sido omissa no que tange a educação sexual dos alunos e muitos professores, talvez a maioria, têm dificuldades para abordar essa temática que é carregada de tabus e preconceitos. E a explicação pautada somente no biologicismo não oferece o suporte que os estudantes necessitam para a construção de uma sexualidade sadia e responsável (RICARDO; JÚNIOR, 2009). Por isso, destaca-se a relevância em oferecer ao profissional da educação conhecimentos e informações sobre a constituição da sexualidade, para que assim encontre uma maneira de lidar com esta temática, proporcionando uma reflexão de sua prática pedagógica, que possivelmente contribuirá para o seu crescimento profissional e para o desenvolvimento pessoal dos estudantes (RICARDO; JÚNIOR, 2009).

Ao comentar sobre a educação sexual, a participante Ana relata que “Eu não sabia nada, nunca tinha conversado com ninguém”, evidenciando que, por mais que o século XXI esteja avançado em relação a tantos temas e tecnologias, percebemos que ainda persistem as dificuldades de as pessoas adultas falarem abertamente sobre sexualidade com as crianças e os adolescentes, seja em casa ou na escola. Mas, é importante que ambas as instituições sociais, ou seja, família e escola, estejam alinhadas no sentido de oferecer um processo de educação sexual de qualidade, como sugerem Dias e Zandonadi (2018):

A família deve conversar com a escola e saber ouvir e dialogar com seus filhos num processo de educação sexual emancipatório. Além disso, a escola, por meio dos educadores, deve contribuir com uma educação sexual adequada, atualizada e motivadora, inclusive fazendo o uso pedagógico das novas tecnologias da educação. (DIAS; ZANDONADI, 2018, p. 137).

Na escola, em geral, o que tem predominado é uma educação sexual que prioriza os aspectos biológicos e reprodutivos do ser humano, sem haver a discussão de como essa prática pode ser saudável e prazerosa. Assim, é importante que a escola supra essa falta de informação ou diálogo sobre a educação sexual, porque muitas famílias parecem omitir este assunto, favorecendo os conflitos e ansiedades que já costumam ser frequentes nessa fase da adolescência (DIAS; ZANDONADI, 2018).

Ademais, ao fazer a leitura do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE-MS) referente aos anos de 2014-2024, verificamos que na meta 3 intitulada “Ensino Médio”, no item sobre estratégias estabelece que é necessário:

[...] estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos(as) jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 32).

A proposta é interessante, mas cabe refletir: Por que somente no ensino médio que a gravidez na adolescência será “possivelmente” assistida? Por que não iniciar o debate desta temática no ensino fundamental? No caso dos 5 participantes da presente pesquisa, todos se tornaram mães e pais ainda no ensino fundamental, evidenciando que é necessário iniciar as atividades inerentes à educação sexual já nesta etapa da educação básica, ou quem sabe na educação infantil. E a abordagem da temática pode ser adequada para a faixa etária durante a infância e adolescência.

O documento mencionado, a partir da página 50, que trata da “qualidade da educação básica em Mato Grosso do Sul”, apresenta algumas estratégias para atingir a qualidade esperada, tais como:

[...] implantar e desenvolver, até o segundo ano de vigência do PEE-MS, políticas de prevenção e combate à violência nas escolas, com capacitação dos profissionais da educação para atuarem em ações preventivas junto aos (às) estudantes na detecção das causas como: violência doméstica e sexual, questões étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, para a adoção das providências adequadas, promovendo e garantindo a cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

promover e garantir a formação continuada dos profissionais da educação, incluindo gestores e servidores das secretarias de educação, sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/Aids, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais, geracionais, situação das pessoas com deficiência, na vigência do PEE-MS;

elaborar e distribuir, em parceria com os órgãos competentes, material didático para educadores(as), estudantes e pais e/ou responsáveis sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/Aids, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais e geracionais; (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 57-58).

Podemos observar que o PEE-MS deixa claro a intenção de capacitar os profissionais da educação para atuarem nas ações que envolvam as questões de gênero e sexualidade, mas ao verificar as respostas de 4 adolescente que participaram da pesquisa e que relataram a ausência da educação sexual em ambiente escolar, conclui-se que na prática não está ocorrendo o que é preconizado neste documento normativo.

E no Plano Municipal de Educação (PME) de Ladário-MS, que foi aprovado em 2015, com vigência até 2025, em consonância com o PEE/MS, fica restrito nas ações que dizem respeito as questões de gênero e sexualidade – que nem são citados no documento. Na leitura deste plano, foi verificado que um dos propósitos da Meta 3 é “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a toda população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos...” (LADÁRIO, 2015, p. 7). Nas estratégias para atingir a esse propósito, aparece que:

Em regime de colaboração com o estado, com as famílias, com os órgãos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude, realizar campanhas para combater as situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, durante a vigência do PME (LADÁRIO, 2015, p. 8).

Em relação à esta pesquisa com as mães e pais adolescentes de Ladário, entre os 5 participantes, 2 eram alunos da rede municipal e, ao observarmos que o PME tem como meta para “combater” a gravidez precoce, somente com a realização de campanhas, podemos interpretar que a temática da sexualidade é vista como um assunto de pouca relevância por não ser necessário fazer parte da grade de ensino.

Pesquisamos sobre programas de esfera federal, que estivessem preconizando ações relacionadas à temática de sexualidade e gênero, e verificamos que em 2003 foi lançado o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que é formado por uma parceria entre Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), engendrados com outros setores do governo e organizações da sociedade civil para promover estratégias unificadas entre saúde e educação (UNESCO, 2014).

Em 2005, o SPE foi reformulado e incorporado pelo Programa Saúde na Escola (PSE), com o objetivo de que os gestores da educação e da saúde implementem “[...] programas articulados de educação preventiva nos sistemas de ensino de todo o país, de forma conjunta com o Sistema Único de Saúde e estimulando o debate e a reflexão sobre as questões relativas a sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, direitos humanos e cidadania”. (UNESCO, 2014, p. 12-13). O PSE fornece Diretrizes para o trabalho de educação em sexualidade na

escola e disponibiliza uma ferramenta para direcionar e despertar os processos de formação continuada entre os profissionais, o “Guia para a formação de profissionais de saúde e educação”, utilizando-se de experiências implementadas em todo o País (UNESCO, 2014).

Ao pesquisarmos no site da Prefeitura Municipal de Ladário (2017), observamos, em uma publicação do dia 12 de maio de 2017, que fora assinado o convênio com o Ministério da Saúde para a realização do PSE, para atender aos estudantes do município. A intenção foi promover ações de prevenção ao uso de drogas, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, promoção da segurança alimentar e nutricional, promoção da saúde auditiva e promoção da saúde da visão ocular.

E ao procurarmos no site do Ministério da Saúde, verificamos que o município de Ladário - MS recebeu uma verba de R\$ 9.676,00 para que, no ano de 2018, fossem realizadas as ações do PSE nas escolas, mas a portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017, especificou que o uso desse recurso financeiro seria para a prevenção da obesidade infantil.

Apesar do PSE estar amparado por lei, e até ter a disponibilização de recursos financeiros para suas ações, os participantes desta pesquisa alegaram que não tiveram aulas ou palestras sobre educação sexual, ou algo similar, em âmbito escolar.

Diante desse cenário, torna-se evidente a omissão da escola em contribuir com a formação dos estudantes em relação à sexualidade. Entretanto, ao considerarmos o processo de sociabilização e de subjetividade que cada adolescente atravessa em relação à sua sexualidade, e diante do papel da escola, entendida como instituição social e com práticas coletivas, que seria de grande importância a discussão sobre a educação sexual para, também, auxiliar no processo da construção da cidadania (AVILA, 2015).

Nesse sentido, para que a temática da sexualidade seja desmitificada e se torne um conhecimento acessível a todas as pessoas, Figueiró (2010, p. 198) argumenta que a educação sexual “deve ser um trabalho a longo prazo, que precisa ser sistematizado e ter sua continuidade assegurada, preferencialmente, indo desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio”.

Uma das questões respondidas pelos cinco participantes da pesquisa, referia-se aonde buscavam informações sobre a sexualidade e todos disseram que é por meio da *internet*, como poder ser observado nos seguintes relatos: “Vi algumas coisas no *youtube*” (DUDU); “Busquei na *internet*” (ANA); ou simplesmente “*Internet*” (BIA; CAROL; ELTON).

Nos últimos anos a *internet* têm feito parte do cotidiano das relações pessoais e profissionais, e com isso aumentou e muito o número de usuários, incluindo crianças e adolescentes que utilizam os dispositivos móveis e computadores para se comunicarem e

trocarem informações com outros sujeitos (SOUZA; OLIVEIRA, 2016), além de buscarem sanar suas dúvidas, especialmente quando não se sentem confortáveis em conversar com os familiares, como é o caso das questões inerentes à sexualidade.

Por se encontrarem ainda em desenvolvimento físico e psicológico, crianças e adolescentes não tem plena capacidade de perceber os potenciais riscos e prejuízos a que estão expostos como: *ciberbullying* (calúnia, difamação, roubo de identidade, ameaça, dano, etc.), pornografia, pedofilia, aliciamento (turismo sexual e redes de exploração sexual comercial, disfarçados de agências de modelos ou de fotos artísticas), assédio, corrupção de menores, nudez, sexo explícito, sites de violência ou racistas, venda de drogas e medicamentos (anabolizantes ou moderadores de apetite), ou seja, que é também o campo de atuação de pessoas mal intencionadas (SOUZA; OLIVEIRA, 2016, p. 16).

De acordo com Oliveira e Paulo (2008), os meios de comunicação – a mídia e a *internet* – induzem à sistematização de desejos e necessidades e podem acentuar sentimentos e comportamentos inadequados devido as comparações com os modelos de estética e beleza que são estabelecidos por eles. E o padrão estabelecido pela mídia e pelo mundo virtual, está além da realidade vivida pela maioria das crianças e adolescentes brasileiras.

Nesse cenário, é importante que pais e educadores prestem atenção aos sinais e características do uso inapropriado ou excessivo da *internet* por parte das crianças e adolescentes, alertando-os sobre os crimes de abuso e exploração sexual, redes de pornografia e pedofilia, incentivando-os a denunciar qualquer imagem ou mensagem que recebam que possa ser ameaçadora, obscena, humilhante, amedrontadora e/ou com conteúdo pornográfico (EISENSTEIN, 2013). Toda tecnologia virtual tem seus aspectos positivos e também aspectos negativos, se levarmos em consideração as informações e os contatos virtuais que podem ser encontrados/realizados por meio da *internet*.

As redes sociais gradativamente estão ocupando o papel de “ponte” para uma comunicação interativa entre alguns adolescentes que se sentem isolados ou que não se sentem aceitos ou compreendidos por sua família (MAZAMBA et al., 2016). Com isso, podemos inferir que é importante haver um processo de educação sexual na vida dos adolescentes, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito escolar, pois como ressalta Figueiró (2006, p. 17), que uma das maiores finalidades da educação sexual é contribuir para que o indivíduo “[...] esteja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade”. Sendo assim, com a apreensão de conhecimentos, eles poderão reconhecer quando indivíduos mal-intencionados queiram aliciá-los sexualmente, tanto no mundo virtual quanto no mundo real.

6.2 Gravidez na adolescência: o que dizem mães e pais que vivenciam essa realidade?

Em geral a gravidez na adolescência não é planejada e muitas famílias passam a vivenciar grandes conflitos ao descobrirem que terão que lidar com essa realidade. Dessa forma, as mães e pais adolescentes entrevistados assim comentaram sobre a comunicação e reação da família ao descobrir a gravidez: “Foi normal, assim..., primeiro falei com a minha mãe e depois com a mãe dela. A mãe dela brigou um pouco” (DUDU); ou “Eles ficaram chateados porque não esperavam isso agora... de mim. E a família dela também se chateou” (ELTON); e ainda, “Minha mãe foi comigo, descobriu primeiro... então a reação dela foi... ela me xingou... e disse ‘Por que você não falou comigo que tinha perdido a virgindade?’ Ela disse que era para eu ter contado para ela” (ANA). A adolescente Carol foi a que mais argumentou, ao recordar que:

“Meu pai..., quando a gente sentou para conversar, falou que não queria saber e ficou muito zangado. A minha mãe já aceitou e disse que se me batessem não teria como voltar atrás. Foi uma surpresa para as minhas amigas também, porque a barriga só começou a aparecer com 7 meses (CAROL).

É certo afirmar que a menina quando engravidada, ou o menino quando engravidado alguém, que muitas mudanças ocorrerão em suas vidas e no núcleo familiar, independentemente da classe econômica e da estrutura da família em que o adolescente vive.

A chegada de um bebê durante a fase da adolescência, além de despertar conflitos internos, resulta em conflitos externos para as mães e para os pais, cuja resolução necessitará da intervenção familiar, que geralmente se responsabiliza pelos custos financeiros antes e depois do nascimento da criança, inclusive os custos financeiros dos próprios adolescentes.

Nesse sentido, Motta et al. (2004) buscaram compreender as vivências de mães adolescentes e suas famílias e, mediante realização de pesquisas, perceberam que seria importante instituir programas de educação para a saúde da família, com a finalidade de favorecer o enfrentamento da vivência da maternidade na adolescência. Esses programas poderiam contribuir para reduzir alguns riscos considerados prejudiciais ao pleno desenvolvimento do bebê e da adolescente, incluindo os fatores biológicos e socioeconômicos. Os autores acreditam que o bom convívio dos membros da família possa contribuir para facilitar a ajuda à mãe adolescente, principalmente porque, com a chegada de um novo membro na família, resulta em mudanças na dinâmica das relações intrafamiliares em todos os aspectos, por isso a importância do fortalecimento dos vínculos intrafamiliares (MOTTA et al., 2004).

Se a pesquisa anterior priorizou as mães adolescentes, um estudo realizado Könzgen Meincke e Carraro (2009) buscou investigar os sentimentos da família do pai adolescente na vivência da paternidade e como o menino que se torna pai durante a adolescência costuma se adaptar à nova fase, buscando exercer e construir o sentimento de paternidade. Nesse processo, destaca-se como relevante a rede social de apoio familiar e também o envolvimento do novo pai em todas as fases da gestação, do nascimento e dos cuidados com a mãe e com o bebê, para então se construir o sentido de paternidade na vida deste adolescente.

O apoio e a interação familiar são relevantes na vida dos pais adolescentes para que os mesmos possam experimentar uma paternidade responsável e também se aproximar as gerações, viabilizando esforços para as mudanças de papéis – o de ser filho, para tornar-se pai – diminuindo assim os riscos sociais que podem ocorrer com as modificações que acompanham esta nova fase da vida. (CARRARO et al., 2011).

No que se refere aos cinco adolescentes de Ladário / MS, que participaram do presente estudo, a única participante que afirma ter tido a intenção de engravidar ressaltou: “A gravidez foi planejada. Tinha poucos meses de namoro... eu sempre quis ter um filho, mas não conseguia aí, falei com ele e ele quis” (BIA). Esta participante afirmou que desde os 13 anos idealizava a maternidade porque ela via a mãe cuidando dos irmãos e também ajudava a cuidar. Então, ela já imaginava que queria se tornar mãe muito nova e possivelmente este fato contribuiu para a Bia engravidar aos 15 anos. Segundo Dias e Aquino (2006, p. 452), “O desejo da gravidez, apesar da idade, poderá decorrer das poucas oportunidades de realização destes adolescentes que tendem a provir de contextos marcados pela precariedade psicossocial”.

Outro aspecto a considerar é que desde a infância as meninas tendem a romantizar a maternidade enquanto brincam de boneca e a interação constante com esse tipo de brinquedo pode contribuir para que desperte em algumas delas o desejo de se tornarem mães na fase da adolescência, pois como afirma Cruz et al. (2012, p. 9): “A manipulação do brinquedo leva a criança à ação e à representação, a agir e a imaginar, a criar e a reproduzir, ou seja, constroem seu modo de pensar e viver”. Possivelmente, muitas meninas, enquanto brincam, internalizam a ideia de nasceram para ser mães e donas de casa e, dessa forma, não conseguem avistar outras possibilidades, seja devido ao seu contexto social ou alguma outra motivação interna instituída na sua subjetividade.

Sobre a construção das relações de gênero desde a infância, mediada por brinquedos, Cruz et al (2012), através de uma pesquisa qualitativa de observação-participante com 19 crianças de 3 e 4 anos, de ambos os sexos, constatou que o brinquedo, caracterizado por um

objeto que faz parte da constituição subjetiva e também cultural da criança, tem de ser repensado como tem sido utilizado nas instituições pedagógicas infantis, pois pode reproduzir as relações de poder que existe entre os gêneros. Em suma, o brinquedo - querendo ou não - é transpassado pelo processo da construção das relações de poder que acompanha as relações de gênero e, quando o “brinquedo” é delimitado por quem deve brincar e como deve se brincar, ali já começa a se instituir “quem pode” e “quem não pode” brincar com “tal brinquedo”, pois ao “proibir” o menino de brincar de casinha, há a inibição da construção subjetiva do sentimento de paternidade que será, de certo modo, importante quando ele se tornar pai.

Em relação ao desejo de ser na mãe na adolescência, como mencionou a Bia, uma pesquisa realizada por Dadoorian (2003), com 20 adolescentes grávidas em um instituto no Rio de Janeiro, apontou que as causas da gravidez não dizem respeito somente à desinformação de métodos contraceptivos. Outros fatores também podem influenciar, como o fato de a adolescente querer torna-se mãe ou de querer testar a sua feminilidade, por meio da sua capacidade reprodutiva. Ademais, é preciso considerar que “O desejo de ter um filho é um rito de passagem, uma mudança substancial no *status*: de menina para mulher” (DADOORIAN, 2003, p. 90), ou seja, muitas adolescentes podem entender erroneamente que o filho lhe trará um tipo de emancipação que ela ainda não tem por ser menor de idade.

Cabe ainda acrescentar outro fator que pode influenciar algumas meninas a tornarem-se mães: a carência de relacionamentos afetivos e familiares, que podem desencadear o desejo na adolescente de ter um bebê, o qual será o objeto que, em seu inconsciente, irá reparar essa carência. Segundo Schirò e Koller (2011), o nível de escolaridade também pode interferir nesse processo, pois ao realizarem um estudo com um grupo de adolescentes brasileiras e portuguesas, concluíram que “A fragilidade do contexto de desenvolvimento, marcado pelo insucesso escolar e pela falta de perspectivas de futuro, foi identificada como um elemento transcultural” (p. 521), que de certo modo, pode ter propiciado o surgimento da gravidez na fase da adolescência. As autoras observaram que não ocorreu diferenças significativas nas falas das participantes brasileiras e portuguesas, uma vez que todas “[...] expressaram esse conflito: a necessidade de assegurar o seu futuro, nomeadamente, a permanência na escola e o cuidado do bebê” (SCHIRÓ; KOLLER, 2011, p. 526).

Ao serem questionados sobre a continuação dos estudos, os cinco participantes da pesquisa afirmaram que pretendem continuar estudando. E sobre o que planejam para o futuro, as respostas foram: “Eu quero fazer uma faculdade de medicina” (ANA); “Planejo fazer uma faculdade para ser policial” (BIA); “Planejo fazer uma prova ou um técnico para poder entrar na Marinha” (CAROL); “Planejo fazer uma faculdade para ser policial”

(DUDU); “Pretendo seguir carreira militar” (ELTON). Todos almejam profissões que exigem formação escolar e tal fato é importante para que eles não interrompam o andamento das atividades escolares, mesmo vivenciando a experiência de serem mães e pais adolescentes. Contudo, para que esses estudantes atinjam a esse propósito de se manter na escola, é preciso que eles tenham o apoio da família e também que exista a fiscalização do Estado em relação ao direito à educação.

As intenções dos participantes da pesquisa se assemelham ao que foi identificado em um estudo realizado por Dias et al. (2013), intitulado “Semelhanças e diferenças nos planos para o futuro de adolescentes gestantes e não gestantes”, cujos dados evidenciaram que as adolescentes de ambos os grupos almejam terminar os estudos, realizar um curso técnico ou superior, trabalhar e constituir família. As adolescentes não gestantes conjecturam que terão o apoio da família para realizarem seus planos no futuro e, no caso das gestantes, além de acreditarem no apoio familiar, também esperam o apoio do pai da criança para conseguirem perseverar e então realizar os seus planos futuros. Estes resultados revelam que as mães adolescentes incluem, em suas projeções para o futuro, a dependência do apoio familiar e apoio do pai da criança.

Já um estudo desenvolvido por Santos et al. (2016), em um município de Minas Gerais, onde foram pesquisadas 10 adolescentes mães que eram assistidas nas unidades de Atenção Primária à Saúde (APS), o que chamou a atenção foi que as adolescentes entrevistadas não tinham uma reflexão crítica sobre um projeto para o futuro, pois seus esforços se concentram no enfrentamento imediato dos problemas presentes em suas vidas no momento. Conseqüentemente, esta ausência de perspectiva pode apontar para uma possível “reprodução de padrões de comportamentos sociais vinculados a faixa de renda, nível de escolaridade e gênero” (SANTOS et al., 2016, p. 94). Esta reprodução de padrões comportamentais foi observada em duas das mães adolescentes de Ladário, a Bia e a Carol, visto que suas mães também tiveram filhos durante a fase da adolescência.

Outro aspecto a considerar é que, em alguns casos, pode ocorrer a reincidência de uma gestação na adolescência, como ocorreu com a Bia que, no período da entrevista, estava gestante de 4 meses do segundo bebê, momento em que ela estava com 17 anos de idade. A participante relatou que, no caso dessa segunda gestação, quando ela comentou com o pai da criança que estava grávida novamente, que teriam o segundo filho juntos, ele simplesmente alegou que não iria assumir, porque o bebê não era dele, e se utilizou desse argumento para terminar o relacionamento. Assim, a Bia permaneceu sozinha, com o desafio de cuidar de dois filhos na fase da adolescência, cuja responsabilidade continuará durante a idade adulta.

6.3 Relações de gênero: os dizeres e as vivências de mães e pais adolescentes

A construção dos papéis de gênero começa desde a infância, quando o costume de brincar de casinha e de cuidar de boneca está associada ao gênero feminino, enquanto que para o gênero masculino compete as brincadeiras de maior esforço físico e competitividade. É por tal motivo que a sociedade vê a ação de cuidar como algo intrínseco ao papel feminino, pois “Desde que o cuidado foi vinculado à maternidade, o exercício deste foi naturalizado como instinto feminino, como instinto materno” (LYRA, 2007, p. 85).

A crença de que a mulher é a responsável pelos “cuidados do bebê” ficou nítida em quatro respostas dos adolescentes que participaram da pesquisa, que ao serem indagados se eles percebiam diferença entre o papel da mulher em relação à maternidade, e do homem em relação à paternidade, responderam que: “Tem diferença sim, a mulher tem que ter mais responsabilidades” (ANA); “Sim porque a mulher é que cuida mais. E no meu caso, ele [pai] não quis mais saber, tem dois meses que ele foi embora assim que ele soube que eu estava grávida de novo” (BIA); “Acho que tem sim. A mãe fica cuidando do filho e o pai vai trabalhar” (DUDU); e “Percebo que sim” (ELTON). Mais uma vez, a Carol foi a que mais argumentou, ao afirmar que:

Sim! Até porque a mulher com a criança tem mais confiança, tem mais intimidade, tanto que a criança é mais apegada com a mãe do que com o pai, a mãe que sabe as coisas, a mãe dá remédio, a mãe sabe quando está com febre, sabe quando a água está muito quente muito gelada para dar banho, principalmente até com a comida porque o pai não sabe o que fazer para a criança comer (CAROL).

A partir desse relato de Carol, foi perguntado a se ela acreditava que essas questões podem ser ensinadas aos homens, ela refletiu um pouco e respondeu: “É, pode sim. Se for um pai bem presente”. Os relatos das meninas estão relacionados como o que sugere Arteiro (2017):

É inegável que a participação paterna ante os cuidados dos filhos pequenos tenha sofrido profundas transformações em relação a gerações anteriores, entretanto, não há como negar que a preponderância em relação à disponibilidade materna ainda se faz presente na maior parte das famílias brasileiras. (ARTEIRO, 2017, p. 248).

E nesse ponto, Scavone (2001) também afirma de que a sociedade está em um momento de transformação para poder consolidar um novo modelo de maternidade, que privilegie a busca pela equidade na responsabilidade parental. E mesmo com alguns progressos em relação à atuação paterna, esta realidade ainda está longe de ser vivida pela maioria das famílias, pois propõe uma relação de igualdade entre os gêneros.

Ao analisar a gravidez na adolescência e questões de gênero, Costa et al. (2014) mencionam que no início a gravidez para os casais adolescentes é vista como uma experiência contraditória de sentimentos, principalmente devido ao despreparo para tal situação. Com a chegada do bebê, a mãe e o pai adolescente começam a perpetuar a divisão sexual dos papéis que devem ser realizados para ambos: os cuidados com o bebê ficarão a cargo da mãe e o prover financeiro da família ficará a cargo do pai. Com essa divisão, muitos pais adolescentes não têm o “espaço” para viver a paternidade de uma forma plena, pois lhes é omitido, já na época da gestação, a possibilidade de expressarem a afetividade e cuidados com o bebê que está a caminho (COSTA et al., 2014).

Além do mais, como as pessoas são enquadradas no ideal de masculinidade e feminilidade predominante no contexto em que estão inseridas, existe um esforço social para que isso aconteça, mesmo que seja preciso suprimir a subjetividade e singularidade dos sujeitos. Assim, a maioria dos responsáveis por crianças e adolescentes, sejam mães ou pais, apresentam um discurso sexista para os seus filhos, reproduzindo, possivelmente, o que aprenderam ao longo de suas vidas (SANT’ANA; BISPO, 2017).

Os cinco participantes da pesquisa também comentaram se consideram que maternidade ou paternidade é mais fácil para as meninas ou para os meninos adolescentes. A Ana disse que “É mais fácil para a menina. Quer dizer, é mais fácil para os meninos, porque eles não estão nem aí. A Bia argumentou que “É mais fácil para as meninas porque elas já vêm desde cedo como é ser mãe e eu já ficava planejando como seria”. O Elton, cuja namorada estava grávida de 5 meses, pensou um pouco e então salientou: “Bem... ela [mãe] que vai ter mais trabalho, né? Ela que vai ter que amamentar..., essas coisas... Eu vou ter que estar do lado dela dando uma ajuda para ela e para o bebê”. O Dudu refletiu: “Ah sei lá... Acho que é porque elas [mães] têm mais experiência”. A Carol foi enfática ao afirmar: “Eu tenho certeza que é mais fácil ser pai... quando é presente é bem difícil, mas quando é ausente... bem... coisa simples né? Quando eles chegam do trabalho não devem fazer nada. Eu tenho certeza disso!”. Ela também afirmou que, no caso dela, o pai do bebê não era presente, tendo em vista que “Ele se mudou para outra cidade e até agora não registrou... Eu já entrei na justiça, mas o processo é lento, vai demorar”. O pai do filho da Carol tinha 20 anos, era a única entrevistada cujo pai não se encontrava na fase da adolescência e ainda assim ela precisou entrar na justiça para requerer os seus direitos e do seu filho.

No que tange às questões de gênero, diante da resposta do Dudu, que mencionou a suposta experiência das adolescentes para a maternidade, ele foi questionado sobre qual

experiência, se elas não tinham sido mães antes, mais uma vez refletiu e disse: “Ah sei lá... eu acho que é mais fácil! (DUDU).

É relevante considerar o impacto nos projetos de vida dos adolescentes que vivenciam uma maternidade ou paternidade nesta fase da vida, por isso é importante que a sociedade invista em políticas públicas de educação para prevenir a gravidez na adolescência, evitando assim as consequências sociais e econômicas advindas com a chegada de um bebê (COSTA et al, 2014).

Cauduro e Motta (2007) afirmam que é complexo se tornar pai na adolescência pois existem muitos fatores que permeiam a ação deste novo papel, principalmente as inseguranças presentes na fase da adolescência, a instabilidade na relação com a companheira e a dependência econômica dos pais, “[...] mas não impede que haja um envolvimento emocional com o bebê e que se receba o apoio da família e da comunidade onde vive o pai adolescente” (p. 11).

Também Cauduro e Motta (2007) vislumbraram em sua pesquisa, que os pais adolescentes encontraram formas para se fazerem presentes e participativos, auxiliando a companheira na amamentação e nos cuidados com o bebê. Os autores revelaram-se surpresos ao encontrar neste grupo de jovens a característica do homem pai cuidador. Com isso:

Percebe-se que o homem contemporâneo, além do papel de provedor, está aberto para vivenciar uma intensa relação de afeto e participação integral na vida de seu filho, independentemente da sua condição civil e socioeconômica. Vive-se um momento de grandes transformações nesta década, visto que as próprias instituições estão tendo um outro olhar para as famílias emergentes de adolescentes (CAUDURO; MOTTA, 2007, p. 15).

Segundo Cauduro e Motta (2007), através do estudo realizado, mostrou a relevância de se incluir o homem/pai na vida dos filhos para que possivelmente, os riscos de abandono e violência, venham ser amenizados, e também para fortalecer os direitos da criança de conhecer e conviver com seu pai.

Ao responder sobre o que significava ser mãe ou pai adolescente, a Ana disse que “É muita responsabilidade para a gente, porque com 14 anos a gente ainda é uma criança. Então, é criança cuidando de criança”. A Bia, a única que desejou a gravidez, disse que a maternidade é como “[...] ser uma mulher antecipada. Você se torna mulher antes de todas”. A Carol comentou que para ela ser a maternidade é uma forma de “[...] enfrentar bastante obstáculos, aprender a amadurecer bem rápido até porque você sendo adolescente... Eu tenho 15 anos, eu aprendi bastante coisa que ... eu tenho certeza que se eu não tivesse tido filho, eu só teria aprendido lá na frente”.

É possível inferir, a partir dos relatos das mães adolescentes, que nem todas partilham dos mesmos sentimentos em relação à maternidade, como foi mencionado por Guedes (2015), que ao pesquisar um grupo de mães adolescentes de Brasília, percebeu que há diferença de opinião, pois algumas desejaram a gravidez, enquanto que outras acreditavam que ainda não era o momento ideal para se tornarem mães. Sendo assim, para conhecer a percepção de uma mãe adolescente sobre a maternidade, é preciso fazer uma análise e compreensão individual de suas condições subjetivas e sociais, para entender os que as levou a se tornarem mães nessa fase da vida.

Dadoorian (2003) verificou que, dependendo do contexto social das jovens, para ser “reconhecida” como mulher, é importante serem reconhecidas primeiramente como mães. Pode ser que no contexto social da Bia exista também esse reconhecimento de “superioridade” em relação a mulher que é mãe. A Bia, no período da entrevista, estava gestante de 4 meses pela segunda vez e informou que ela e o pai do bebê (que também é pai do primeiro filho dela) tinham terminado o relacionamento, após a descoberta da nova gestação. Ela disse que ele alegou que o bebê não era dele.

O Dudu foi muito sucinto ao responder que a paternidade representa muita “responsabilidade”, enquanto que o Elton ponderou que “É uma coisa muito feliz! Uma coisa muito forte. Pai ... vai estar ali sempre ... é algo para o resto da vida”. No que diz respeito ao sentimento de paternidade, Levandowski e Piccinini (2006), após realizarem uma pesquisa sobre as expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescente e adultos, constaram que as expectativas são positivas, independentemente de ser adolescente ou adulto. Contudo, existe uma certa dúvida sobre a própria capacidade de desempenhar o papel paterno. Os autores também perceberam que os pais adolescentes demonstraram uma expectativa idealizada de querer ser um “superpai”, sendo inclusive negado as possíveis dificuldades que poderão surgirão. Esta mesma idealização do “superpai” não ocorreu entre os pais adultos.

Ao serem indagados sobre o que aprenderam com a experiência da maternidade ou paternidade, os participantes da pesquisa mencionaram a responsabilidade, que devem ser exemplos, um sentimento diferenciado, entre outras coisas, como pode ser observado nos relatos: “Ter mais responsabilidade, mais cuidado com a criança... ter sempre que levar a criança para tomar vacina certinho, não atrasar... mas sempre que eu levo no médico a minha mãe que vai comigo” (ANA); “Aprendi muita coisa” (BIA); “Aprendi a ser mais responsável, a me prevenir mais, a usar camisinha tanto masculina quanto feminina principalmente para não pegar doenças e pra não vir outro bebezinho” (CAROL); “Tenho aprendido muita coisa, principalmente ser o exemplo para o meu filho” (DUDU); e “Eu fiquei muito feliz, foi muito

gratificante para mim. Eu não esperava agora, mas tem sido uma coisa muito boa para mim” (ELTON).

Cabe salientar que, de acordo com Schirò e Koller (2013), a gravidez na adolescência tem diferentes significados para os adolescentes, conforme o gênero feminino e masculino. As autoras constataram, a partir de estudos realizados, que nas meninas o sentimento mais proeminente entre elas era a vergonha e nos meninos era o sentimento de ter que começar a trabalhar para sustentar a mãe e o bebê.

Essa diferenciação entre os gêneros também foi constatada por Dias e Aquino (2006) que verificaram que a gravidez na adolescência tem características e repercussões diferentes para a vida do adolescente de acordo com o seu sexo. Mediante dados de pesquisa, ficou constatado que as percepções e sentimentos dos adolescentes mães e pais em relação à gravidez na adolescência é contraditório, com momentos positivos e com vivências negativas, mas sobressaindo que a gravidez na adolescência é vista, tanto pelas meninas quanto pelos meninos, como um evento importante e positivo.

E, mesmo o menino não sofrendo as mudanças físicas e biológicas que a menina passa ao gerar um bebê, o adolescente ao se tornar pai na fase da adolescência, na qual “[...] o trabalho psíquico fundamental é o de autonomia e individuação, é solicitado ao indivíduo que ele consiga simultaneamente se separar dos pais e trabalhar a herança deles recebida para conseguir transmitir sua própria herança para o filho que está por chegar (PRADO, 2011, p. 38).

E com esse ideal estabelecido de que a mulher é a responsável pelo cuidar, que o pai se sente afastado para agir no que diz respeito aos cuidados que, de certo modo, favorecerão o fortalecimento de vínculos com o/a filho/a (BONALUME, 2014). Assim, fica claro as imposições construídas sob os gêneros, causando uma sobrecarga nos relacionamentos parentais, onde um não “deve” invadir o espaço do outro. E no caso, o lado que mais se sobrecarrega é o feminino, em relação aos cuidados tanto físicos quanto afetivos do bebê. E com isso, possivelmente, nega ao pai da criança, a oportunidade de passar por esta experiência de cuidados com o bebê por causa de “convenções estabelecidas” de que quem sabe e pode cuidar de uma criança é a mulher, por causa do “suposto” instinto materno.

Ao responderem se, em algum momento, houve a tentativa de se prevenir sexualmente, mas o companheiro ou companheira não aceitou, entre os cinco participantes, somente a Bia disse que nunca vivenciou tal situação. Os demais responderam que já houve momento em que quiseram se prevenir, mas diante da recusa da outra pessoa, acabaram por ter a relação sexual sem prevenção. Este fato induz à seguinte indagação: O que leva o

adolescente ou sujeito a ceder a vontade de outra pessoa? Uma possível resposta, para tal questão, pode ser entendida a partir dos estudos de Foucault (2006, p. 231), mais especificamente sobre as relações de poder, que podem ocorrer “entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família”. Trata-se de circunstâncias em que um indivíduo exerce poder sobre outro indivíduo, sem necessariamente ter o fator financeiro como principal motivo, pois o poder não se resume a um objeto e sim a uma ação, ao exercício do poder.

Além do mais, “As relações de poder são intrincadas em outros tipos de relação (de produção, de família, de sexualidade) em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado” (FOUCAULT, 2006, p. 248). Nesse caso, ao verificarmos que os adolescentes, independente do gênero, se submetem à vontade do outro e acabam por não se proteger durante o ato sexual, podemos dizer que vivenciam uma relação de poder, porque um é o dominador e o outro o dominado. Muitas vezes, pelo medo de perder a outra pessoa, os adolescentes aceitam fazer o que lhe pedem, mesmo colocando em risco a sua saúde e os seus planos para o futuro.

Outro aspecto a considerar é que, segundo Foucault (2006, p. 233), “as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência”. Sendo assim, inferimos que os locais do poder são reajustados, são mutáveis, não são estruturas binárias, constantes, onde sempre um indivíduo será o dominador e o outro será o dominado. Foucault (2018, p. 354) considera que “As relações de poder são, antes de tudo, produtivas”, porque a partir da resistência ao poder, irá gerar novas estratégias para se exercer o poder e vice-versa.

Capelle (2004, p. 6), ao afirmar que “As relações de gênero, portanto, devem ser consideradas como práticas discursivas que refletem e distribuem manifestações de poder e resistência entre as pessoas”, demonstra que é relevante haver a negociação do *status* de poder entre os gêneros, pois querendo ou não, são desses embates que nascem as estratégias de resistência, que produzirão novos lugares de poder.

Foucault (2018, p. 360) também ressalta que “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre codificar sua dominação em condições determinadas e seguindo uma estratégia precisa”. Dessa forma, em certos momentos, os adolescentes que cedem a vontade da outra pessoa, quanto a não se prevenirem durante o ato sexual, poderão em outras situações exigir a troca de exercício de poder, a fim de que o “dominado” assuma o papel de “dominador”. Entretanto, é importante que, durante a relação sexual, independentemente do

gênero e de idade, que a prevenção não seja uma simples opção e sim uma atitude inerente aos indivíduos. Esta atitude pode ser alcançada com a apreensão de conhecimentos mediados pelo ensino da sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todos os estudos, pesquisas e análises realizados nesta dissertação, podemos, de certo modo, conjecturar que a educação sexual como tema transversal nas escolas e como um tema a ser tratado também no ambiente familiar, tem ficado de lado por diversos motivos, seja por negligência ou pela dificuldade que pais e professores têm para dialogar sobre o tema, que é envolto por preconceitos e tabus culturais. Com isso, pode ocasionar, em alguns casos, como foi visto nesta pesquisa, gestações não planejadas na adolescência, e ainda por cima, reverberar a desigualdade nas relações de gênero, no que diz respeito às questões relativas à maternidade e a paternidade.

Segundo a Constituição Federal (1988), o Estado, por meio da escola, tem o dever de prover a educação dos seus cidadãos. E o processo educacional de um sujeito não se resume somente em aprender Português ou Matemática, visto que vai muito além, por englobar muitos fatores, como a saúde, por exemplo. E como vimos, a educação sexual está interligada tanto com a saúde, quanto com a educação e com a cultura em a pessoa encontra-se inserida.

E nessa mesma cultura, existem leis normativas que instituem ações e programas pertinentes ao ensino, diálogo e debates sobre a temática da sexualidade e gênero. Mas, como analisado nesta pesquisa, não está ocorrendo, no ambiente educacional, a devida abertura para que o conhecimento dessas temáticas chegue aos estudantes. Não que se trate de uma “culpa” dos educadores, uma vez que muitos deles não querem tratar destas temáticas, por não se sentirem confortáveis ou devido às construções subjetivas que elaboraram ao longo de suas vidas, em contexto das relações familiares, religiosas, escolares, entre outras.

Possivelmente, os educadores nem tenham a noção de que reproduzem esses tabus e desinformações para as gerações futuras, pois acreditam que seja algo que está posto e não tenha mais como mudar. Por isso, corroboramos com Figueiró (2010), no que tange a possibilidade de trabalhar a educação sexual com os professores de uma maneira interdisciplinar, mediante a formação continuada. A intenção é que os educadores desmistifiquem os tabus e apreendam novos conhecimentos para então abordarem os conteúdos com uma forma mais espontânea, sem preconceitos ou discriminação, como também é orientado nos PCN’s.

No caso dos pais e responsáveis, um dos motivos do silenciamento acerca da educação sexual, está relacionado à timidez ou à vergonha de conversar com os adolescentes, bem como o fato de associarem erroneamente que o diálogo aberto poderá incentivar o início da

vida sexual. E, como verificado nesta pesquisa, alguns pais e familiares dos adolescentes só começaram a falar sobre sexualidade, após acontecer a gestação não planejada.

Ao pesquisarmos sobre as ações que o Estado disponibiliza, como o Programa Saúde nas Escolas, e no relato dos estudantes, eles afirmam que não tiveram nenhuma palestra sobre educação sexual nas instituições, isso nos revela como é necessário que os pais e a comunidade fiscalizem o que está proposto, mas que não está acontecendo no ambiente escolar.

E com todos esses empecilhos, que impedem a consolidação de uma educação sexual voltada para o desenvolvimento do sujeito, como um todo, os estudantes podem ter, como consequência, uma gravidez na adolescência. Observamos a relevância de se tratar deste assunto, pois a realidade, mediante dados estatísticos no Brasil e outros países, nos mostra como tem aumentado o índice de gestação na adolescência. Ademais, a fase da adolescência em si já apresenta muitas complexidades para a vida de uma pessoa e ter filhos, nesse período, de forma planejada ou não, mostra-nos a relevância em propiciar uma rede de apoio, tanto familiar quanto social, para as mães e pais adolescentes. O apoio é importante para que essas meninas e meninos adolescentes possam vivenciar as demandas e responsabilidades que envolvem o nascimento e a criação de uma criança, e também para auxiliá-los na continuidade dos estudos, visando o seu crescimento pessoal e profissional.

Podemos analisar também, com a realização da pesquisa, a interligação que existe nas questões da gravidez na adolescência/maternidade/paternidade com as relações de gênero. Para começar, a vivência da gravidez é mais sobrecarregada para as meninas, pois são elas que geram os bebês e, com isso, as mudanças biológicas e psicológicas, que advém com a gestação e, posteriormente com toda a vivência da maternidade, se difere substancialmente em relação ao que acontece aos futuros pais. Os meninos que se tornam pais biologicamente continuam os mesmos, e ainda podem “omitir” este acontecimento da sociedade, inclusive na escola. Já as meninas não têm essa opção de invisibilidade ou de se “omitir” por muito tempo que terão um bebê, devido as características biológicas provenientes de uma gestação, que deixará a futura mãe muito mais em evidência do que o futuro pai.

A divisão dos papéis de gênero, em relação à maternidade e paternidade, inicia-se desde a descoberta da gestação. E com essa divisão, em muitos casos, os pais adolescentes não têm como vivenciar a paternidade, ao que diz respeito a expressar sua afetividade mediante os cuidados para com o bebê, pois são impedidos devido aos discursos que ecoam pela sociedade patriarcal de que a mulher cuida das crianças e o homem provê o sustento financeiro. E ainda, com essa divisão de papéis, a sobrecarga relativa aos cuidados com o

bebê fica sobre a mãe da criança e a sua família, como ficou evidente, na maioria das respostas das mães adolescentes.

Destacamos que, nesta pesquisa, as avós maternas, em sua maioria, é que cuidam e sustentam financeiramente seus netos e netas, enquanto que os pais adolescentes ainda não estavam trabalhando. Contudo, os pais entrevistados demonstraram, pelo menos teoricamente, ter a consciência de que necessitam prover o sustento do bebê e que precisam participar do processo de cuidado da criança. E com essa proposição, pode-se perceber que já está ocorrendo algumas mudanças nas relações que permeiam a maternidade e a paternidade, pois em tempos passados não seria considerada, entre os meninos, a possibilidade de participar da educação e cuidados que requer um bebê.

Mas nas relações de gênero, ainda predominam muitos aspectos a serem resolvidos, por ambas as partes, e uma questão que chama a atenção nesta pesquisa, foi sobre as relações de poder existente entre os gêneros, principalmente no que diz respeito ao ato de prevenção durante a relação sexual. Entre todos os participantes, somente uma adolescente não teve este embate, relativo a possibilidade de se prevenir ou não no momento do ato sexual, enquanto que os demais afirmaram que deixaram de se prevenir para ceder ao pedido do parceiro ou da parceira, que não se importou ou não quis utilizar algum tipo de preservativo.

Compreendemos então que as relações de poder, segundo Foucault (2018), são exercidas e não obtidas, e que “o exercício do poder” pode acontecer em qualquer tipo de relação vivenciada pelos indivíduos. Com isso, podemos inferir que, se em um determinado momento uma pessoa é o “dominador”, possivelmente, em outra situação, esta pessoa poderá ser o “dominado”. Porém, na relação sexual, vários fatores estão envolvidos e podem mudar, literalmente, a vida de duas pessoas, seja por contaminar a outra com uma doença, bem como gerar uma nova vida, como resultante de uma gravidez não planejada. Por isso, é importante que, independentemente do gênero ou da idade, que a prevenção seja algo intrínseca ao indivíduo e esta possibilidade poderá ser viabilizada por meio de processo educativo amplo, que visa formar um ser humano crítico e ativo, principalmente em relação ao respeito que deve existir por si mesmo e pelo próximo. Assim, torna-se necessário que todos os envolvidos, nesses processos que constituem a formação social e educacional de um indivíduo, possam estar engajados na desconstrução de tantos preconceitos e estigmas que atravessam estas temáticas, de geração em geração.

E para que a educação sexual possa ser efetiva e contribua na formação das novas gerações de uma maneira crítica e saudável, a fim de propiciar uma melhor qualidade de vida e na melhoria de relacionamentos interpessoais, é preciso que aconteçam diálogos, ensinamentos e

debates, seja de onde for, tanto da parte dos pais e responsáveis, quanto da parte dos educadores institucionais, para que os adolescentes possam, a partir de suas apreensões e reflexões sobre estes conhecimentos adquiridos, ter a consciência crítica para poderem vivenciar a sexualidade de uma forma respeitosa consigo e com o próximo. E mesmo com tantos avanços nos debates na sociedade no que diz respeito à sexualidade e as questões de gênero, vislumbramos que está longe de ser resolvido este embate entre sexualidade, família e escola.

É importante salientar sobre a relevância de que ocorram mais estudos e pesquisas sobre os temas explanados nesta dissertação para que possam ser desenvolvidas ações que contribuam para o avanço do conhecimento científico, para a dissolução de preconceitos enraizados e para a construção de uma, possível, equidade nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de; CENTA, Maria de Lourdes. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. **Acta paul. Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 71-76, fev., 2009.

ALMEIDA, Jane Soares de. BOSCHETTI, Vânia Regina. Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil – fragmentos do passado histórico (1846/1930). **Educação Unisinos**. v. 16, n. 3. p. 225-233, set/dez. 2012.

ALMEIDA, Rebeca Aranha Arrais Santos. Conhecimento e atitudes de adolescentes escolares relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. 2016. 75 f. **Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Enfermagem)** - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

ALVES, Maria Angélica. A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX): Imagens da mulher intelectual. VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011. **Anais... Vitória ES, UFES, 2011. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil**. p. 1-9. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARTEIRO, Isabela Lemos. **A mulher e a maternidade: um exercício de reinvenção**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/973/5/isabela_lemos_arteiro_ribeiro_lins.pdf> Acesso em: 15 julho 2020.

AVILA, Iris Teresa Lafuente. A reincidência da gravidez na adolescência e a evasão escolar. 2015. 114, [50] f. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/134119>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BANDEIRA, Andreia. Relações de gênero e sexualidade: como os livros didáticos de ciências abordam esse tema? **Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação)** - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava. 2018.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BIROLI, Flávia. **Gêneros e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 227.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos Cedes**, 24(62), 26-43. 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008, Cap. 13 **Sexualidade**, p. 197-205.

BRASIL. **Lei N. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: CBIA, 1990.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental (Ed.). **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília, 146 p. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde, Biblioteca virtual em saúde. **01 a 08 de agosto Semana Nacional de prevenção á gravidez na adolescência**. Publicado em 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/ultimas-noticias/3123-01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>> Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017**. Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018 e os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e repassa recursos financeiros para Municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2706_20_10_2017.html> Acesso em: 20 jul. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2016.

BUENO, Rita Cássia Pereira. A história da criação do Papo Jovem: um projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio. 2018. 128 f. **Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual)** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara – SP. 2018.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; BRITO, Maria José Menezes; BRITO, Mozar José de. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004

CARRARO, Telma Elisa; KÖNZGEN MEINCKE, Sonia Maria; COLLET, Neusa; TAVARES, Bárbara Cristina; SILVEIRA KEMPFER, Silvana. Conhecimento acerca da

família do pai adolescente observado por meio do genograma. **Texto & Contexto Enfermagem**, Santa Catarina, vol. 2, p. 172-177. 2011.

CARVALHO, Alysson Massote; RODRIGUES, Cristiano Santos; MEDRADO, Kelma Soares. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia** [online] v. 10, n. 3, p.377-384, 2005.

CARVALHO, Cristiana Pereira de; PINHEIRO, Maria do Rosário Moura; GOUVEIA, José Augusto Pinto; VILAR, Duarte Gonçalo Rei. Perspetivas dos pais portugueses sobre a educação sexual em casa e na escola: implicações para a intervenção. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 6, n. 11, p. 5-40, jan./jun. 2019.

CAUDURO, Lenir Severo Cauduro. MOTTA, Maria da Graça Corso da. Pai adolescente: percepções de cuidado com o bebê. **Rev HCPA**. 2007, 27, nº2.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CORREA-SILVA, Ana Maria. Atuação Profissional, Relações De Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: Representações Sociais de Mulheres que Ultrapassaram o “Teto de Vidro” e Assumiram Funções de Alto Nível em Âmbito Educacional. 2018, 106 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá: UFMS, 2018.

COSTA, Zuleika Leonora Schmidt. Educação e Orientação sexual na Educação Básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015. 2017.225 f. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle, Canoas, Rio Grande do Sul. 2017.

COSTA, Marcela Medeiros de Almeida. FRARE, Juliana Cristina. NOBRE, Joseane Rodrigues da Silva. TAVARES, Keila Okuda. A maternidade e a paternidade: o olhar do casal adolescente. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, 27(1): 101-108, jan./mar., 2014.

COTRIM, Beatriz Carlini; CARVALHO, Cynthia Gazal; GOUVEIA, Nelson. Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 6, p.636-645, 2000.

CRUZ, Lilian Moreira Cruz. SILVA, Zenilton Gondim. SOUZA, Marcos Lopes de. O brinquedo e a produção do gênero na educação infantil: uma análise pós-estruturalista. *In*: II seminário nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos. 2012. Vitória-ES. **Anais...** Vitória. 2012.

CUNHA, Washington Dener dos Santos. SILVA, Rosemaria J. Vieira. A Educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**: Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010. Disponível em:<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/62>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 84-91, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa. GERMANO, Raimunda Medeiros. MENEZES, Rejane Millions Viana. CARLOS, Djailson José Delgado. Adolescente/Adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Revista Rene**, Fortaleza, v.10, n. 2, abri/jun. 2009.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DEMARTINI, Gabriel Ribeiro. SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. Articulação entre Paulo Freire e Herbert Marcuse: educação sexual emancipatória em uma escola estadual do município de Sorocaba-SP. **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 1, jan-mar, 2016, p. 56-81.

DIAS, Acácia Batista. AQUINO, Estela Maria. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(7):1447-1458, jul, 2006.

DIAS, Ana Cristina Garcia; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; JAGER, Márcia Elisa; PATIAS, Naiana Dapieve. Semelhanças e diferenças nos planos para o futuro de adolescentes gestantes e não gestantes. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 7-13, jul/set. 2013.

DIAS, Michelly Kallyne Neves. ZANDONADI, Antônio Carlos. O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos. **Revista FAROL**. Faculdade Rolim de Moura. RO, v. 7, n. 7, ago. 2018. p. 132-143.

EISENSTEIN, Evelyn. Desenvolvimento da sexualidade da geração digital. **Rev. Adolescência e Saúde**. Rio de Janeiro. v. 10, supl. 1, abril/2013. p. 61-71.

FERNANDES, Nilson Dinis. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio-ago., 2008.

FERREIRA, Berta Weil. Adolescência: caracterização e etapas do desenvolvimento. In.: FERREIRA, Berta Weil; RIES, Bruno Edgar (Orgs.). **Psicologia e educação: desenvolvimento humano adolescência e vida adulta**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 15-19, v. 2.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FIGUEIRÓ, Mary neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2010.

FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; TEIXEIRA, Karina Correa. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos (as) de enfermagem. **Anna Nery Rev. Enfermagem**, p. 330-337. abr-jun, 2010.

FONTOURA, Cesar Tadeu. Michel Foucault e a problematização do poder. **Rev. Intuitio**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 68-88, 2008, Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/4039/3338>> Acesso em: 11 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 432.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e da adolescência: A importância da historicidade para a sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 7(1), 144-157. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S-A. 2008. 197 p.

GOMES, Claudete Imaculada de Souza. Docentes, relações de gênero e sexualidades: desdobramentos nas práticas pedagógicas. 2017. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017.

GONÇALVES, Josiane Peres. Ciclo Vital: Início, Desenvolvimento e Fim da Vida Humana, Possíveis Contribuições Para Educadores. **Contexto & Educação**. Ijuí, RS, v. 31, nº. 98, p. 79-110, jan./abr., 2017.

GONÇALVES, Josiane Peres; DAMKE, Anderléia Sotoriva. Pais e adolescentes: análise de uma relação cultural. VII Congresso Nacional de Educação EDUCERE: Saberes Docentes, Edição Internacional e V Encontro Nacional de Atendimento ao Escolar Hospitalar. **Anais...** Curitiba PR: Champagnat, 2007, p. 3385-3396.

GUEDES, Juliana Sousa. **Percepção das adolescentes frente ao desafio de ser mãe**. Trabalho de Conclusão de Curso (Enfermagem). Universidade de Brasília. Ceilândia, Brasília, 2015.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467, jan. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200010/19396>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão Longe, Tão Perto. As Meninas do Seminário. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**, Vol. II: Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 52-67.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ladario/panorama>> Acesso em: 10 de maio de 2018.

JACOB, Maria Julieta Correia. “Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 2017. 156 f. **Dissertação (Mestrado)** –Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2017.

JESUS, Marta Inês Almeida de. Educação sexual com adolescentes: promovendo saúde e socializando boas práticas nas relações sociais. 2018. 60 F. **Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil)** – Ciências da Saúde. Centro Universitário Franciscano, Santa Maria/RS. 2018.

KAHHALE, Edna Maria Peters. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: GONÇALVES, Maria da Graça; BOCK, Ana Maria Mercês; FURTADO, Odair (Orgs.), **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 179-191.

KONZGEN MEINCKE, Sonia Maria; CARRARO, Telma Elisa. Vivência da paternidade na adolescência: sentimentos expressos pela família do pai adolescente. **Texto & Contexto Enfermagem**, vol. 18, núm. 1, enero-marzo, 2009, p. 83-91. Universidade Federal de Santa Catarina.

LADÁRIO MS. Prefeitura Municipal. Lei nº 943/2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação de Ladário, e dá outras providências**. Ladário, 2015. Disponível em: <http://www.ladario.ms.gov.br/uploads/asset/file/189/LEI_N__943-2015_APROVA_O_PLANO_MUNICIPAL_DE_EDUCA__O_DE_LAD_RIO.pdf> Acesso em: 05 jun 2020.

LEIRAS, Fernanda de Figueiredo Costa. **Significações de alunas e alunos cotistas do ensino médio técnico integrado do IFMS/Campus Corumbá sobre suas perspectivas de futuro**. 2019, 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá: UFMS, 2019.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. PICCININI, Cesar A. Expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescente e adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n. 1, p. 17-28, jan./abr., 2006.

LIMA, Lorena Carvelo e Silva. Educação sexual nas políticas educacionais: um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia. 2018. 119 fl. **Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)** - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO. 2018.

LYRA, J. et. al; Homens e cuidado: uma outra família?. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 79-91.

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo. Contexto. 2018. p. 443-481.
- LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo. Editora Pedagógica e Universitária. 2018. 130 p.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.
- MAZAMBA, Cristal Tshishimbi; PEREIRA, Wendell Soares; MIRANDA, Joseval dos Reis. A sexualidade dos jovens e adolescentes e o Facebook: tecendo reflexões. **III Congresso Nacional de Educação**. Centro de convenções de Natal – RN. 2016. 10 p.
- MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação**. Lei Nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014. Plano Estadual de Educação (PEE-MS).2014. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-MS.pdf>> Acesso em: 05 jun 2020.
- MEDEIROS, Jarles Lopes de. A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais. 2017. 183f. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2017.
- MENDES, Cristiano, Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 30, n. 88, junho, 2015, p. 45-59. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10742576003>> Acesso em: 01 nov. 2019.
- MENEZES, Cristiane Souza. MACHADO, Charliton José dos Santos. NUNES, Maria Lúcia da Silva. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. **Educação Unisinos**. São Leopoldo -RS. v. 13, n. 1. 2009. p. 43-50.
- MENESES, Celise. LOPES, Cláudia. MAGALHÃES, Vera Cristina. Transtornos mentais comuns em adolescentes grávidas: um estudo piloto. **Adolescência & Saúde**. v. 5. nº 1. março de 2008. p. 50-55.
- MESCHKE, Laurie; BARTHOLOMAE, Suzanne; ZENTALL, Shannon. Adolescent sexuality and parent-adolescent process: promoting healthy teen choices. **Journal of Adolescent Health**, n. 31, p. 265-279, 2002. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12470924>> Acesso em: 4 set. 2018.
- MIGUEL, Gisele de Araujo; GONÇALVES, Josiane Peres. Gravidez na adolescência: o que a escola tem a ver com isso? IX Jornada Nacional de Educação da UFMS de Naviraí e VII Colóquio de Ciências Sociais: Formação de Professores, Identidade Profissional e Processos de Ensino/Aprendizagem de Conceitos. **Anais...**, Naviraí, UFMS, 2017, p. 923-935.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Ivanilde Alves. GATI, Hajnalka Halasz. A mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços de uma época. In: IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas. 2012. **História, sociedade e educação no Brasil**. Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa. p. 3069-3094.

MOREIRA, Rita de Cássia Rocha et al. Gravidez na adolescência e vida escolar: experiências de alunas de uma escola pública. **Revista de enfermagem UFPE on line**. v. 4, n. 2, p. 524-532, abr./jun., 2010.

MORGAN, Etta; JOHNSON, Ida; SIGLER, Robert. Gender Differences in Perceptions for Women's participation in Unwanted Sexual Intercourse. **Journal of Criminal Justice**, v. 34, n. 5, p. 515-522, 2006. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047235206000821>> Acesso em: 4 set. 2018.

MOTTA, Maria da Graça Corso. RIBEIRO, Nair Regina Ritter. PEDRO, Eva Neri Rubim. COELHO, Débora Fernandes. Vivências da mãe adolescente e sua família. **Acta Scientiarum Health Sciences**. Maringá, v. 26, n. 1, p. 249-256, 2004.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, mar. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, Marisa Cristina Aparecida Manchini de. PAULO, Marta Mantovanelli de. Influência da mídia no processo de desenvolvimento do adolescente. **Revista científica eletrônica de Psicologia**. Faculdade de Ciências da Saúde de Garça – SP. ano VI, n.10, maio/2008, periódico semestral. 5 p.

OZELLA, Sérgio. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, Sérgio (org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-40.

OZELLA, Sergio. AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125. 2008.

ONU, Organização das Nações Unidas. Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe. **Informe de consulta técnica**. Washington, D.C., EE. UU., 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/> Acesso em: 10. fev. 2019.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

PILETTI, Nelson. **Psicologia do desenvolvimento**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PIOSIADLO, Laura Macedo. FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletida na vulnerabilidade à violência doméstica contra uma mulher. **Revista Escola Anna Nery Enfermagem**. Rio de Janeiro, v.18, n. 4, 2014, p. 728-733. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127732789026_2> Acesso em 05 nov. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlins & Vertecchia, 2009. p. 150-193.

PRADO, Marina de Moraes e. Um olhar sobre a paternidade adolescente: especificidades de uma vivência. 2011. 82f. **Dissertação (Mestrado)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, 2011.

PREFEITURA DE LADÁRIO. **Fechado convênio que vai garantir acompanhamento de saúde de mais de 3 mil alunos da REME**. 2017. Disponível em: <<https://www.ladario.ms.gov.br/noticia/fechado-convenio-que-vai-garantir-acompanhamento-da-saude-de-mais-de-3-mil-alunos-da-reme>> Acesso em: 28 jul. 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32.

RICARDO, Maria Lúcia Corrêa. JÚNIOR, Álvaro Lorencini. Escola: Espaço de construção da sexualidade e aperfeiçoamento da cidadania. **Programa de desenvolvimento educacional do governo do Paraná**. Londrina, 2009. p. 23.

RODRIGUES, Cibele Pavani; WECHSLER, Amanda Muglia. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, v. 1, n. 1, p. 89-104, 2014.

SABINO, Maria Jordana Costa. LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, setembro-dezembro, 2015, p. 713-734. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38142136004>> Acesso em: 30 out. 2019.

SANTANNA, Adriene. A luta pelo direito à educação feminina e a inserção da mulher no magistério. **IV Encontro de Direitos Humanos da UNESP**. Marília, 2010. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/direitos-humanos/encontro/TRABALHOS/Trabalhos%20Completo%20Rodrigo/PDF/s02.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

- SANT'ANA, Fernanda Silva. BISPO, Letícia Cavina. A Construção social da desigualdade entre gêneros: um estudo da percepção de pais e mães acerca da educação dos filhos. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO, Lins-SP. 2017. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61030.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2020.
- SANTOS, Natiely Lara BorgeS. GUIMARÃES; Denise Alves; GAMA, Carlos Alberto Pelogo da. A Percepção de Mães Adolescentes Sobre seu Processo de Gravidez. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2016, p. 83-96.
- SCHLATTER, Jennifer. **Teaching Sexual Communication Skills to Facilitate Positive Communication about Sexual Health**. Capstone Project. Winona: Winona State University, 2012.
- SEDMS. Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul. **Censo escolar**. Acesso em 15/03/2020. Disponível em: <<https://www.sed.ms.gov.br/censo-escolar-6/>>
- SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: Comunic, Saúde, Educ**, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2020.
- SCHIRO. Eva Diniz Bensaja dei. KOLLER, Silvia Helena. Ser adolescente e ser pai/mãe: Gravidez adolescente em uma amostra brasileira. **Estudos de Psicologia**. Maringá, v. 18, n. 3, p. 447-455, jul./set. 2013.
- SCHIRÒ, Eva Diniz Bensaja dei. KOLLER, Sílvia Helena. Ser adolescente e ser mãe: Investigação da gravidez adolescente em adolescentes brasileiras e portuguesas. **Análise Psicológica** (2011), 4 (XXIX): 521-533... Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- SEMEM, Cleiton José; CARAMASHI, Sandro. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 4, p. 166-189, jan./jun., 2017.
- SILVA, Michelle Pereira. INÁCIO FILHO, Geraldo. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar? **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n. 15. 2004. p. 1-9.
- SILVA, Regina Célia Pinheiro da. MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Rev. Ciência e Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3º Edição. Editora Autêntica. 2010.
- SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade como questão política e social. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de. SZWAKO, José (Orgs). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlins & Vertecchia, 2009. p.116-149.
- SOUZA, Elaine de Jesus. Educação sexual “além do biológico”: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em Biologia. 2018. 208

f. **Tese (Doutorado em Educação)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 2018.

SOUZA, Dercia Antunes de. OLIVEIRA, Joyce Alessandra de Moraes. **XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende – RJ. 2016. 17 p.

SPINELLO, Analice Horn. Educação, sexualidade e políticas públicas: das responsabilidades da escola e dos educadores. **Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)**. 2017. 78 f. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Frederico Westphalen, 2017.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Natal, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019. SAVIANI, Demerval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília. Unesco. 53 p. 2014.

VENTURA, Miriam; CORREA, Sonia. Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1505-1509, jul., 2006.

ZOCCA, Adriana Rodrigues. MUZZETI, Luci Regina. NOGUEIRA, Natália Souza. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Percepções de adolescentes sobre sexualidade e educação sexual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp. p. 1463-1476. 2015.

APÊNDICE A - Solicitação para realização da pesquisa**SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Prezado(a)

Vimos por meio desta solicitar a autorização para a coleta de dados da pesquisa intitulada “Educação sexual x maternidade/paternidade: perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS”, junto as alunas e alunos que sejam mães e pais adolescentes, matriculados nesta instituição. Tal pesquisa consistirá na gravação em áudio de entrevistas individualizadas com cada participante, com a finalidade analisar e compreender as perspectivas de alunas e alunos que sejam mães e pais adolescentes sobre a educação sexual, a gravidez na adolescência e as questões de gênero relacionadas a maternidade e paternidade na adolescência.

Este estudo faz parte do pré-requisito para titulação de Mestrado em Educação Social da pesquisadora Sandra Regina Rocha de Lima, matriculada no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, sob orientação da Professora Doutora Josiane Peres Gonçalves.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias pelo telefone (67) 99689-0433 ou pelo e-mail: sandreregina.35@outlook.com

No aguardo da autorização, agradecemos de pronto a atenção dispensada.

Corumbá, ____ de _____ de 2019.

Sandra Regina Rocha de Lima
Mestranda UFMS/CPAN/PPGE
RGA: 201801486

Prof^ª Dr^ª. Josiane Peres Gonçalves
Orientadora UFMS/CPAN/PPGE

APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)**(Alunos menores de 18 anos)****TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)**

Você está sendo convidado(a) a participar de forma voluntária da pesquisa intitulada “Educação sexual x maternidade/paternidade: perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS”. Este estudo está sendo conduzido pela pesquisadora Sandra Regina Rocha de Lima, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social pela UFMS/CPAN, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Josiane Peres Gonçalves.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte à responsável pelo estudo qualquer dúvida que tiver. Sua participação é voluntária e será documentada através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A assinatura deste termo implica na autorização do uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data.

Esta pesquisa tem com a finalidade analisar e compreender as perspectivas de alunas e alunos que sejam mães e pais adolescentes sobre a educação sexual, a gravidez na adolescência e as questões de gênero relacionadas a maternidade e paternidade na adolescência.

Para a coleta de dados, será realizada entrevista semiestruturada que será gravada em áudio, com seu consentimento, e o que for dito será registrado para a produção da pesquisa. Ao concordar em participar do estudo, o seu nome e identidade serão mantidos em sigilo e em hipótese alguma serão divulgados nos resultados da pesquisa. A entrevista, com duração de 40 a 60 minutos, será realizada em local na própria instituição e agendada previamente em data e horário mais adequado para o participante, evitando o impacto no desvio de suas atividades cotidianas ou tornando-o o menor possível.

Esclarecemos que toda pesquisa envolve algum tipo de risco aos participantes e consideramos que a presente pesquisa ofereça riscos mínimos. Um dos riscos possíveis envolve desconforto ou constrangimento em responder algum tipo de pergunta durante a coleta de dados. Este risco será minimizado garantindo local reservado na própria instituição e liberdade para não responder questões que julgar invasivas ou impertinentes, o que não representará dano algum à sua pessoa, além de garantir que a pesquisadora seja habilitada para a condução da coleta de dados. Outro risco possível se refere à quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Com relação a este risco, será assegurada a confidencialidade, a privacidade e a proteção das informações coletadas, garantindo a não utilização das mesmas em prejuízo dos participantes, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro. Além disso, será assegurado que a qualquer momento, você poderá deixar de participar da pesquisa e garantido que caso venha a sofrer qualquer tipo

de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

Encerrada a investigação, os resultados obtidos e reflexões realizadas serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso queira receber uma cópia do relatório final em formato digital, indique um e-mail para o envio. Informamos ainda que as entrevistas serão destruídas após o período de cinco anos de sua realização.

Caso venham a surgir novos questionamentos sobre o estudo, há possibilidade de esclarecimento junto à pesquisadora responsável pelo projeto pelo telefone (67) 996890433 podendo contatar inclusive em chamadas a cobrar.

Nome da pesquisadora: Sandra Regina Rocha de Lima

Telefone: (67) 996890433. E-mail: sandreregina.35@outlook.com

Caso concorde em participar desta pesquisa, por gentileza, assine e date este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, em duas vias idênticas, das quais uma ficará com você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão sobre a minha participação se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome da participante (em letra de forma):

Assinatura do Participante: _____ **Data:** ___/___/___

Declaração da pesquisadora: Declaro que os dados pessoais coletados na pesquisa serão mantidos em sigilo. Agradecemos a colaboração.

Nome da Pesquisadora: Sandra Regina Rocha de Lima

Assinatura da Pesquisadora: _____ **Data:** ___/___/___

**APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
(Responsáveis pelos alunos menores de 18 anos)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) adolescente sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Educação sexual x maternidade/paternidade: perspectiva de mães e pais adolescentes de Ladário / MS”. Este estudo está sendo conduzido pela pesquisadora Sandra Regina Rocha de Lima, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social pela UFMS/CPAN, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Josiane Peres Gonçalves.

A participação dele(a) não é obrigatória e mesmo que você venha a aceitar e assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a qualquer momento ele(a) poderá desistir da participação. O(A) Sr.(a), como responsável pelo(a) adolescente, também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele(a) a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para si ou sua família, tampouco em sua relação com a pesquisadora.

Esta pesquisa tem com a finalidade analisar e compreender as perspectivas de alunas e alunos que sejam mães e pais adolescentes sobre a educação sexual, a gravidez na adolescência e as questões de gênero relacionadas a maternidade e paternidade na adolescência.

A contribuição dos participantes nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, que será gravada em áudio, com consentimento do participante, e o que for dito será registrado para a produção da pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado total sigilo quanto à participação, pois os dados não serão divulgados de maneira individual, não sendo possível a sua identificação.

A entrevista, com duração de 40 a 60 minutos, será realizada em local na própria instituição e agendada previamente em data e horário mais adequado para o participante, evitando o impacto no desvio de suas atividades cotidianas ou tornando-o o menor possível.

Esclarecemos que toda pesquisa envolve algum tipo de risco aos participantes e consideramos que a presente pesquisa ofereça riscos mínimos. Um dos riscos possíveis envolve desconforto ou constrangimento em responder algum tipo de pergunta durante a coleta de dados. Este risco será minimizado garantindo local reservado na própria instituição e liberdade para não responder questões que julgar invasivas ou impertinentes, o que não representará dano algum ao participante, além de garantir que a pesquisadora seja habilitada para a condução da coleta de dados. Outro risco possível se refere à quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Com relação a este risco, será assegurada a confidencialidade, a privacidade e a proteção das informações coletadas, garantindo a não utilização das mesmas em prejuízo dos participantes, inclusive em termos de autoestima, de

prestígio e/ou econômico–financeiro. Além disso, será assegurado que a qualquer momento, o participante poderá deixar de participar da pesquisa e garantido que caso venha a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

Encerrada a investigação, os resultados obtidos e reflexões realizadas serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso queira receber uma cópia do relatório final em formato digital, indique um e-mail para o envio. Informamos ainda que as entrevistas serão destruídas após o período de cinco anos de sua realização.

Caso venham a surgir novos questionamentos sobre o estudo, há possibilidade de esclarecimento junto à pesquisadora responsável pelo projeto pelo telefone (67) 996890433 podendo contatar inclusive em chamadas a cobrar.

Nome da pesquisadora: Sandra Regina Rocha de Lima

Telefone: (67) 99673-3527. E-mail: sandraregina.35@outlook.com

Declaração de Consentimento: Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do(a) adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa, tendo assim concordado com a sua participação de livre e espontânea vontade. Confirmando também que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do Responsável (em letra de forma)/ Grau de parentesco com o(a) adolescente:

Nome do(a) adolescente (em letra de forma):

Assinatura do Responsável: _____ **Data:** __/__/__

Nome da Pesquisadora: Sandra Regina Rocha de Lima

Assinatura da Pesquisadora: _____ **Data:** / /

APÊNDICE D – Questões norteadoras da entrevista

Identificação

- Idade:
- Série/ano:
- Sexo: () Feminino () Masculino
- Reside (mora) com:
- Quem reside na sua casa?
- Qual a sua idade quando ocorreu a gravidez?
- E qual a idade da mãe/pai do bebê?
- Qual a idade do seu/sua filho/filha?
- Com quem seu (sua) filho (a) fica para você ir à escola?
- Quem mais cuida da criança desde que ela nasceu?
- Quem contribui para o seu sustento do seu/sua filho/filha?

Educação Sexual

- O que você sabia sobre sexualidade antes de ocorrer a gravidez?
- Com quem você aprendeu sobre sexualidade?
- E onde você busca informações sobre sexualidade?
- Para você, qual é a instituição responsável pela Educação Sexual?
 - () Escola () família () Igreja () Outra qual? _____
- Seus pais e ou/responsáveis conversam com você sobre sexualidade? Justifique.
- Como você acredita que as famílias deveriam agir em relação à educação sexual de crianças e adolescentes?
- E na escola, você já teve aula ou projetos voltados para a educação sexual?
- Se você já teve educação Sexual na escola, você se lembra dos temas que foram discutidos?
- Em que momento você acredita que a escola poderia abordar esta questão?
 - () Educação infantil () Ensino Fundamental () Ensino médio
- Em relação a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, qual o método que você considera mais eficiente?
- Você conhece alguém da sua faixa etária (adolescência) que tenha vivenciado a experiência de se tornar pai ou mãe na adolescência, assim como você? Explique.

Gravidez na adolescência

- Com quantos anos foi a sua primeira relação sexual?
- Como era esse relacionamento? (já namoravam... ou foi casual?)
- A iniciativa para a primeira relação sexual partiu de quem?
- Você se preveniu na sua primeira relação sexual para evitar uma doença sexualmente transmissível e/ou uma gestação indesejada?
- Você já passou pela situação de querer se prevenir sexualmente e o seu/sua parceiro/parceira não querer?
- Você tinha conhecimento sobre métodos para evitar a gravidez antes de ter a primeira relação sexual?
- Quais os métodos para evitar a gravidez que você conhece?
- Qual método contraceptivo você usa atualmente? Você está com a vida sexual ativa?
- A gravidez foi inesperada ou planejada?
- Quando ocorreu a gravidez, vocês namoravam ou era relacionamento casual?
- Relate como foi a descoberta da gravidez (fizeram exames... etc.), como se sentiu, o que fez...
- Vocês continuaram juntos ou se separaram após descobrir a gravidez?
- Como foi comunicar aos familiares e amigos sobre a gravidez?
- Como foi a reação dos seus pais ou responsáveis quando descobriram a gravidez?
- E na escola, como foi recebida a notícia da gravidez?
- Você sofreu algum tipo de preconceito na escola por se tornar mãe/pai adolescente?
- Você teve atenção ou alguma forma de aconselhamento das pessoas envolvidas na escola?
- E após o nascimento do bebê, como você se organizou para continuar os estudos?
- Você pretende continuar estudando? O que planeja para o futuro?

Questões de gênero sobre maternidade e paternidade

- O que mudou em sua vida após se tornar mãe/pai?
- Como era sua rotina antes e depois do nascimento da criança?
- E como você se sentiu ao se tornar mãe/pai?
- Você já tinha planos de ter filhos? Em caso positivo, com que idade?
- O que você aprendeu com a experiência da maternidade/paternidade?
- O que você considera que é mais difícil e o que é mais gratificante em ser mãe/pai?
- Você considera que a maternidade ou paternidade é mais fácil para as meninas ou para os meninos adolescentes? Por quê? Mesmo se a menina nunca foi mãe?

- Você percebe alguma diferença entre o papel da mulher em relação à maternidade, e do homem em relação a paternidade?
- Como ficou a relação com a/os amiga/os após o nascimento da criança?
- Como você faz para se divertir depois que se tornou mãe/pai?
- O que você diria para outros adolescentes que ainda não se tornaram mães/pais?
- Se pudesse voltar ao passado, você seria novamente mãe/pai com essa idade?
- Ser mãe/pai na adolescência, para você significa...
- O que não foi questionado sobre educação sexual, gravidez na adolescência e maternidade/paternidade que você gostaria de comentar?

Obrigada pela colaboração. Ao responder as questões você colaborou com esta pesquisa.